

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO**

MARCELO HENRIQUE DE SA

**JOVENS ESCOLARES NEGROS E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAS NA CIDADE:
PERSPECTIVAS DE ACESSO À UFJF.**

JUIZ DE FORA

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- ICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO**

Marcelo Henrique de Sá

**JOVENS ESCOLARES NEGROS E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAS NA
CIDADE: PERSPECTIVAS DE ACESSO À UFJF.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia na área de concentração: Dinâmicas Espaciais na linha de pesquisa Dinâmicas socioespaciais.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Clarice Cassab

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Sá, Marcelo Henrique .

Jovens escolares negros e trajetórias socioespaciais na cidade: Perspectivas de acesso à UFJF / Marcelo Henrique de Sá. -- 2023. 130 p.

Orientador: Clarice Cassab

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Jovens negros. 2. Trajetórias socioespaciais . 3. Juiz de Fora. 4. Acesso ao Ensino Superior. 5. Cotas raciais. I. Cassab, Clarice, orient. II. Título.

JOVENS ESCOLARES NEGROS E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAS NA
CIDADE: PERSPECTIVAS DE ACESSO À UFJF.

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade Federal
de Juiz de Fora como requisito parcial para
obtenção do título de MESTRE EM GEOGRAFIA

JUIZ DE FORA, data da defesa

Comissão Examinadora

Prof. Dra. Clarice Cassab – PPGeo/UFJF

Profa. Dra. Helena Fonseca Rizzatti – PPGeo/UFJF

Profa. Dra. Rita de Cassia Martins Montezuma-PPGeo/UFF

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente, agradeço minha mãe Joana e meu pai Tarcísio, por sempre me apoiarem e ter colocado a educação como prioridade desde a minha infância. Dentro do meu núcleo familiar, também agradeço meus irmãos; Daniele, Marcele, Jaqueline e Júnior, pelo apoio e as trocas ao longo dos anos.

Agradeço também os amigos que construí na minha trajetória de vida e acadêmica, como: Serjão, Bruno, Alexandre, Milena, Edinaldo, Darlei, Maurício, Laís, Larissa dentre outros. Em especial queria agradecer ao André pelas trocas nesses últimos 8 anos, o Flávio pelo apoio e as cervejas de final de semana, Otávio pela amizade construída desde o início da graduação e ao chico que foi a primeira pessoa a me apoiar a ingressar no mestrado.

Agradeço a Cris, minha amiga e colega de turma no mestrado pelo apoio, as conversas e todas as trocas nesses últimos dois anos, tenho certeza de que sem a presença da Cris no mestrado, essa experiência não seria a mesma, principalmente pela leveza que ela colocava em momentos difíceis durante esse processo.

Essa pesquisa não seria possível sem o apoio da minha orientadora Prof. Dr^a. Clarice Cassab, agradeço a paciência e ensinamentos que me fizeram construir esse trabalho. Agradeço o apoio da CAPES, que proporcionou me dedicar exclusivamente a minha pesquisa nesses dois anos de mestrado.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, é abordar como as vivências de jovens negros escolares, a partir de suas trajetórias socioespaciais na cidade, influenciam suas perspectivas de acesso à UFJF pela política de ações afirmativas, via cotas raciais. A metodologia desenvolvida se dá com base na pesquisa qualitativa, utilizando de entrevista e narrativa oral no diálogo com os sujeitos. Nesta perspectiva, no geral esses jovens possuem uma certa limitação para o uso e apropriação da cidade, que está atrelado principalmente a condição de estudantes, de classe, no qual o meio de locomoção mais utilizados é o transporte coletivo ou a pé e pela condição racial, que por conta do racismo limita que esses jovens frequentam alguns locais na cidade. Deste modo, nota-se que alguns jovens que frequentam a UFJF possuem uma maior perspectiva de acesso ao Ensino Superior na instituição em relação aos jovens que não frequentam, outro ponto notado é o não conhecimento das cotas raciais por muitos dos jovens entrevistados.

ABSTRACT

The objective of this research is to address how the experiences of young black students, from their socio-spatial trajectories in the city, influence their perspectives of access to UFJF through the affirmative action policy, via racial quotas. The methodology developed is based on qualitative research, using an interview and oral narrative in the dialogue with the subjects. In this perspective, in general, these young people have a certain limitation for the use and appropriation of the city, which is mainly linked to the condition of students, class, in which the most used means of locomotion is public transport or on foot and the racial condition, which because of racism limits these young people to some places in the city. Regarding admission to Higher Education at UFJF, it is noted that there is a certain relationship in the perspective of access and not the perspective of young people who attend or do not attend the UFJF campus, another point noted is the lack of knowledge of racial quotas by many of the students. young people interviewed.

ABREVIATURAS:

ABPN: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

CONSU: Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora.

DIAFF: Diretoria de Ações Afirmativas.

EJA: Ensino de Jovens e Adultos.

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio.

FNB: Frente Negra Brasileira

IES: Instituições de Ensino Superior

IFES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Mc's: Mestre de Cerimônias.

MNU: Movimento Negro Unificado.

NUPAD : Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PCD: Pessoa com Deficiência.

PECIM: Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

PISM: Programa de Ingresso Seletivo Misto.

PM: Polícia Militar.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PROUNI: Programa Universidade para Todos.

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais.

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

R.U: Região urbana.

Secad: Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SISU: Sistema de Seleção Unificada.

TEN: Teatro Experimental do Negro.

UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

UBS: Unidades Básicas de Saúde

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais.

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora.

UPA: Unidade de Pronto Atendimento.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Desfile do bloco Domésticas de Luxo	37
Figura 2: Inscrição racista no muro da Escola Estadual Fernando Lobo	38
Figura 3: Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães	53
Figura 4: Assembleia de votação	59
Figura 5: Mobilização dos discentes.....	60
Figura 6: Manifestação dos discentes em defesa da escola	60
Figura 7: Áreas livres na UFJF.....	106
Figura 8: Áreas livres na UFJF.....	107

LISTA DE MAPAS:

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA.....	30
MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA ÁREA URBANA DE JUIZ DE FORA	41
MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRANCA NA ÁREA URBANA DE JUIZ DE FORA	41
MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO URBANA DE SÃO PEDRO	52
MAPA 5: LOCALIZAÇÃO DOS JOVENS EM RELAÇÃO À ESCOLA.....	78
MAPA 6: ROTAS DO JOVEM RINCON DA ESCOLA PARA CASA.	80
MAPA 7: LOCAIS DE LAZER DOS JOVENS ESCOLARES	86
MAPA 8: LOCALIZAÇÃO DOS SHOPPINGS	90
MAPA 9: LOCAIS NAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DOS JOVENS.....	93
MAPA 10: LOCALIZAÇÃO DOS JOVENS EM RELAÇÃO Á UFJF.....	110

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: População residente, por cor/raça, Juiz de Fora /MG.....	40
Tabela 2: Total de população por grau de escolaridade cor/raça em Juiz de Fora.	43
Tabela 3. Ocupação por Raça/cor em Juiz de Fora.....	46
Tabela 4. Faixas de rendimento mensal por raça/cor.....	47
Tabela 5. Média salarial pelo mesmo grau de escolaridade em Juiz de Fora.	48
Tabela 6. Total de população sujeita a riscos ambientais em Juiz de Fora por raça.....	48
Tabela 7: Apresentação dos Jovens.	61
Tabela 8: Taxa de escolarização, por cor ou raça e grupo de idade.	64
Tabela 9: Relação de ocupação dos jovens.....	82
Tabela 10: Religiões dos jovens entrevistados	88
Tabela 11: Relação dos jovens sobre o uso do campus da UFJF.	109
Tabela 12: Perspectivas de acesso à UFJF.	113
Tabela 13: Conhecimento dos jovens em relação as cotas raciais.....	115

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1: Número de matrículas no Ensino Básico por Raça/Cor em Juiz de Fora....	44
Gráfico 2: Percentual de pessoas que não frequentavam escola em Juiz de Fora.	45
Gráfico 3: Matrículas por etapa de ensino no ano de 2021 na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães.....	54
Gráfico 4: Total de matrículas por ano na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães.....	54
Gráfico 5: Distorção Idade-Série na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho De Magalhães.....	56

SUMÁRIO:

Introdução:	14
Capítulo 1. Juiz de Fora: Uma cidade Negra	19
1.1. Polissemia e concepções de raça-espaço para uma leitura social	19
1.2. As inscrições negras no espaço urbano de Juiz de Fora	29
1.3. O lugar do negro na cidade: levantamento dos indicadores de desigualdade racial em Juiz de Fora	38
Capítulo 2. As circunstâncias da vida real: caracterização dos jovens pesquisados e seus trajetos na cidade.	51
2.1. Contextualização do bairro e da escola	51
2.2. Apresentação dos jovens pesquisados	61
2.3. Os jovens negros no contexto social: de quem estamos falando?	62
2.4 Trajetórias socioespaciais dos jovens entrevistado	73
2.4.2. Percurso de seu bairro a escola.....	77
2.4.3. Trabalho.....	81
2.4.4. Lazer.....	83
2.3.4. Outros Locais nas trajetórias socioespaciais dos jovens entrevistados	88
Capítulo 3. Jovens negros escolares e perspectivas de acesso á UFJF	94
3.1.O Movimento negro e as cotas raciais.....	94
3.2. Políticas de Ações Afirmativas na UFJF:.....	103
3.3. Jovens pesquisados e perspectivas de acesso ao Ensino Superior.....	106
3.3.1. O acesso ao espaço da UFJF:	106
3.3.2. A perspectiva de ingresso na UFJF:	112
Considerações finais:	119
Referências:	122

Introdução:

Pretende-se abordar nesta pesquisa, como as vivências de jovens negros escolares, a partir de suas trajetórias socioespaciais na cidade, influenciam suas perspectivas de acesso à UFJF pela política de ações afirmativas, via cotas raciais. Para isso, a metodologia desenvolvida se dá com base na pesquisa qualitativa, utilizando de entrevista e narrativa oral no diálogo com os sujeitos.

Nesta perspectiva, a geografia possui pesquisas de grandes contribuições para esse campo de debate, podendo citar: Neto (2013), Cassab (2009), Oliveira (2019), Cavalcanti (2011-2015). Esta pesquisa tem a juventude negra como uma das categorias centrais de análise e discussão. Com isso, tê-los como sujeitos ativos de investigação é também um pressuposto de pesquisa, ou seja, considerar os jovens educandos como interlocutores válidos nos ajuda na investigação sobre suas trajetórias socioespaciais na cidade e suas influências nas perspectivas sobre o acesso à UFJF através da política de ações afirmativas, via cotas raciais.

Deste modo, em relação às entrevistas, primeiramente foi realizado um contato com a escola, pretendendo, a parti dela, acessar possíveis jovens que atendesse o critério desenhado para recortar nossa juventude na pesquisa, sendo discentes do terceiro ano do Ensino Médio e se autodeclarasse negro ou negra. Neste primeiro momento, através da mediação da escola são selecionados dois jovens identificados pela escola como “bons alunos” e, portanto, ótimos para a pesquisa. Caracterização que a frente problematizaremos.

Posteriormente, seguindo orientação da escola de não abordar os jovens em horário de aula, busquei horários alternativos em que eu pudesse dar continuidade as entrevistas com os jovens. Rapidamente percebi que o melhor horário seria antes da aula começar no turno da tarde, pois os estudantes chegavam um pouco mais cedo. Em outros turnos essa abordagem era inviável, pois a maioria chegava bem próximo ao início da aula.

Cabe ressaltar, que o cenário descrito anteriormente, dificultou um número maior de entrevistas e de jovens entrevistados, pois esses jovens que chegavam mais cedo na escola, tinha como objetivo efetuar alguma atividade esportiva, o que dificultou a abordagem.

Neste sentido, a entrada na escola, possibilitou um conhecimento mais profundo da estrutura da escola e de me colocar como pesquisador realizando uma pesquisa, o que possibilitou abordar os jovens naquele determinado horário antes das aulas começarem.

O resultado deste movimento foi a participação de 5 jovens do período da tarde, 1 do noturno e 3 do diurno. O contato com o único jovem do noturno ocorreu por acaso na parte da tarde, quando ele se encontrava na escola para uma conversa com a direção. Já os três jovens do matutino o contato foi mediado através de um professor da escola. Cabe ressaltar que todos os jovens estavam cientes da realização da pesquisa, sendo acordado com a escola um pedido de autorização dos pais dos jovens menores de 18 anos.

Neste sentido, as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado buscando dialogar com as problemáticas dessa pesquisa, utilizando para análise a narrativa oral. Segundo Rocha-Coutinho, (2006) essa metodologia é uma das melhores formas de se fazer com que as pessoas falem sobre suas vidas, pois, segundo a autora permite ao pesquisador explorar não apenas fatos e atividades como também sentimentos, ou seja, as experiências emocionais de seus informantes. Neste movimento de fala, as pessoas constroem identidades, articulam suas experiências e refletem sobre o significado de suas experiências para si. Rocha-Coutinho, (2006, pg. 67) complementa que “através de suas narrativas podemos obter um quadro mais amplo de como os entrevistados se percebem no mundo, de como e a que atribuem valor, e do significado particular atribuído a suas ações e a seu lugar no mundo”.

No contexto dessa investigação, a metodologia proposta, busca em sua abordagem proporcionar dialogar com o fenômeno em sua complexidade, deixando perceber as diversas interações presentes nos contextos sociais, constituídos e constituintes dos sujeitos (RODRIGUES; MENEZES-SANTOS, 2014).

A pesquisa qualitativa fornece as possibilidades de abordagem dos nossos objetivos, possuindo um leque de possibilidades na investigação dos sujeitos da pesquisa. Por meio da metodologia proposta, será possível problematizar a forma que os jovens participantes vivenciam a cidade, partindo da hipótese de que seus usos e não usos influenciam na maior ou menor oportunidade para ingresso ao Ensino Superior.

A pesquisa, com a finalidade do anonimato dos jovens, buscou criar pseudônimo para identificar os jovens durante o decorrer desse trabalho. Os pseudônimos foram criados usando nomes de cantores negros da música brasileira, buscando relacionar esses jovens com figuras marcantes da música brasileira.

Portanto, os nomes escolhidos foram: Luedji Luna, Marechal, Rincon Sapiência, Juçara Marçal, Leandro (Emicida), Milton Nascimento, Elza Soares, Tássia Reis e Rashid. Para facilitar a escrita e a dinâmica do texto, não foi usado o sobrenome de alguns desses cantores, usando apenas o primeiro nome.

Em relação a construção dos mapas, em destaque os mapas que apontam os locais de saída dos jovens, a pesquisa não sinalizou o ponto exato das casas dos jovens, buscando como apontado acima, privilegiar o anonimato dos jovens. Neste sentido, foi utilizado um local de referência indicado pelos próprios jovens durante as entrevistas, podendo ser desde uma rua, uma praça ou até uma viela.

Portanto, a pesquisa pauta-se na compreensão de que a cidade é um produto e condição social, manifestando a dinâmica das relações sociais dos agentes sociais em suas múltiplas dimensões. Através da dinâmica da produção do espaço urbano é possível entender melhor a cidade, sua caracterização como mercadoria, subjugada ao mundo produtivo. Porém, a subjugação não é completa, pois o movimento social é contraditório e conflituoso, fazendo assim, com que a realidade vá adquirindo contornos resultantes dessa contradição (CAVALCANTI, 2013).

Destaca-se que a apropriação da cidade pelos jovens constitui um dos elementos estruturantes de suas identidades, contribuindo também para o pleno exercício da cidadania. Porém, a cidade é construída historicamente, sendo resultado de uma apropriação desigual e excludente, reflexo da priorização da propriedade privada, em detrimento dos espaços públicos e dos interesses coletivos (TEIXEIRA; RESENDE, 2017).

Deste modo, entende-se que é necessário que estes jovens visualizem a cidade como um território a ser usado, pois é nela onde eles realizam leituras e escrevem suas histórias, suas vidas e suas concepções sobre elas. Assim, a cidade e sua espacialidade são características dos jovens que nela vivem. Neste sentido, os jovens participam das práticas socioespaciais formadoras de território na cidade (CAVALCANTI, 2015).

Esses jovens produzem suas espacialidades na cidade de forma desigual, sendo expostas principalmente por marcadores sociais (raça, classe, gênero, entre outros), que refletem diretamente nas suas trajetórias socioespaciais. Uma vez que esse estudo é voltado para a questão étnico-racial, a corporeidade é importante para entendermos como esses jovens se relacionam com espaço, levando em consideração que o corpo negro é inferiorizado socialmente no Brasil, possuindo reflexos no cotidiano desses jovens.

Essa pesquisa tem como sujeitos, jovens escolares negros cursando o terceiro ano do Ensino Médio, que frequentam as Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães., localizada na região urbana de São Pedro e próxima ao campus da UFJF, tem como característica alocar estudantes de várias regiões.

Os jovens escolares possuem uma relação de espacialidade com a cidade pautada, na maioria das vezes, de maneira restrita ao bairro e região onde vivem, tendo a escola e casa

como pontos mais recorrentes em suas trajetórias na cidade. Portanto é importante analisar as trajetórias socioespaciais desses jovens, levando em conta sua condição de estudante, no qual a escola aparece como um ponto fixo nesses trajetos, porém levando em conta o trabalho, lazer, práticas de finais de semana, como ir à igreja entre outros.

Neste sentido, esses jovens em seus deslocamentos vão interagindo e construindo suas espacialidades na cidade. Nesta pesquisa interessa a relação desses jovens com a cidade de Juiz de Fora a partir de sua condição racial e de classe. Busco compreender quais os trajetos e locais que frequentam e não frequentam na cidade, motivados pelo estudo, lazer e trabalho. Também no interessa a sua forma de locomoção na cidade.

Seguindo o que é ensinado por Santos e Ratts (2015), as trajetórias socioespaciais podem produzir mudanças sociais dos sujeitos, sendo analisados nessa pesquisa, jovens negros escolares. Deste modo através de sua locomoção na cidade esses jovens constroem subjetividades e perspectivas de futuro, como é o caso do acesso ao Ensino Superior.

Portanto, em uma sociedade que o acesso ao Ensino Superior é visto como ascensão social por grande parcela da população, principalmente a população negra e pobre, é possível questionar se as trajetórias socioespaciais desses jovens negros na cidade, influenciam nas suas perspectivas de acesso à UFJF, destacando o uso das cotas raciais, que desde a sua implementação vem sendo de grande importância para garantir o acesso de jovens negros em instituições de Ensino Superior em todo país.

Para isso o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro intitulado “Juiz de Fora: uma cidade negra” tem como objetivo trazer a discussão sobre a desigualdade racial na cidade de Juiz de Fora através de uma análise geo-histórica desde o período colonial com a escravização até os dias atuais. Cabe ressaltar que nesse capítulo inicialmente é feita uma contextualização teórica sobre a dimensão racial do espaço, utilizando-se do campo das Geografias Negras como embasamento.

No segundo capítulo intitulado “As circunstâncias da vida real: caracterização dos jovens pesquisados e seus trajetos na cidade” busco trazer a realidade dos sujeitos pesquisados na cidade Juiz de Fora. Inicialmente é apresentado o contexto espacial e educacional da escola para em seguida abordar, através de dados e de discussão teórica, a situação social dos jovens negros no Brasil. Ainda neste capítulo, apresento os trajetos socioespaciais desses jovens na cidade, sabendo que a casa e a escola determinam em grande medida seus percursos, não sendo, contudo, os únicos a serem tratados.

No terceiro capítulo, pretendo fazer uma análise da perspectiva de acesso dos jovens pesquisados à UFJF, sendo esse acesso tanto ao espaço físico da universidade como também de ingresso como futuros estudantes de graduação, principalmente através das cotas raciais

Capítulo 1. Juiz de Fora: Uma cidade Negra

*“Século XXI, progresso, olha de novo
irmão*

*Cê vai ver que os preto ainda tão, na
rua, no gueto e na prisão*

Sem saber se são regras, ou exceção

*Todo mundo é igual, e ainda assim, nós
tá fora do padrão”.*

(E.M.I.C.I.D.A).

O propósito deste capítulo intitulado “Juiz de Fora: uma cidade negra” é trazer um debate que revele a dimensão racial do espaço, tendo como análise a cidade de Juiz de Fora e as desigualdades raciais presente nela. Primeiramente para construção de uma base teórica para a discussão do capítulo, é utilizado o campo das Geografias Negras, revelando bases teóricas e conceituais que confirmam a dimensão racial do espaço.

Posteriormente é abordado como o racismo se firma no espaço-tempo, tendo como objeto de estudo a cidade de Juiz de Fora. Nota-se que a cidade teve grande presença negra, vinda inicialmente para ser mão de obra escravizada e que com isso participaram ativamente na construção da cidade. Fato que é apagado na história da cidade, exaltando principalmente a presença branca europeia, no qual é visto em nomes de ruas, avenidas, em monumentos.

Portanto, Juiz de Fora se apresenta sendo uma cidade extremamente conservadora com bases e ideias racistas, fato que se expressa até os dias atuais, nos quais os dados apresentam um cenário no qual Juiz de Fora é uma das cidades com maior desigualdade racial no Brasil.

1.1. Polissemia e concepções de raça-espaço para uma leitura social

Na Geografia não existe uma tradição de estudos sobre raça e racismo, percebe-se que a ciência geográfica é ainda bastante fechada para alguns assuntos. Contudo, é nítida uma grande mudança neste cenário, destacando uma gama de recentes reflexões, noções e pensamentos sobre o tema (GUIMARÃES, 2015).

Segundo Mbembe (2008), a descolonização não atingiu o debate da produção do espaço em nossa sociedade. Sendo assim, Oliveira (2019), evidência que a leitura da dimensão racial do espaço ainda é marcada por um grande silêncio, apesar do aumento significativo de estudos tanto no campo analítico quanto no reconhecimento de seus condicionamentos.

Principalmente nas duas primeiras décadas do século XXI, percebe-se uma preocupação da Geografia em desenvolver debates e discussões sobre espaço e raça, sendo confirmado em vários estudos e pesquisas no campo das Geografias Negras, podendo citar Guimarães (2015), Santos (2012), Oliveira (2019), Marcelino (2022), Mckittrick e Woods (2007), Cirqueira (2021) entre outros.

Neste sentido, o pensamento social brasileiro, em destaque aqui a Geografia, tem sido provocado a refletir sobre a complexidade da temática das relações ético-raciais, no qual, como bem salienta Barreto (2018), a discussão de raça e espaço se faz necessária, pois, a partir dela é possível desvendar processos sociais que confirmam a condição do negro, o seu lugar, que é determinado por um conjunto de fatores, destacando o racismo como sistema que inferioriza o negro em relação ao branco.

Neste sentido, raça é entendida aqui como categoria de análise sociológica, assim sendo nos obriga à consideração criteriosa de sua constituição e reprodução social (MUNANGA, 2004). Entender raça como categoria de análise, nos obriga a pensar suas muitas mudanças de concepção e de interpretação ao longo dos tempos. É possível refletir sobre como o seu processo de elaboração proporciona indagar sobre a possibilidade de transformar o conceito de raça em um conceito que promova a equidade social (GUIMARÃES, 2015).

Sendo raça uma categoria de análise, fruto de uma construção social, segundo Marcelino (2022, p.441-442), o conceito de raça “adquiriu diferentes acepções ao longo da história, seu significado, vai variar no tempo e no espaço de acordo com a vontade e os interesses dos grupos sociais hegemônicos que se utilizavam (e alguns destes, ainda nos dias de hoje).”

Raça surge como uma classificação biológica dos seres vivos nos séculos XVIII e XIX. Buffon¹ foi responsável pela primeira grande classificação das raças. Nesse momento da história, segundo Mbembe (2018, p.41), a ideia de raça emerge de um “ambiente em que a

¹Conde de Buffon (1707-1788), lançou em 1749 sua tese sobre a "debilidade" ou "imaturidade" do continente americano, com isso disseminou uma ideia de inferioridade dos povos e animais fora da Europa (SCHWARCZ, 1996).

linguagem acerca dos mundos outros era construída a partir dos preconceitos mais ingênuos e sensualistas, e formas de vida extremamente complexas são trazidas à pura simplicidade dos epítetos”. Essa concepção perpetua-se no pensamento ocidental da época, sendo esse momento crucial para construção da visão de inferioridade do negro, no qual “é representado como protótipo de uma figura pré-humana incapaz de superar a sua animalidade, de se autoproduzir e de se erguer à altura do seu deus” (MBEMBE, 2018, p.41). Mbembe (2018), afirma que o conceito de raça, que advém inicialmente da esfera animal, se perpetuou durante vários séculos tendo como principal finalidade nomear as humanidades não europeias.

[...] A noção de raça permitia representar as humanidades não europeias como se tivessem sido tocadas por um ser inferior. Seriam o reflexo depauperado do homem ideal, de quem estariam separados por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável (MBEMBE, 2018, p. 33).

Seguindo o que era disseminado na época, a Geografia Moderna reproduziu as concepções etnocêntricas no que diz respeito às populações não europeias. Neste sentido, Marcelino (2020, p.451), destaca o papel desempenhado pelo naturalista Humboldt, o qual “desenvolveu importantes considerações acerca das práticas de racismo e etnocentrismo criado por europeus em relação a outros povos e grupos étnicos”.

Segundo Guimarães (2015), os pensamentos etnocêntricos e racistas perduraram no campo da geografia, pelo fato que o conjunto filosófico e epistemológico que influenciou os primeiros geógrafos foi de pensadores dos séculos XVII, XVIII E XIX, no qual é possível citar o determinismo geográfico como um exemplo das influências diretas desses pensadores e filósofos.

Esses pensamentos tradicionais dentro do campo da geografia se modificam principalmente com a chegada da corrente de pensamento da Geografia Crítica. Guimarães (2015), dirá que é nos pós década de 1980, em que as pesquisas geográficas sobre raça e racismo ganham maior força, sendo a partir desse momento que o racismo passa ser visto como elemento capaz de modificar-se no tempo e espaço.

Neste sentido, o conceito de raça para referenciar os seres humanos de forma biológica, perde a sua validade no século XX e XXI, modificando seu entendimento e uso para uma legitimação cunhada em termos socioculturais e políticos (GUIMARÃES, 2015). Segundo Hall (2013), a interpretação biológica sobre raça se mostrou inaceitável e imprópria para leitura da realidade dos fatos, sendo substituída por leituras sociais, culturais, históricas e políticas. Portanto, raça passa a ser compreendida como categoria social, sendo possível

afirmar que “o comportamento e a diferença racial devem ser entendidos como fato discursivo e não necessariamente genético ou biológico” (HALL, 2013, p. 2).

A antropologia no século XX se esforçou para demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. Constatou-se que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça. O genocídio efetuado pela Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial reforçou o fato de que a raça é um elemento essencialmente político, não tendo qualquer sentido fora da esfera socioantropológica (ALMEIDA, 2019).

Contudo, conforme destaca Santos (2012), mesmo com a superação da visão de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais, a raça continua sendo princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações. Sendo assim, reconhecer a igualdade biológica não necessariamente induz ao reconhecimento de igualdade social.

A raça não é termo fixo, seu sentido está atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizada. Segundo Almeida (2019, p.19), o conceito de raça é relacional e histórico, portanto, é correto afirmar que por trás do conceito existe sempre “contingência, conflito, poder e decisão”. Neste sentido, a história da raça ou das raças está relacionada diretamente com a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas.

Mbembe (2018, p.74) nos alerta que na história das sociedades contemporânea, “a raça sempre foi uma forma mais ou menos codificada de divisão e organização das multiplicidades, fixando-as e distribuindo-as ao longo de uma hierarquia e repartindo-as dentro de espaços mais ou menos estanques”.

Nesta perspectiva, Santos (2012) defende que a raça é um princípio de classificação que regula e ordena comportamentos e relações sociais, e, por essa razão, possui vínculo direto com a Geografia. Para o autor, na medida em que a Geografia pretende compreender as dimensões espaciais das relações sociais, é razoável pensar que “as relações raciais grafam o espaço, constituem-se no espaço e com o espaço”, sendo tarefa da Geografia revelar estas espacialidades (SANTOS, 2012, p. 38).

Sendo assim é importante entender qual espaço está sendo analisado:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÉBVRE, 1976, p.29), nem como um produto da sociedade “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional” (LEFÉBVRE, 1976, p.30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço

absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social) (CORRÊA, 2009, p.25).

O conceito de espaço é apresentado como fator social e não apenas como um reflexo social, segundo Milton Santos o espaço é uma instância da sociedade:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que manifestam através de processos e funções. O espaço é, então um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí por que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2012b, p. 153).

O espaço, além de instância social que propende a reproduzir-se, possui também uma estrutura que corresponde à organização produzida pela sociedade. É também uma instância subalterna à lei da totalidade, que detém de certa autonomia, manifestando-se através de leis próprias. Desta maneira, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diversas variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho, sendo a morada do homem, sem definições fixas. Portanto, o espaço geográfico é organizado pelo homem, vivendo em sociedade e por cada sociedade, que historicamente produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução (SAQUET; DA SILVA, 2018).

Portanto, o espaço necessita ser considerado como totalidade, tendo em conta o conjunto das relações realizadas através de funções e formas, que são apresentadas historicamente por processos tanto do passado como no presente. Deste modo, sendo possível analisar o racismo na perspectiva espacial, já que o mesmo se estabelece e fortalece tanto no passado como no presente e constitui-se como uma estrutura social.

Guimarães (2015), enfatiza que o racismo se estabelece e se fortalece no tempo e espaço, graças à manutenção de ideologias enraizadas como marcas na sociedade. Para a autora, estas ideologias racistas, ao mesmo tempo em que formam, são formadas pelo espaço, permeiam de forma destrutiva as relações interpessoais, a mente e o psicológico de pessoas negras e, em contrapartida, de maneira dominadora nas pessoas brancas.

Santos (2012), aponta que as hierarquias que colocam o negro em posição desfavorável em relação ao branco na sociedade, são princípios de distinção que não operam de maneira absoluta no espaço e no tempo, com isso define experiências sociais complexas. O autor destaca dois aspectos dessa complexidade, considerados importantes para se pensar as dimensões espaciais das relações raciais. O primeiro é o fato de que a

“valorização/mobilização” destes pertencimentos variam nas interações sociais. Em alguns momentos eles podem regular as relações e em outros não são mobilizados para isso. O segundo aspecto reforça a complexidade dos próprios sistemas de classificação e das estruturas de “pertencimentos” que tendem a mudar consideravelmente de contexto a contexto.

Nesta perspectiva, Santos (2012), enfatiza que as relações raciais nos contextos sociais produzem “áreas duras” e “áreas moles”. As áreas duras são aquelas nas quais a dimensão racial tem importância, sendo normalmente onde afeta de forma negativa para os negros. Já as áreas moles, nas palavras de Santos (2012, p. 42-44), são “espaços no qual ser negro não dificulta (como o domínio do lazer em geral) e pode, às vezes, até dar prestígio (o que ele chama de “espaços negros”, como o bloco afro, a batucada, o terreiro de candomblé e a capoeira)”. Ainda para o autor, as distinções entre essas duas áreas envolvem uma valorização ou não, do pertencimento racial, e a definição de sistemas de posições, que são mais ou menos hierarquizadas na sociedade quando a raça regula as relações e os comportamentos dos sujeitos envolvidos em cada contexto.

Segundo Santos (2012, p.44), a leitura da dimensão racial do espaço no contexto brasileiro faz com que seja possível pensarmos não apenas a racialidade e toda complexidade das classificações raciais, como também fazer a leitura dos vários contextos que a população negra está inserida. Neste sentido, o autor argumenta que as “áreas” são associadas aos “contextos de interação”, sendo responsáveis por fazer uma leitura das relações raciais a partir de sua espacialidade. Nas palavras de Santos:

Há na nossa sociedade um complexo padrão de relações raciais que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre esses grupos. Esta mistura entre momentos de horizontalidade e momentos de verticalidade é que permitirá que, a um só tempo, convivam na sociedade (i) uma representação de si própria como sendo uma “democracia racial” e (ii) a reprodução e a consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça, o que deveria ser extirpado caso horizontalidade, integração e igualdade fossem princípios ordenadores das relações raciais vigorando em todos os momentos da construção do tecido social (SANTOS, 2012, p. 44).

Passado e presente se articulam no espaço e estabelecem diferentes grafias espaciais das relações raciais. Neste aspecto, dirá Santos (2012), fenômenos sociais do passado imprimem marcas espaciais que se mantêm ou constituem práticas e manifestações que permanecem no tecido social reconstruindo espacialidades. Por outro lado, os fenômenos e

ações, do presente também imprimem suas grafias no espaço. Sendo assim, como a raça ainda é hoje instrumento de dominação e controle social, as lutas antirracistas tornam-se essenciais já que também produzem legados e grafias espaciais. Santos (2012), fala das toponímias da resistência, os espaços de valorização da negritude e outras formas de espacialização do Movimento Negro em sua vasta diversidade constitutiva.

Nessa perspectiva, também Oliveira (2019), nos dirá que as formas espaciais expressam não apenas as intenções de quem as conceberam, mas também os sentidos pelos quais são apropriadas. Assim sendo, é necessário descolonizar a maneira como são lidas às rugosidades, ou seja, significa recuperar o conteúdo político que criou essas formas espaciais e explicitar o racismo estruturado na produção social do espaço.

Guimarães, (2015), ressalta também a importância das construções epistemológicas de raça e do racismo, que dão suportes para o entendimento sobre um dado elemento socioespacial e na definição de dimensões raciais do espaço de análises nos mais diferentes lugares e tempos históricos. Portanto, deve-se reconhecer a extrema importância que a dimensão racial do espaço assume na manutenção, garantia, conquista e luta pela regulação dos processos e direitos sociais e das relações entre os grupos. Assim sendo, as Geografias Negras assumem o papel de desvendar a dimensão racial do espaço, segundo Mckittrick e Woods (2007, p.5, tradução do autor²) através desse campo é “possível pensar como as vidas de sujeitos subalternos são moldadas e estão moldando os contornos imaginativos, sociais, midiáticos, políticos dentro da geografia”.

Portanto, as perspectivas geográficas negras precisam ser reconhecidas e ser levadas a sério, pois elas reconfiguram as práticas espaciais hegemônicas. Trazer as Geografias Negras para nossa visão de Mundo e compreensão espacial possibilita a criação de novas estratégias de emancipação (MCKITTRICK; WOODS, 2007).

Urge compreender a forma como raça e espaço se configuram em condições concretas da população negra. Desse modo torna-se compreensível como racismo e capitalismo são agentes que (re)produzem desigualdades apresentadas de vários processos estruturais da sociedade (econômica, cultural, habitacional entre outras) e que se materializam no espaço urbano.

² “Of course, black geographies are not simply oceanic, eternally attached to the middle passage; nor are they always already catastrophic, storm-torn, and demarcating sites in which black communities are abandoned and left to fend for themselves. But these kinds of socio-spatial events, among many others, provide a way in which we can start thinking about how the lives of subaltern subjects are shaped by, and are shaping, the imaginative, three-dimensional, social, and political contours of human geographies (MCKITTRICK e WOODS, 2007, p.5)”.

O espaço urbano, como recorte espacial, a partir de uma leitura do ponto de vista racial, tende a apresentar grandes desafios, principalmente pelo grande apagamento que a população negra sofre na formação das cidades, que se apresenta em consequências nos dias atuais, fato esse explicado, principalmente porque as cidades brasileiras ainda não superaram algumas características dos períodos colonial e imperial, dentre as quais a concentração de terra, renda e poder, pelo forte exercício do coronelismo e pela aplicação arbitrária da lei).

Neste sentido é importante discutir a questão urbana. Nosso ponto inicial é o entendimento, em consonância com Lefebvre (1999), que a cidade configura como território de mudanças advindas das relações entre os vários agentes sociais que a compõem, sendo, portanto, obra da história. Nesta perspectiva ganha relevância a análise das relações raciais nas cidades, pensando principalmente todo processo de exclusão vivenciado historicamente pelas pessoas negras.

Compreender, portanto, as estruturas sociais herdadas do colonialismo e do período Imperial, implica reconhecer as raízes que se aprofundam desde a escravização passando pelo período pós abolição. Período no qual, segundo Nascimento (2017), os escravizados e seus descendentes foram jogados na marginalidade da sociedade, exonerando de responsabilidade os Senhores, o Estado e a Igreja. Nesse processo, dirá o autor, “o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas” (NASCIMENTO, 2017, p. 20).

Se compreendermos a cidade como produto social, entendemos que ela é, sobretudo, relação social. Nesse aspecto, a cidade é um espaço de relações conflituosas e expressa a existência de diversos poderes em disputa, que são vivenciados por vários grupos sociais. Sob essa lógica, é possível afirmar que ela não está alheia ao racismo, fruto de um longo período de escravização que viveu o Brasil e que deixou profundas raízes em nossa sociedade e no espaço.

Santos (2012), chama atenção como:

Nas cidades brasileiras, podemos ver diversas expressões espaciais dessa incorporação subalternizante de comunidades negras geradas no passado pelas relações de escravidão ou no processo de extinção do regime escravocrata, o que envolve também aquelas geradas ou incrementadas por negros ex-escravos e descendentes em migrações internas após a abolição (SANTOS, 2012, p.62).

É esperado que em um país de formação colonial e escravista como o Brasil, último país da América a abolir formalmente a escravização, tendo durado mais de 300 anos, as

marcas que revelam formas espaciais resultantes de processos sociais instituídos pelas relações raciais historicamente violentas, estejam ainda presentes na formação e organização do espaço. Assim, o racismo é apresentado como:

[...]uma decorrência da própria estrutura social, ou seja do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2019, 38).

Gonzales, Hasenbalg (1982), ponderam que a essência do racismo está na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, tendo como finalidade a justificava para exercer o domínio sobre os povos de cor. Em nosso país o racismo deriva dos processos de colonização, escravização, construção da nação e da identidade brasileira. Processos que se deram a partir de um cenário de violências dos grupos hegemônicos contra os grupos subalternizados na disputa de poder. Nesse aspecto, o racismo encontra-se empregado na totalidade da vida social brasileira, expressando-se nas dimensões política, cultural, social e espacial. Sendo assim, ele torna-se central na compreensão dos problemas socioespaciais brasileiros e na produção, configuração e organização de nossas cidades.

O racismo, portanto, também remete a condição do negro nas cidades, no caso a sua localização geográfica, que está conectada com sua condição racial. Nesta perspectiva, podemos dizer, junto com Barreto (2018), que o espaço urbano carrega o estigma da cor, ou seja, as localidades mais precárias são destinadas à população negra pobre.

Desse modo, a compressão de nossas cidades não pode estar descolada da leitura da questão racial de forma a elucidar a maneira como se entrelaçam no espaço com classe e raça. Segundo Mbembe (2018, p.76), “ao longo de grande parte da história moderna, classe e raça mantiveram laços de constituição”.

Nesta perspectiva é visível que a população de maior renda, comumente pertencente a classe detentora dos meios de produção ou a classe média, em sua maioria branca, reside em locais privilegiados da cidade, onde podem usufruir de espaços que reúnem todos os benefícios da cidade, com maior segurança, áreas de lazer, saneamento básico e amenidades físicas e ambientais. Já a população mais pauperizada de nossa sociedade – em sua maioria negra -, não possui acesso a esses benefícios, Carvalho (2020), complementa:

Como uma expressão coletiva das desigualdades e da cultura material da cidade, aquelas onde residem os grupos de alta e média renda estão situadas geralmente na área central ou em uma direção específica do referido território, sendo bem providas

de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo. Aí se concentram os mais importantes centros de comércio, de saúde e de educação, espaços de cultura e de lazer como parques, teatros e museus, monumentos e amenidades de várias ordens. Suas edificações são adequadas ou até luxuosas e tendem a refletir as mudanças e tendências estéticas e arquitetônicas contemporâneas. Já os espaços onde a população de baixa renda se aglomera normalmente carecem de infraestrutura e equipamentos básicos, estão localizados em áreas periféricas, distantes e, muitas vezes, inadequadas à ocupação, concentrando moradias precárias e autoconstruídas sem requisitos mínimos de habitualidade (CARVALHO, 2020. p.139-140).

Pelo histórico econômico colonial escravocrata brasileiro, as desigualdades raciais estão entrelaçadas com as hierarquias de classe. Portanto, é impossível a compreensão da organização espacial das nossas cidades fora dessa relação, que se manifesta e se reforça em desigualdades socioespaciais. Em especial, destacará Panta (2020), aquela referente a localização espacial da população negra no espaço urbano. Para a autora, é possível evidenciar “a extensiva aglomeração de negros em espaços marginalizados de diferentes cidades do Brasil” (PANTA, 2020, p. 80). Fato que, ainda de acordo com a autora, reforça a estigmatização dessa população e de seus territórios. A estigmatização refere-se aos seus corpos e sua presença na cidade expressa, por exemplo, em suas práticas culturais, religiosas e dos territórios negros no qual são representados como espaços de informalidade, crime e pobreza.

Nota-se também que historicamente a população negra vem sofrendo com restrições na apropriação e uso das cidades. Suas práticas culturais e religiosas são vistas como perigosas e criminalizadas. Evidencia-se, desse modo, a existência de um ideal higienista que possibilita a implantação de uma supremacia racial branca, que incorpora ideias de superioridade desse grupo racial. Para seu enfrentamento, a população negra precisou adotar estratégias de ocultamento no espaço urbano, como, por exemplo, a ocupação de cortiços na área central, de morros em áreas periféricas, o abandono de suas práticas culturais e religiosas. Todas elas marcadas pelo tensionamento com o Estado, que, em defesa dos ideais da branquitude³, exerce a violência como força de poder para a retirada dessa população.

Nesta perspectiva, em vários centros urbanos no Brasil, a população negra foi expulsa das áreas centrais. Segundo Luz (2022, p. 132), esse processo “evidenciou não apenas a segregação racial desse grupo para áreas mais afastadas, mas também buscou eliminar todas as referências físicas e simbólicas que remetiam a existência e a presença negra na cidade”.

³ Segundo SCHUCMAN, 2012, branquitude mesmo sendo muito próximo não é sinônimo de pessoa branca. A branquitude é entendida como uma ideologia, sendo construção sócio-histórica produzida pela ideia falsa da superioridade branca, na qual estrutura o racismo, neste sentido, colocando os sujeitos brancos no topo na hierarquia racial no qual adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

SANTOS (2012), nos desafia a olharmos as manifestações e expressões concretas e subjetivas do racismo no espaço urbano de forma a torná-lo em si elemento chave de compreensão do racismo. Portanto, para o autor “o espaço urbano, numa sociedade que tem a dimensão racial como um princípio regulador de relações sociais, fundamental no desenho estrutural de alocação de riquezas e poder, é pleno de grafagens das relações raciais” (SANTOS, 2012, p.66).

O racismo então é um elemento ativo, metamórfico e atemporal na sociedade. Uma estrutura social capaz de produzir contornos territoriais, territorialidades, paisagens, lugares, características locais, regionais, nacionais, internacionais e globais, gerando como resultado as “desigualdades socioespaciais⁴” (GUIMARÃES, 2015, p.223).

A população negra no Brasil, historicamente enfrenta especiais dificuldades quando do acesso a cidade e suas oportunidades. Tais dificuldades foram sendo redefinidas ao longo de nossa história, mantendo, contudo, sua essência: as privações de acesso à cidade como direito. Para Oliveira (2019):

O racismo brasileiro além de ser plural é também é um camaleão. Ou seja, para manter a dominação racial a adaptação e a mudança tem sido permanente ao longo da história. O racismo por definir um padrão de poder/dominação/exploração/opressão que tem a branquitude como o paradigma, inscreve se concomitante em sistemas de objetos e ações para se tornar mais eficaz (OLIVEIRA, np, 2019).

A negação do direito à cidade atinge de forma mais intensa a população negra. Portanto, mesmo transmutando-se, o racismo atua de forma aguda através das garantias seletivas do Estado e suas instituições, ou seja, impedindo o legítimo direito à cidade a maioria da população negra.

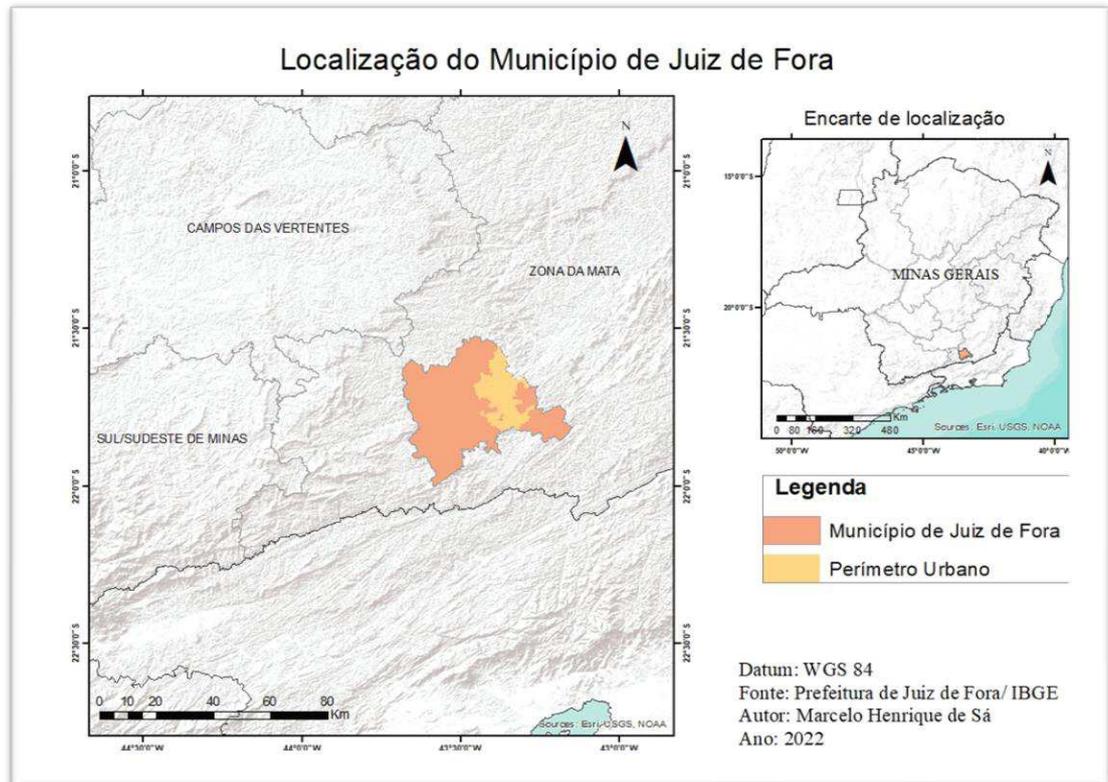
Nota-se, que o processo geo-histórico de construção espacial das cidades brasileiras é marcado pela exclusão e apagamento da população negra. Neste sentido, o fazer a cidade está predominantemente nas mãos da branquitude, que participa como sujeito ativo na história da construção espacial das cidades. Portanto, a população negra vem sofrendo de forma desigual dentro desse processo, que se apresenta em grande parte das cidades brasileiras, como é o caso de Juiz de Fora.

1.2. As inscrições negras no espaço urbano de Juiz de Fora

⁴ Categoria utilizada por Geny Guimarães (2015) para enfatizar a existência de desigualdades que perpassam pelo social, espacial e racial.

O município de Juiz de Fora, como demonstra o mapa 1, está localizado na mesorregião da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais. Segundo dados do IBGE, (2018), atualmente encontra-se dividido em 111 bairros e 4 distritos, com uma população estimada em 564.310 habitantes e uma área total de 8.923,426 Km².

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora/ IBGE.

Sua formação data do ano de 1701, período no qual foi aberto o Caminho Novo, rota que ligava a Borba do Campo (atualmente município de Barbacena) ao Rio de Janeiro. Dentre os núcleos populacionais que constituía essa rota estava a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, que abrigava o arraial de Santo Antônio do Parahybuna, que a partir de 1865 passou a ser chamado de cidade do Juiz de Fora (BATISTA, 2015).

A cidade de Juiz de Fora também segue os traços geo-históricos da produção do espaço urbano brasileiro, possuindo seu crescimento atrelado principalmente pela expansão da lavoura cafeeira, que atingiu uma grande parte do seu território, composto por grandes fazendas, muitas dívidas no sistema de sesmarias adotados pela coroa portuguesa. Nestas fazendas a força de trabalho explorada era de escravizados.

Em Juiz de Fora, existia um expressivo número de escravizados, segundo Guimarães; Guimarães (2001), no século XIX a província onde se localiza a atual cidade, possuía a maior população escravizada do país, sendo considerada o maior concentrador dessa população no âmbito provincial. Neste sentido, igualmente ao que aconteceu em vários centros urbanos no país, em Juiz de Fora os escravizados participaram como atores na construção da história da cidade (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2001).

Por conta da forte expansão da cafeicultura, Juiz de Fora era o principal núcleo urbano da região na época sendo “um importante entreposto comercial da Mata mineira oitocentista, escoando parte da produção cafeeira de Minas Gerais e oferecendo inúmeros serviços como os de cambio, hotelaria, sapataria, costura, confeitaria, dentre outros” (BATISTA, 2016, p. 122). Nesta época, cada fazenda contava, em média, com 100 escravos, responsáveis não somente por toda a produção, mas também por sua concentração no núcleo urbano (ASSIS; LIMA, 2014).

Como bem traz Batista (2016), o crescimento da cidade de Juiz de Fora ao longo do século XIX atraiu muitos migrantes (nacionais e estrangeiros), que se instalaram na localidade para efetuar seus serviços, promover investimentos, dentre outras atribuições. Os imigrantes se instalaram principalmente em duas áreas da cidade, conhecidas hoje como São Pedro e Borboleta. Nesse período houve uma crescente demanda de novos investimentos em estruturas urbanas e com isso acarretando em um desenvolvimento econômico desse centro urbano, com isso foi necessário um grande número de escravizados fazendo com que, a cidade se tornasse no decorrer do século XIX o principal entreposto comercial de escravizados da Zona da Mata Mineira (BATISTA, 2016). Com o declínio da produção de café, Juiz de Fora se destaca pelo pioneirismo industrial e cultural, entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse período marca também o fim do regime de escravização no Brasil. Com a abolição, oriundos principalmente das antigas fazendas de café, a população negra teve sua “inserção” na cidade. Contudo, cabe ressaltar que nesse momento os ex-escravizados não tiveram nenhum suporte do Estado.

Com a abolição da escravidão, Juiz de Fora sofreu com o êxodo de grande parte dos libertos para os quilombos próximos. Aos que permaneceram, restou se submeter à própria sorte, já que não houve nenhum tipo de política pública que garantisse o acesso à terra ou a qualquer tipo de assistência pública que amortizasse os efeitos dessa transição (ASSIS; LIMA, 2014, p.47).

Nas primeiras décadas do século XX, como aponta estudos de Luz (2022), foi muito comum a criação de guetos pela população de ex-escravizados nas cidades brasileiras,

principalmente pelo abandono do Estado. Em Juiz de Fora esta realidade também foi presente. Batista (2015), salienta que as moradias dos ex-escravizados foram construídas em lugares íngremes ou afastados, formaram favelas e aglomerados urbanos, concentrando as populações de baixa ou nenhuma renda nas periferias da cidade. Esses agrupamentos constituíram áreas no entorno do centro urbano da cidade, onde a população negra se fixou e criou laços afetivos, de solidariedade, familiares, compartilhando de espaços em atividades culturais, recreativas e religiosas. Nesse processo foram criados vários bairros na cidade, destacando, São Benedito antigo Arado, Megiolário e São Tarcísio, Lamaçal (hoje Bom Pastor), Santa Rita, Serrinha (conhecido hoje como Dom Bosco), Santa Luzia, Santo Antônio da Boiada entre outros lugares.

Outros bairros seguiram esse mesmo padrão na sua formação, ressaltando o bairro São Pedro, que atrelado a presença de imigrantes alemães, teve também em seu processo de formação a presença negra. Também segundo Batista (2015), o local foi considerado um quilombo composto pela população de ex-escravizados oriunda das fazendas São Mateus e Salvaterra, umas das maiores fazenda de café da região.

O processo de formação do bairro São Pedro se dá principalmente com a chegada de imigrantes alemães e posteriormente a presença negra na forma de um quilombo, porém o que é mais perpetuado ao longo da história é a presença alemã, constituindo assim como um apagamento da presença negra na formação do bairro.

Nota-se que esses bairros negros são constituídos predominantemente por descendentes de escravizados que com a abolição saíram das fazendas para à cidade, não possuindo uma qualidade de vida mínima para uma sobrevivência digna, dificuldades para inserção nos novos modelos de trabalho da cidade, de nenhum status social de cidadania. Como consequência agravou-se as desigualdades sobre essa camada da população.

Os bairros negros foram construídos basicamente por uma população em busca de localização que favorecesse seu acesso aos bens e serviços que atendessem suas necessidades. Esses territórios foram construídos provavelmente a partir da relação da população negra e sua história no período de urbanização do país, à mercê dos interesses e especulação imobiliários. (BATISTA, 2015). Nota-se que atualmente existe uma separação da cidade na margem esquerda e direita do Paraibuna. Na margem esquerda estão a maioria dos bairros negros, na qual historicamente a população negra residiu, destacando bairros como São Bernardo, Santa Cândida, São Benedito.

Batista (2015, pg.97), em seu trabalho, descreve a sociedade juiz-forana como extremamente segregacionista, principalmente no que diz respeito ao acesso do espaço físico

da cidade quando se trata das populações negras. Destacará a autora, que entre o final do século XIX e início do século XX, a Câmara Municipal através de uma legislação instaurou uma “ordenação segregacionista do espaço físico” da cidade o qual, segundo as autoras teve grande influência da vida da população negra da cidade:

[...] as ações implementadas dificultaram o ajustamento dos afrodescendentes e seus meios de sobrevivência à inserção no mercado de trabalho, uma vez que tal legislação criou arbitrariamente impostos eventuais e singulares. Algumas tornaram as penalidades mais enérgicas, outras reduziram o tempo de apresentação dos músicos em vias públicas, além de coibirem venda e exposições de objetos confeccionados artesanalmente. Em 1896 a Câmara Municipal aprovou Resoluções nº371 e nº385 as quais vieram ao longo do tempo refinando um explícito processo de segregação no município demarcado a partir de uma redistribuição geográfica, territorial, de serviços, realocação de espaços físicos (BATISTA, 2015, pg.97).

Nesta perspectiva a população negra era proibida de ocupar alguns espaços da cidade, principalmente na área central. Batista (2015), dirá que a Rua Marechal Deodoro era conhecida como o “local em que o povo negro podia circular à vontade” (p.48). Demonstrando assim, o lugar do negro na sociedade juiz-forana em determinado momento.

Em contrapartida, neste mesmo período há uma forte presença dos clubes negros da cidade de Juiz de Fora, que se consolidam possuindo como principal características serem agremiações de negros para negros. Para Batista (2015), os clubes negros seriam uma forma de afirmação da população negra na cidade. A presença e o encontro da população negra nas sedes dos clubes acabaram também desenhando uma grafia negra pela cidade.

Para Nascimento (2017), o genocídio da população negra se deu de forma material e simbólica. Segundo o autor, é nesta perspectiva que também compreendemos que a formação dos bairros negros, bem como o apagamento da presença dos negros em outros socialmente valorizados, são facetas de um mesmo processo de genocídio da presença negra nas cidades. Processo que contou com a participação ativa do Estado e do Capital Imobiliário. O Estado, por meio do racismo institucional, reproduz e imprime violência contra esses territórios, sendo percebida em silenciamentos e marginalização desses locais. Já o capital imobiliário, principalmente através da especulação imobiliária, busca a desvalorização desses locais visando seus interesses. Outro caso bem comum é da gentrificação que acontece nesses locais. Bataller (2012), dirá que esse fenômeno se apoia em uma série de melhorias físicas ou mudanças materiais e imateriais, perceptível na esfera econômica, social e cultural, os quais experimentam uma considerável elevação de seu status. Cabe ressaltar em muitos dos casos Estado e Capital imobiliário atuam em conjunto através de uma lógica comum e complementar.

Abdias dos Nascimento (2017), o autor traz as várias tentativas genocidas adotadas pelo Estado e a branquitude na tentativa de aniquilação das expressões simbólicas da negritude (dança, religião, entre outros) e do material, atrelado principalmente ao corpo negro e seus territórios. Os bairros negros são vítimas dessa lógica, no qual Estado e Capital Imobiliário são agentes ativos nesse processo

Em Juiz de Fora não é diferente, a especulação imobiliária tem atuação importante no sentido de promover a formação de espaços valorizados e desvalorizados da cidade. Exemplo é o papel que exerceu na expulsão da população negra da área central e proximidades na cidade, como no caso da remoção da Vila da Prata, antiga favela localizada no atual Parque da Lajinha. Muitos dos moradores, em sua maioria negros, expulsos de suas casas ocuparam a Zona Norte da cidade, que atualmente é a região mais populosa do município e onde se concentra o maior quantitativo da população negra (BATISTA, 2015). Esta Zona da cidade, é uma área com maior predominância de ocupações e sub moradias, possuindo um nível baixo de investimentos em infraestrutura, o que já sinaliza para as condições de moradia da população negra na cidade até a atualidade.

Outro ponto da cidade que recentemente sofreu com a forte atuação da especulação imobiliária, é o bairro Dom Bosco considerado um dos maiores conglomerados negros existentes no município. Localizado na região Sul de Juiz de Fora, o bairro tem seu território formado historicamente por afrodescendentes. Na região existiu um quilombo e um cemitério de escravizados. Sua formação também teve influência no período pós-abolição, com a migração de ex-escravizados da zona rural para a área urbana, chegando ao local que era conhecido na época por “Serrinha”. Porém, após a construção do Shopping Independência, do hospital privado Monte Sinais, Hotel Trade e também pela proximidade com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o local valorizou-se do ponto de vista imobiliário (MARIOSIA, 2016).

Neste sentido, o mercado imobiliário exerce grande influência nas transformações do arranjo espacial do bairro Dom Bosco. Menezes e Monteiro (2010), afirmam que:

As recentes transformações no arranjo espacial local são engendradas pelo capital imobiliário em busca de estruturar as alterações no espaço intra-urbano por meio da materialização dos novos empreendimentos voltados para a prestação de serviços, circulação de capital, pessoas e mercadorias. O local, lócus da reprodução da vida social e comunitária, é transformado a partir de atores e ações vinculados ao capital estranho ao próprio lugar, territorializando novos objetos para a reprodução do capital e desterritorializando compulsoriamente as formas de vida comunitária. As contradições geradas por este processo dão as condições materiais necessárias para o movimento de luta dos moradores contra a nova função e uso dado ao bairro pelo capital (MENEZES; MONTEIRO, 2010, p. 97).

Podemos destacar também outras perdas significativas para a comunidade, como o campo de futebol, única área de lazer do bairro, que se localizava em frente ao shopping, a “bica” de água que era utilizada pelas lavadeiras do bairro, que deu lugar para ampliação do Hospital Monte Sinai, e recentemente o fechamento da única escola estadual que atendia a comunidade, e, em seu lugar foi criada uma universidade privada. Essas perdas mostram nitidamente a intenção de uma “higienização” do lugar, aumentando o conflito de classes e conjuntamente tentando esconder as diferenças através de um processo de retirada das estruturas coletivas e comunitárias, levando a perda do direito a cidade (MENEZES; MONTEIRO, 2010).

Sendo assim, o capital privado busca através do poder financeiro, promover um processo de higienização e apagamento da população negra e pobre presente no bairro. Neste processo, aciona certo ideal higienista que traz em seu bojo as ideias de inferioridade desse grupo, sustentada pela retórica de inferioridade do corpo negro a partir de uma determinada concepção de raça, como discutido anteriormente. Segundo Mariosa (2016), a população de Dom Bosco tem sido cada vez mais empurrada para a região mais alta, local conhecido como “Chapadão”, região do bairro não totalmente urbanizada, onde há falta de encanamento, saneamento básico e transporte coletivo, além de risco ambiental.

Barreto (2018), salienta que, na cidade, o poder público empurra esse grupo étnico tanto para regiões periféricas, sem serviços de infraestrutura e saneamento básico, como para zonas de perigo ambiental, levando-os, assim, a estarem expostos aos desastres (BARRETO, 2018). Nesse sentido, dirá a autora, pensar o lugar do negro na cidade de Juiz de Fora, é acima de tudo, pensar sobre como esse lugar é construído socialmente em representação às estruturas sociais e de que forma ele é marcado pela atuação de agentes privados e públicos.

O apagamento da população negra e de suas necessidades reais ao acesso e uso da cidade em Juiz de Fora, traduz o racismo estrutural sofrido pela população negra, e que tem suas raízes no passado escravista da cidade, quando o corpo negro foi considerado mercadoria e como resultado de todas as tentativas de genocídios financiando pelo Estado.

Neste sentido, o processo de apagamento da população negra em Juiz de Fora, se dá por conta de todo um sistema de construção de hierarquização social, no qual a branquitude tem papel ativo na manutenção do racismo, que coloca o negro em posição desfavorável em várias esferas sociais. Portanto, o racismo é um elemento crucial para o entendimento de todo processo de apagamento, silenciamento que a população negra vem sofrendo nas cidades brasileiras, como é o caso de Juiz de Fora.

Nota-se que o apagamento da população negra nas cidades, possui a intenção de retirar toda relevância da presença negra na cidade e o histórico de violência vivenciado por essa população. Neste sentido, Oliveira (2019), dirá:

A política de silenciamento buscou apagar e/ou usurpar dos saberes dos escravizados, mas também silenciar o conteúdo violento das formas espaciais, isto é, uma política de memória espacial que produz um esquecimento consciente de que a raça foi mobilizada para escravizar pessoas, dominar territórios, impor uma soberania e hierarquizar o humano (OLIVEIRA, 2019, np).

Em Juiz de Fora, a presença da cultura negra e de sua influência na cidade aparece de forma timidamente em alguns poucos lugares. Lopes (2021), dirá que em Juiz de Fora percebe-se uma grande desvalorização das memórias negras e em contrapartida é possível notar uma grande valorização da memória branca de descendentes europeus, sendo perpetuada desde a infância, no qual as crianças crescem escutando sobre a “Princesinha de Minas”, a “Manchester Mineira” naturalizando no subconsciente coletivo como sendo a identidade da cidade.

A manutenção desse cenário de valorização de memórias brancas na cidade, reflete no imaginário atual da cidade e efetivamente em suas ruas, praças e festas (Lopes, 2021). Neste contexto, é possível notar a valorização de determinadas culturas na cidade, como é o caso da cultura alemã, existindo, inclusive uma festa tradicional na cidade, a “Festa Alemã”. Neste mesmo caminho, percebe-se uma grande presença de nomes de famílias brancas tradicionais que nomeiam as principais praças, avenidas e ruas da cidade, outro ponto a destacar é o monumento em homenagem à Princesa Isabel que se encontra na cidade localizada no Parque do Museu Mariano Procópio.

Segundo Geny essa valorização é explicada por conta que:

Assim, nas seleções e constituições de patrimônios ocorre uma supervalorização para um grupo e uma desvalorização para outros grupos. As heranças africanas permanecem sendo subjugadas pelo silenciamento, apagamento e apropriações de suas marcas negras. Neste caso, os lugares são bem delimitados em erudito para patrimônios de herança europeia e popular ou folclórica para africana, na verticalidade e não horizontalidade, onde a primeira é o topo supervalorizado e a segunda a base desvalorizada (GUIMARÃES, 2018, p.101).

Essa desvalorização, também tem como consequência, práticas e ataques racistas que são bem comuns na cidade, destacando o bloco de carnaval “doméstica de Luxo” (figura 1), em que pessoas brancas de renda média e alta utilizavam-se da prática “blackface” para

representarem de forma totalmente estereotipada e racista mulheres negras como empregadas domésticas.

Figura 1: Desfile do bloco Domésticas de Luxo



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora, 2011. Disponível em:
<https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=28057>.

Outro momento como mostra a figura 2, foi a inscrição racista no muro da Escola Estadual Fernando Lobo em 2017 no bairro São Mateus. Foi escrito “Descendentes de Cam cruzaram com os macacos. A origem da raça negra”. A frase se explica pela forte presença da bíblia na construção e manutenção do racismo anti-negro. Segundo Munanga (2004), a primeira origem do racismo deriva do mito de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana. No mito Noé amaldiçoa os descendentes de seu filho Cam, ancestral da raça negra, a serem escravizados pelos descendentes de seus irmãos Jafé, ancestral da raça branca, e Sem ancestral da raça amarela.

Fanon (2008, p.44), dirá que segundo a bíblia, existia uma separação das raças tanto na terra como no céu, em que para o caminho do Reino dos Céus, negros e brancos iriam separadamente. Nas palavras do Novo Testamento: “Somos o povo eleito, observe a tonalidade das nossas peles, outros são negros ou amarelos por causa dos seus pecados”. Portanto, o referente mito serviu por muitos séculos por religiões cristãs europeias para justificar e legitimar o racismo, escravidão e o colonialismo tendo como principal alvos a África e seu povo.

Figura 2: Inscrição racista no muro da Escola Estadual Fernando Lobo



Fonte: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/muro-de-escola-que-foi-pichado-com-frases-racistas-em-juiz-de-fora-ganha-grafiti-contra-preconceito.ghtml>

Os fatos narrados acima refletem a condição que o negro está na hierarquia da sociedade, sendo fruto, segundo Oliveira (2019), do racismo brasileiro que inventou o negro como problema espacial. Nesta perspectiva, o autor traz que o uso e a apropriação do espaço na cidade são marcados por intencionalidades racistas, fruto inteiramente do racismo anti-negro que tem grande interferência na produção espacial e social. Portanto, a condição da população negra no Brasil, e, especificamente na cidade de Juiz de Fora, reflete as condições históricas vivenciadas por esse grupo, no qual vários fatores como o racismo, pobreza, precarização, refletem em desigualdades e, portanto, ao direito à cidade desse grupo.

Neste Sentido, Oliveira (2019), aponta que um dos caminhos para ruptura dessa realidade é descolonizar os processos de produção do espaço, a partir disso será possível descolonizar os processos de produção das cidades e com isso reconhecer a presença e a ação da população negra nos processos de produção e apropriação da cidade.

1.3. O lugar do negro na cidade: levantamento dos indicadores de desigualdade racial em Juiz de Fora

O Brasil é um país extremamente desigual, sendo notáveis as desigualdades, dentre as quais, a racial. A população negra vivência no dia a dia marcas da desigualdade que possui suas raízes principalmente no período de escravização que passou o país.

A despeito de mais de 130 anos da abolição a raça segue sendo um importante critério na distribuição das oportunidades e na definição do lugar das pessoas na hierarquia social. Neste sentido, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, ou seja, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributiva da estratificação social (GONZALES; HASENBALG, 1982).

Ciconello vai afirmar que:

O racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país. Metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre. As inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos, em pleno século XXI, se expressam no microcosmo das relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos (CICONELLO, et al, 2008, p.2).

A população negra concentra dados que revelam que a desigualdade social no Brasil tem cor (ZAMORA, 2012). Percebe-se que uma grande parcela da população negra brasileira, sobrevive em condições indignas, tendo como característica quase universal o não exercício pleno de sua cidadania, no que se refere ao acesso em quantidade e qualidade de serviços sociais públicos fundamentais para a sua atuação como cidadãos (OSÓRIO, 2009, apud. OLIVEIRA, 2015). Fato que é confirmado por pesquisas nos últimos anos como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), IBGE, Organização das Nações Unidas (ONU), que demonstram a existência de uma situação alarmante sobre a desigualdade entre brancos e negros no Brasil.

Mesmo com uma relativa melhoria da condição de vida da população brasileira nas primeiras décadas do século XXI, é nítido que ainda exista uma grande distância entre negros e brancos. Para Heringer (2002), as desigualdades sociais entre negros e brancos são gravíssimas, afetam diretamente a capacidade de inserção dos negros na sociedade, comprometem o projeto de um país democrático e com oportunidades iguais para todos.

As desigualdades raciais na atualidade possuem sua explicação no passado através do legado da escravização e do diferente ponto de partida de brancos e negros no momento da abolição, operando assim no presente (GONZALES; HASENBALG, 1982). Em Juiz de Fora essa realidade não é diferente, sendo a desigualdade racial nitidamente maior do que em

outras partes do país. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 2018, em parceria com o IPEA, Juiz de Fora é a primeira cidade de Minas Gerais com a maior desigualdade racial e a terceira cidade do país, superada apenas por Porto Alegre e Niterói. Cabe ressaltar que 42% da população da cidade se autodeclara negra (caracterizada pelo IBGE como a soma de pretos e pardos), conforme indica a tabela 1.

Tabela 1: População residente, por cor/raça, Juiz de Fora /MG.

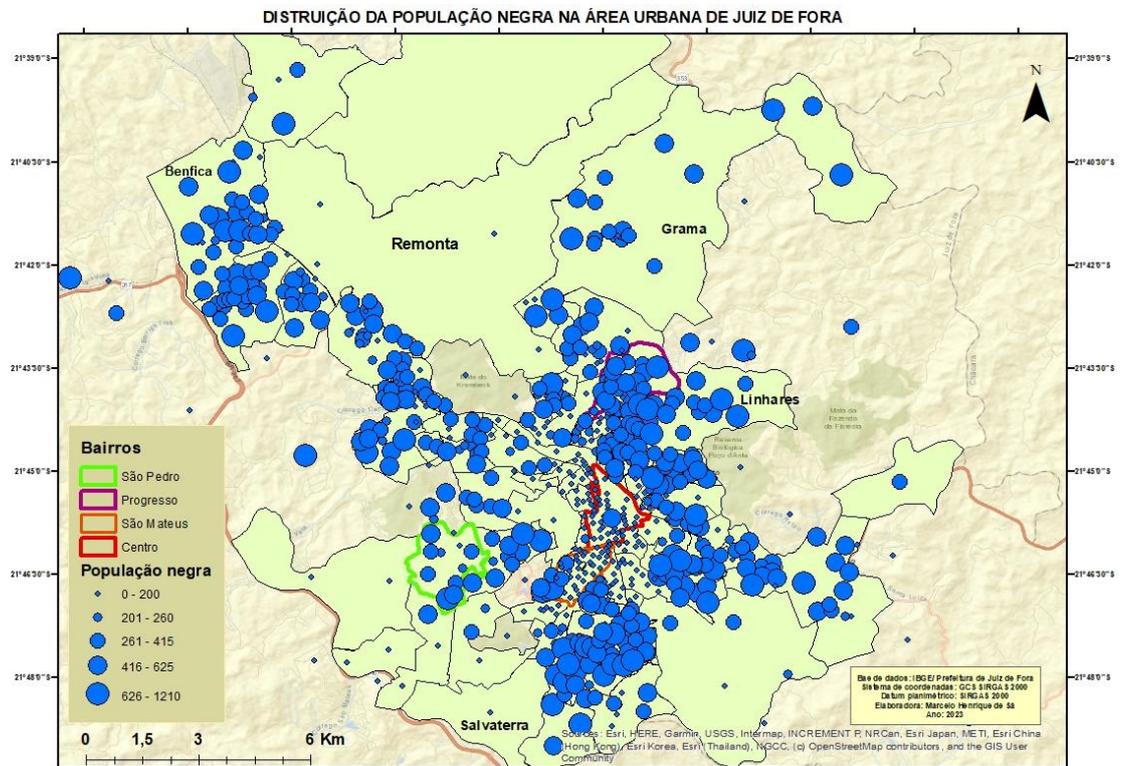
Cor ou Raça	População	Porcentagem
Amarela	3.535	0,68%
Branca	294.080	56,96%
Indígena	538	0,10%
Parda	144.153	27,92%
Preta	73.942	14,32%
Total	516.248	100%

Fonte: IBGE (2010), elaborado pelo autor.

Segundo Assis; Lima (2014), a paisagem de Juiz de Fora, revela que a presença da população negra em determinados espaços da cidade, como alguns bairros próximos ao centro, restaurantes, hotéis, shopping, universidades, entre outros, é muito reduzida em comparação com a frequência da população branca.

Essa percepção da paisagem da cidade é confirmada através do mapa 2. Nele é possível notar a grande presença da população negra fora da região central da cidade. Como já dito e reforçado pelo mapa 2, existe uma grande presença da população negra na região norte e leste, destacando na região leste os bairros da margem direita do Rio Paraibuna, região que foi historicamente habitada por ex-escravizados.

MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA ÁREA URBANA DE JUIZ DE FORA

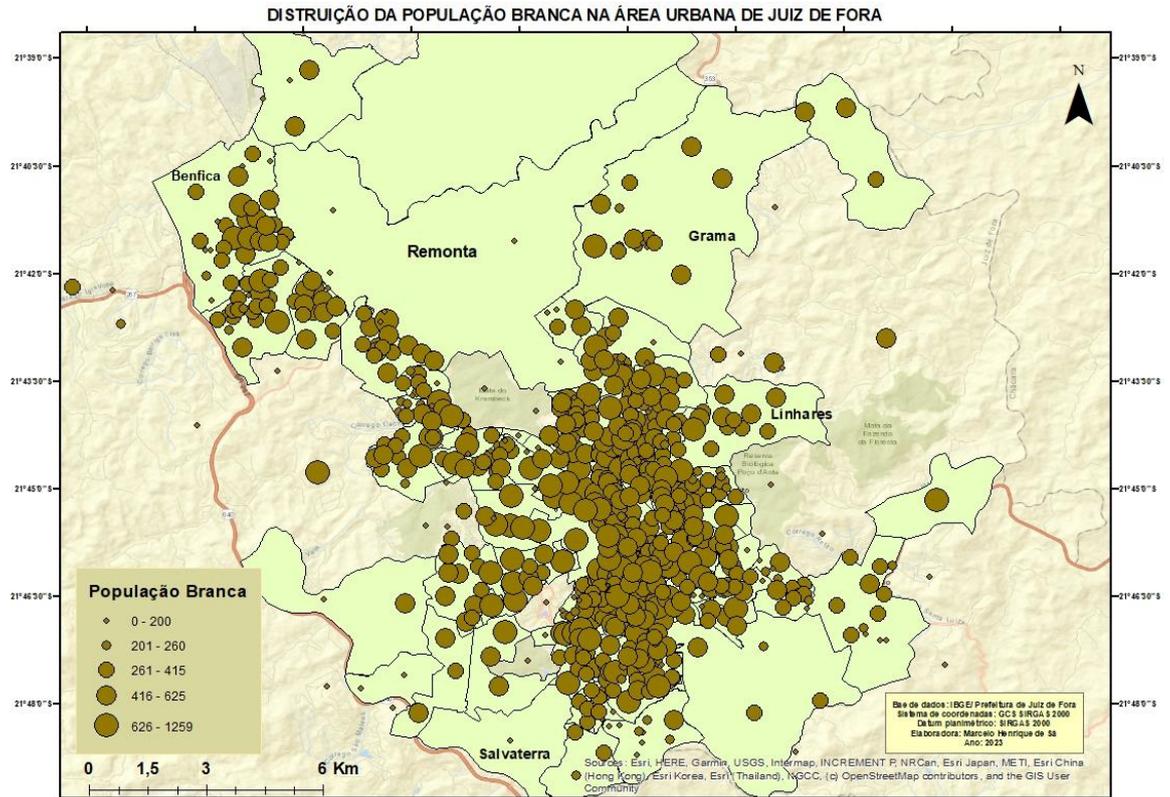


Fonte: IBGE e Prefeitura de Juiz de Fora, 2023.

O mapa 2 evidencia que apesar da distribuição da população negra pelo território da cidade, há um incremento quantitativo na medida que se distancia da área central, é, por exemplo, o que se percebe na região Sul onde os bairros mais próximos do centro possuem uma baixa densidade da população negra. Já os bairros mais distantes da área central da cidade concentram o maior número de pessoas negras. Em contrapartida, como mostra o mapa 3 há uma grande presença da população branca nos bairros mais centrais.

A presença da população negra em Juiz de Fora, como mostra o mapa 2, se espalha ao longo do território da cidade, possuindo uma forte presença em todas as regiões da cidade. Neste sentido, algumas localidades se destacam pela grande presença da população negra, como os bairros, Progreso, São Benedito, Vila Olavo Costa, Vila Ideal, Jockey Club, Dom Bosco, Benfica, Barbosa Laje entre outros.

MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRANCA NA ÁREA URBANA DE JUIZ DE FORA



Fonte: IBGE e Prefeitura de Juiz de Fora, 2023.

Neste sentido, os mapas 2 e 3, demonstram a existência de uma segregação racial na cidade de Juiz de Fora, sendo nítido uma maior concentração da população branca nas áreas mais centrais, sendo o contrário para a população negra, evidenciando maior concentração nas periferias geográficas da cidade. Ou seja, mesmo considerando apenas o fator da distância física em relação ao centro, a população branca vive nas regiões mais próximas do centro da cidade enquanto a população negra está distante dele. Para a realidade de uma cidade como Juiz de Fora isso ganha relevância pois trata-se de um território em que grande parte das atividades de comércio, serviço, equipamentos de cultura e lazer bem como oportunidades de emprego, se concentram na região central. É também para o centro que converge boa parte das linhas do transporte público, dificultado a mobilidade entre os bairros.

A região urbana de São Pedro, local de moradia dos jovens entrevistados nessa pesquisa, é uma localidade com forte concentração de população negra em alguns pontos da região, como na comunidade Jardim Casablanca, local com grande presença de submoradias. Sendo assim é possível notar uma intersecção entre raça, classe e território, que também se repete em outras regiões da cidade. Já no que se refere a população branca, como mostra o mapa 3, esta encontra-se mais dispersa em várias localidades da região.

Cabe ressaltar, que a população branca também está presente com grande concentração nas periferias da cidade, fato que segundo Santos (2012) é uma característica da segregação brasileira, em que se mistura raça e classe, sendo essa população branca em grande maioria pobre. Segundo França (2017), esse cenário é contrário ao que acontece com a população negra a qual, mesmo em suas camadas médias e altas, tendem a morar mais próximos das periferias e conseqüentemente dos segmentos mais pobres.

Sendo assim, a desigualdade racial nas cidades afeta a população negra negativamente em várias esferas. Cerceia sua locomoção e mobilidade, o uso dos equipamentos públicos e privados, o acesso à cultura e lazer, as oportunidades de emprego e ao próprio direito de usufruir da totalidade das oportunidades contidas na cidade. Também não é diferente em Juiz de Fora, cidade em que os negros se encontram em desigualdade à população branca, em distintas esferas. A tabela 2 indica a desigualdade entre negros e brancos na cidade no que se refere ao acesso à educação.

Tabela 2: Total de população por grau de escolaridade cor/raça em Juiz de Fora.

	População Branca	População Negra
Sem Instrução e Fundamental completo	82.679	98.994
Fundamental Completo e Médio Incompleto	44.053	36.174
Médio Completo e Superior Incompleto	83.929	43.952
Superior completo	51.229	9.529
Não determinado	828	513

Fonte: IBGE (2010), elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar que o acesso à educação foi historicamente negado a população negra, fruto de um longo período de escravização que viveu o Brasil e que marcou profundamente as relações sociais na sociedade brasileira (HOLANDA; WELLER, 2014). Passos (2012) recorda que a população negra era impedida de frequentar a escola por força de lei, (art.6 item 1 da Constituição de 1824) coibindo o ingresso da população negra escravizada, ao acesso à educação. Tais desigualdades se refletem atualmente. Há na cidade diferentes níveis de instrução entre brancos e negros. A diferença maior se revela no ensino médio e ensino superior revelando que a continuidade da trajetória escolar para os jovens negros é especialmente mais difícil. Assis e Lima (2014), em seu trabalho mostra como.

A cidade apresenta um quadro que permite constatar o menor acesso da população negra à educação, sobretudo com relação aos Ensinos Médio e Superior. Um agravante é a ocorrência de profissionais de autodeclaração racial diversa com o mesmo nível de qualificação, porém com níveis de rendimentos assimétricos, geralmente, com assaz prejuízos para o trabalhador negro. Tal fato evidencia uma inépcia do poder público expressa na ausência de garantias de direitos fundamentais

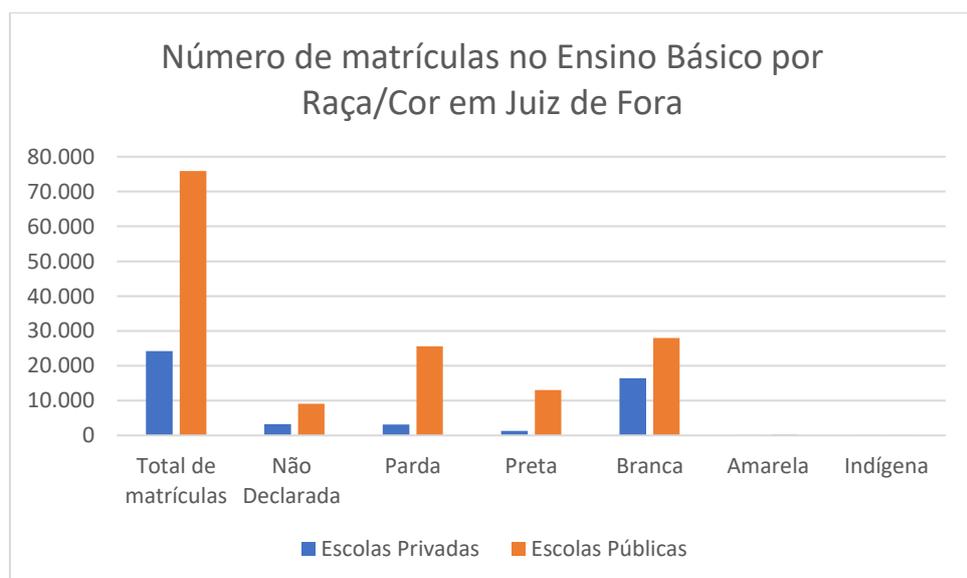
e na insuficiência ou má aplicação/administração de políticas públicas orientadas para o cidadão negro (ASSIS; LIMA, 2014, p.53).

As duas etapas (Ensino Médio e Superior) carregam consigo um histórico de serem etapas construídas para uma pequena elite. O Ensino Médio tornou-se a última etapa do ensino básico apenas em 1996. O Ensino Superior, mesmo com a implementação das cotas raciais, ainda é uma das etapas de Ensino mais desigual entre negros e brancos no país.

Porém, percebe-se que desde a adoção do sistema de cotas na UFJF em 2006, houve um aumento gradual de pessoas negras que acessaram o Ensino Superior nesta instituição, sendo a UFJF a primeira universidade federal em Minas Gerais a adotar esse sistema para ingresso de pessoas negras. Sobre esse assunto, aprofundaremos melhor essa discussão no terceiro capítulo desse trabalho.

Em relação às matrículas do Ensino Básico em Juiz de Fora, percebe-se como apontado no gráfico 1, a existência de uma educação desigual para brancos e negros, principalmente no que diz respeito as matrículas no Ensino Básico público e privado. Os dados do Censo da Educação Básica de 2021 apontam que, na rede pública, 38.610 (51%) dos alunos são negros (pretos e pardos) e 27.936 (36%) são brancos. Nas escolas particulares o cenário é totalmente diferente, a presença de alunos negros é de 4.472 pessoas (19%), enquanto 16.408 (68%) são alunos brancos.

Gráfico 1: Número de matrículas no Ensino Básico por Raça/Cor em Juiz de Fora.



Fonte: Censo da Educação Básica de 2021.

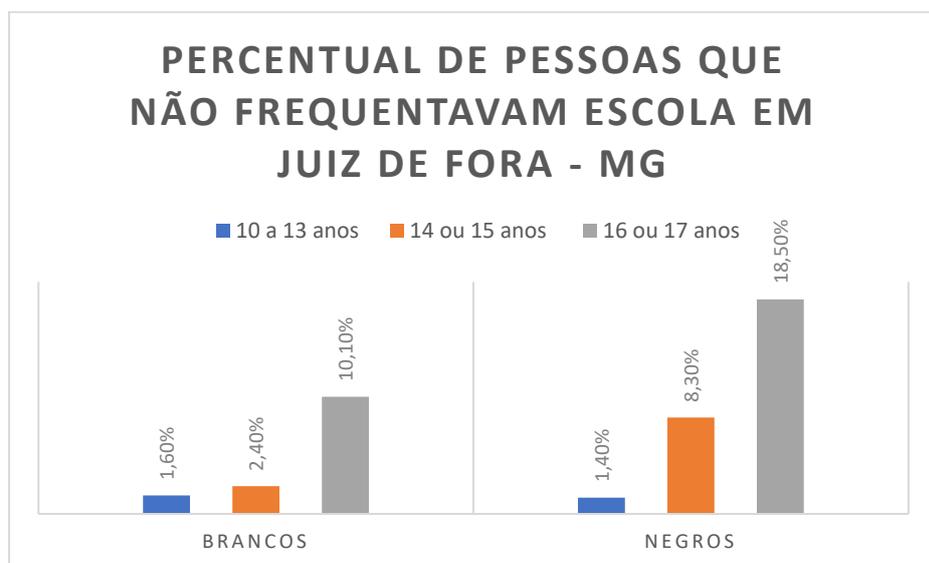
Neste sentido, nota-se uma distribuição desigual, de discentes matriculados na rede pública e privada de Juiz de Fora, resultando em desvantagens sociais uma vez que, de modo geral, as escolas são espaços de oportunidades educacionais.

Portanto, percebe a existência de uma desigualdade racial, em relação ao acesso das escolas públicas e privadas no Brasil e em Juiz de Fora, em que nota-se uma maior presença de jovens negros nas escolas públicas. Neste sentido, como aponta Hasenbalg (2013) as escolas privadas por possuírem uma infraestrutura melhor, tende a possibilitar para seus discentes um leque maior de possibilidades e oportunidades, tanto durante a formação, quanto após o término, como o maior índice de acesso ao Ensino Superior.

Hasenbalg (2013), traz que a população negra está presente nas camadas mais pobres da população e possuindo maior presença nas periferias. Portanto, os jovens negros tendem a possuir uma menor qualificação e conseqüentemente menores oportunidades educacionais, principalmente quando se comparado aos jovens de escolas particulares.

Quando analisamos a não frequência de jovens na escola (gráfico 2), os dados apresentam um cenário de intensa desigualdade, marcada principalmente após os 14 anos. Nota-se que no grupo de idade de 14 ou 15 anos, a diferença é de quase 5,9%. Já o grupo de 16 ou 17 anos é o que apresenta a maior diferença, sendo maior que 8%. Essa idade é a ferida do Ensino Médio, ou seja, representa a idade em que normalmente os jovens abandonam a escola por alguma condição, podendo estar ligado ao trabalho, gravidez etc.

Gráfico 2: Percentual de pessoas que não frequentavam escola em Juiz de Fora.



Fonte: IBGE (2010), elaborado pelo autor.

As interrupções, saídas e interdições vão caracterizando as trajetórias escolares de jovens negros, quando conseguem permanecer, nem sempre concluem a escolaridade básica (PASSOS, 2010). Essa situação implica diretamente na vida desses sujeitos, refletindo na precariedade de oportunidade, principalmente na inserção no mercado de trabalho, como consequência a busca por trabalhos informais. Percebe-se que existe todo um acúmulo de desigualdades que afligem a população negra atualmente na sociedade, não diferente disso essa situação está presente ao que diz respeito acesso à educação.

Sendo assim, a escolaridade da população negra em Juiz de Fora é marcada pelo racismo que também se expressa quando da entrada dessa população no mercado de trabalho já que, na nossa sociedade, ainda há uma forte correlação entre grau de escolaridade, emprego e salário. Assim, quanto maior o grau de escolaridade, melhor o emprego e maior será o salário. Portanto, o cenário visto em Juiz de Fora, referente ao trabalho da população negra é assustador, demonstrando uma inferioridade desse grupo.

Os autores desenham bem esse cenário:

De acordo com o Censo/IBGE de 2010, a população branca juiz-forana apresenta números superiores aos da população negra quando analisados o quantitativo de empregados com carteira assinada, perfazendo uma diferença de aproximadamente 15% a mais para os trabalhadores brancos. Na tabela é possível observar que os negros aparecem em maior número que brancos quando a situação reflete a situação de trabalhadores sem carteira assinada. São 13% a mais que os brancos, o que demonstra o maior número de trabalhadores negros na informalidade (ASSIS; LIMA, 2014, p.49).

Ao analisar os dados referentes aos servidores públicos estatutários, é possível notar um quantitativo 58% maior de trabalhadores brancos, fato que demonstra o pouco acesso dos negros às vagas do funcionalismo público. Já os dados referentes aos profissionais liberais, os brancos são 49% a mais, cabe ressaltar que esse quadro é composto por grande maioria por profissionais com curso superior, quando é referido à população negra são ocupações com uma baixa qualificação. Na categoria “Empregadores”, foi a qual apresentou a maior desigualdade, evidenciando um número de 7.561 empregadores brancos contra 1.057 negros (ASSIS; LIMA, 2014).

Tabela 3. Ocupação por Raça/cor em Juiz de Fora.

	População branca	População negra
Empregados com carteira assinada	71.875	61.260

Empregados sem carteira assinada	14.771	17.044
Servidores públicos estatutários	12.172	5.160
Trabalho por conta própria (Profissionais liberais)	32.141	16.574
Empregadores	7.561	1.057

Fonte: IBGE (2010) apud. ASSIS; LIMA, 2014.

Neste sentido, o negro está subjugado principalmente às ocupações de menos prestígio e consequentemente sujeitos aos menores salários em Juiz de Fora (tabela 4).

[...]é possível observar mais especificamente que nos rendimentos entre 1/8 de salário mínimo e um salário mínimo, o número de negros é superior ao de brancos, sendo o caso único dentre as faixas de remuneração analisadas. Em todas as outras faixas, a superioridade numérica dos brancos é evidente. A disparidade se acentua ao tempo em que as faixas salariais vão se elevando. A tabela de proporcionalidade mostra que nas faixas salariais superiores a três salários mínimos, o número de trabalhadores negro é mais de 70% menor que o de brancos, chamando atenção para a remuneração superior a 10 salários mínimos, o que eleva a diferença entre negros e brancos para 91% (ASSIS; LIMA, 2014, p.51).

A tabela 4 mostra a existência de diferença de rendimento mensal entre brancos e negros em Juiz de Fora, indicando que a população negra tem um rendimento abaixo da população branca, o que acarreta poder de compra menor para a população negra, colocando-a em uma posição desfavorável na hierarquia social.

Tabela 4. Faixas de rendimento mensal por raça/cor.

	População branca	População negra
Até 1/8 do salário mínimo	912	2.931
Mais de 1/8 a 1/4 do salário mínimo	6.311	11.560
Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	25.524	41.337
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	69.646	78.495
Mais de 1 a 2 salários mínimos	82.160	54.197
Mais de 2 a 3 salários mínimos	34.907	12.973
Mais de 3 a 5 salários mínimos	32.374	7.411
Mais de 5 a 10 salários mínimos	25.757	2.972
Mais de 10 salários mínimos	10.326	996

Fonte: IBGE (2010) apud. ASSIS; LIMA, 2014.

Ao analisar os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), ao se considerar o mesmo grau de escolaridade em 2019 na cidade de Juiz de Fora, constata-se a existência de uma diferença de salários em relação à raça e gênero, caracterizando assim um

acúmulo de desigualdades, que é sentido principalmente pelas mulheres negras (pretas e pardas).

Portanto, segundo dados da RAIS como demonstra a tabela 5, a média salarial dos homens brancos em Juiz de Fora é de aproximadamente 1/8 salários mínimos, já os homens negros (pretos e pardos) a média é entre 1/6 e 1/7 salários mínimos, indicando uma diferença salarial entre homens ao acionar a variável raça. As maiores desigualdades apresentadas referem-se aos salários das mulheres. As mulheres brancas recebem em média 1/4 salários mínimos. No atravessamento de desigualdades, considerando gênero e raça, são as mulheres negras que possuem a menor remuneração média na cidade. Se tomarmos como parâmetro o mesmo grau de escolaridade elas possuem renda média de 1/3 salários mínimos. Os números podem ser vistos na tabela 5.

Tabela 5. Média salarial pelo mesmo grau de escolaridade em Juiz de Fora.

	Média de salários mínimos
Homens brancos	1/8
Homens negros	1/6 a 1/7
Mulheres brancas	1/4
Mulheres negras	1/3

Fonte: RAIS, dados analisados por JF em dados⁵.2021.

A desigualdade vivida pela pessoa negra em Juiz de Fora se manifesta, portanto, em várias esferas sociais e se reflete diretamente no cotidiano dessa população na cidade, como na capacidade de consumo, nos locais que frequentam, no acesso a bens e produtos, nos cargos que ocupam, nos locais de moradia entre outros.

Como bem já foi salientado, a inserção do negro no espaço urbano de Juiz de Fora, também é marcado pela negligência do Estado. Não é incomum que suas habitações estejam localizadas em áreas de risco, estando, desse modo, mais sujeitas a sofrerem com desastres naturais do que os brancos (tabela 5). Segundo Barreto (2018), em Juiz de Fora, 35.986 pessoas estão sujeitas aos desastres ambientais, dessas 70,5% são negras e 29,5% são brancas.

Tabela 6. Total de população sujeita a riscos ambientais em Juiz de Fora por raça.

Total	Brancas	Negras
35.986	29,50%	70,50%

Fonte: BARRETO, 2018.

⁵ Dados codificados por JF em dados, sendo possível acessá-los em: <https://github.com/jfemdados>

Os dados revelam a situação de risco vivida pela população negra na cidade dando pistas de o quanto também são vítimas também do racismo ambiental. As autoras concluem:

Os dados levantados evidenciam a segregação espacial por raça na cidade de Juiz de Fora. Fato evidente e que não é incomum em outras cidades brasileiras. Por outro lado, levanta a discussão sobre o lugar de moradia do/a negro/a nas cidades que, neste caso específico, é um lugar de risco ambiental, onde os sujeitos sociais não brancos, em sua maioria, se localizam nessas áreas, estando expostos ao risco de serem atingidos por escorregamentos de terras e inundações (BARRETO, 2018, p. 301)

Os indicadores, portanto, confirmam a posição de Juiz de Fora como umas das cidades com maior desigualdade racial do Brasil segundo pesquisa realizada pela PNUD em 2018, com parceria com o IPEA. Neste ano, a agência produziu um ranking do nível de desigualdades. Dentre os critérios de desigualdade a cidade de Juiz de Fora foi considerada a terceira cidade maior desigualdade racial de todo o Brasil, perdendo de Porto Alegre e Niterói. A mesma cidade que no censo de 2010, tinha cerca de 46% da sua população autodeclarada preta ou parda (IBGE, 2010). E que no ano de 1870, como relatado, apresentava aproximadamente 53% da sua população escravizada.

Essas desigualdades raciais e sociais apresentadas até o momento demonstram a realidade da população negra na cidade de Juiz de Fora. Segundo Martins (2012), é importante considerar os dados da desigualdade racial através da lógica capitalista, nas relações de produção, na estrutura de classes, com efeito na forma de organização do poder no interior da formação social brasileira.

Portanto, é preciso a criação de uma agenda de combate à desigualdade, visando em primeiro momento amenizar e posteriormente uma busca por equidade de direitos e participação para a população negra. Sendo assim, no combate à desigualdade racial no Brasil, é necessário que se considere todo histórico de desigualdades que afligem a população negra, e que tem como marco inicial o longo período de escravização que perdurou no país e que resultou em perdas de direitos, de representação política e social. Neste sentido, destacam-se esforços em vários âmbitos sociais, como no acadêmico, no cultural, político, legislativos, educacional entre outros na busca de uma melhoria das condições de vida da população negra no Brasil.

Neste sentido, não é possível falar em superação do racismo e desigualdade racial, sem considerar a atuação do movimento negro. No Brasil, o movimento negro tem sido o principal agente da luta contra o racismo e a desigualdade racial, atuando em várias frentes e acionando

diversas estratégias de enfrentamentos, que tem como finalidade a busca por igualdade racial nos vários setores em que a desigualdade racial se perpetua. Falaremos mais sobre eles quando tratarmos da Política de Ações Afirmativas.

Capítulo 2. As circunstâncias da vida real: caracterização dos jovens pesquisados e seus trajetos na cidade.

*“Alguém me acorda desse pesadelo
Cento e onze tiros acerta um preto
Menor jogado com corpos no beco
Nossa pele faz no já nascer suspeito*

*Agatha, Duda, Kauan, João Pedro
E dizem que só quem morre é traficante
Guerra licenciada pelo Estado
Favela alimenta sua fome de sangue”.*
(Borges).

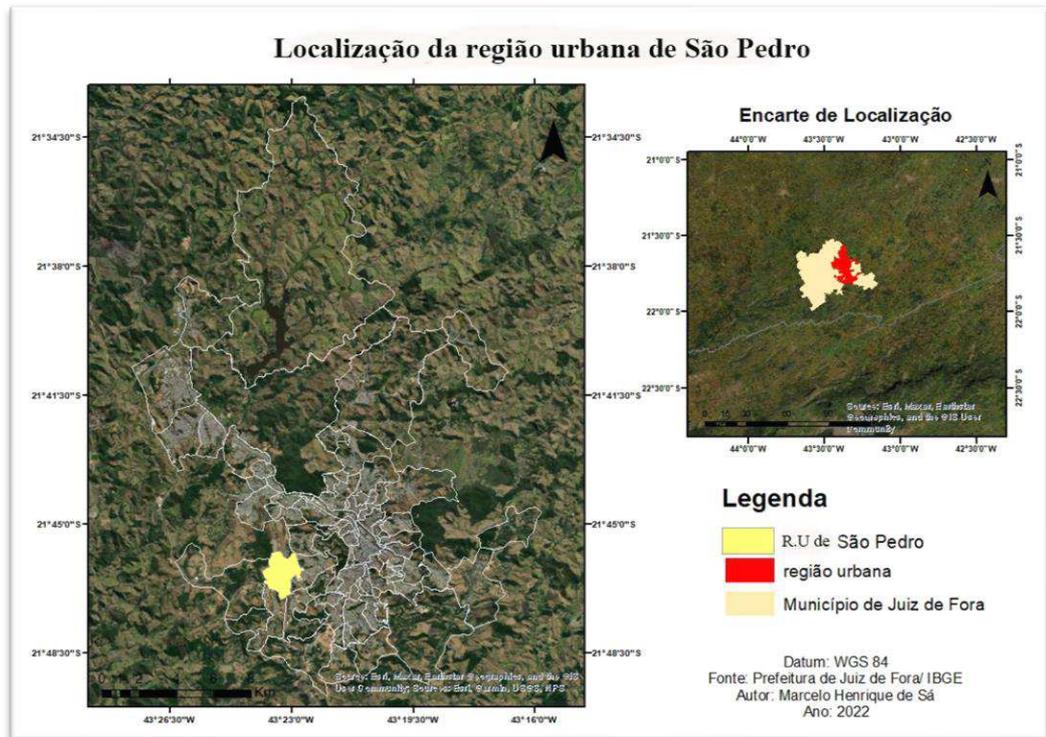
Este capítulo tem como objetivo trazer a realidade dos jovens entrevistados, pensando principalmente suas trajetórias socioespaciais na cidade. Para tanto, abordaremos a realidade em que estão inseridos, pensando a escola e a região urbana. Nota-se que a escola tem um papel importante na trajetória dos jovens na cidade. Portanto, entender seu contexto e região urbana facilita a apreensão das trajetórias socioespaciais desses jovens na cidade.

Posteriormente nesse capítulo, é apresentando os jovens pesquisados, apresentando aspectos como idade, bairro, etapa de ensino e o turno que frequentam. A partir desse ponto, desenvolvo a discussão sobre a realidade dos jovens negros na sociedade brasileira, sendo construído de forma teórica e empírica, procurando criar bases que sustente a discussão e trazer as primeiras impressões das entrevistas.

2.1. Contextualização do bairro e da escola

A região urbana (R.U) do São Pedro, como demonstra o mapa 4 está localizado na região Oeste do Município de Juiz de Fora, sendo composta por 14 bairros e loteamentos, dos quais são: São Pedro, Alto dos Pinheiros, Itatiaia, Santana, Santos Dumont, Tupã, Mandala, Jardim Universitário, Residencial Regente, Portal da Torre, Cidade Alta, Colinas do Imperador, Jardim Marajoara Milan e Via do Sol.

MAPA 4: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO URBANA DE SÃO PEDRO



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora/IBGE.

A região urbana de São Pedro é muito próxima ao centro da cidade e abriga um dos portões de acesso à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), por esses motivos é local de moradia para muitos estudantes vindos de outras cidades. A região é considerada uma das áreas que mais cresce na cidade, conseqüentemente atraindo uma gama de empreendimentos comerciais (mercados, padarias, farmácias), imobiliários e equipamentos e serviços públicos como: UPA, UBS, escolas públicas, posto policial, praças, parques, igrejas, rede viária, rede de transporte público que visam atender a população nativa e o crescente número de estudantes.

A paisagem da região é marcada por grandes transformações que ocorreram nos últimos 10 anos, sendo visível principalmente no aumento da verticalização das construções, com um número expressivo de condomínios. Em contrapartida nota-se que os condomínios dividem espaço com casas de moradores da região, que ainda resistem ao poder da especulação imobiliária crescente.

Outro ponto a destacar a respeito da paisagem é a presença de uma grande desigualdade social. Nota-se a existência de duas realidades, na qual uma é caracterizada pela existência dos condomínios de alto padrão e outra com a grande presença de sub-moradias.

Essa dualidade pode ser vista dividindo a mesma vizinhança, como é o caso condomínio Granville Residence a comunidade Jardim Casablanca, que são separados por um muro. Segundo Geraldo (2011), o muro que divide o condomínio Granville Residence a comunidade Jardim Casablanca, deixa de ser apenas uma barreira física que separa espaços distintos, representando a barreira que segrega dois mundos diferentes, porém muito próximos no que se refere a localidade e extremamente distantes quanto se trata da sua localização, acesso a bens e serviços e renda familiar.

No bairro há presença tanto de redes de Ensino particular como pública. Como foi apresentado no capítulo anterior, nas escolas em Juiz de Fora existe uma grande diferença de discentes que frequentam esses dois espaços, havendo maior presença de jovens negros na rede pública de ensino, evidenciando uma clara divisão racial nesses locais.

É neste cenário que está inserida a Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães (conhecida por Tupã), inaugurada em 10/01/2009. Como mostra a figura 3, a escola possui uma grande estrutura física, contanto com a presença de uma quadra poliesportiva, biblioteca, sala de leituras entre outros. A escola tem características de “escola central”, atendendo discentes de vários bairros e loteamentos da região urbana de São Pedro e até de outras regiões urbanas da cidade.

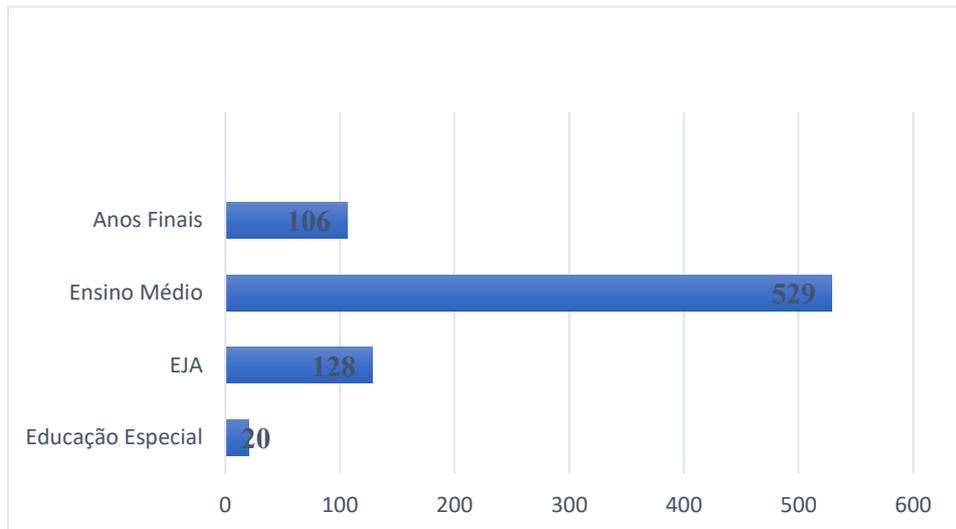
Figura 3: Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A escola atende discentes dos anos finais, Ensino Médio, EJA e Educação Especial. O gráfico 3 indica o maior contingente de discentes matriculados no Ensino Médio em 2021, explicado pelo fato da escola ser a única Estadual do bairro e conseqüentemente a única pública que atende o nível médio de ensino.

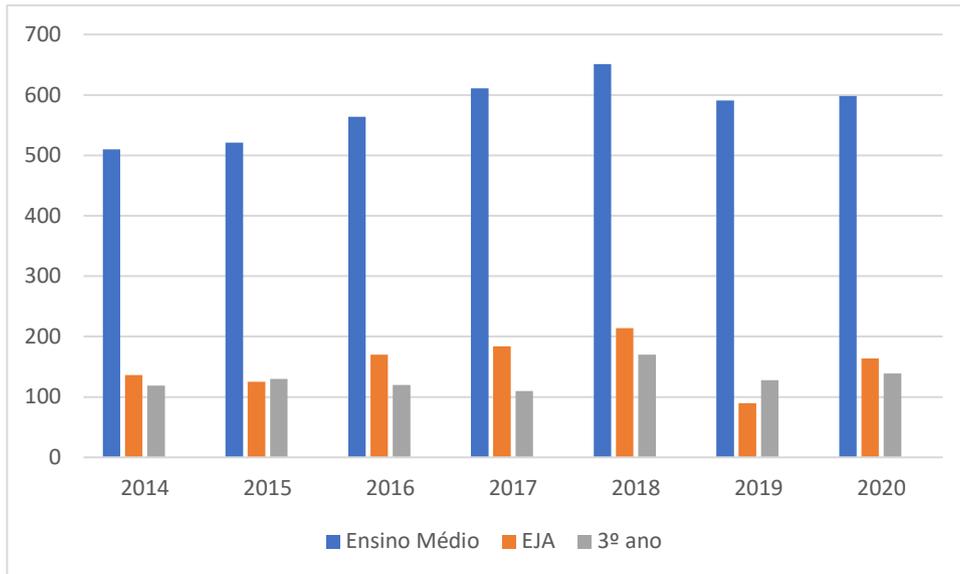
Gráfico 3: Matrículas por etapa de ensino no ano de 2021 na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães



Fonte: Censo da Educação Básica de 2021, elaborado pelo autor.

Ao analisar as matrículas das etapas de ensino da EJA, Ensino Médio e o terceiro ano, como mostra o gráfico 4, a partir de 2014, quando esses dados começaram a ser disponibilizados, há crescente das matrículas no Ensino Médio principalmente de 2014 a 2018, saindo de 510 matrículas em 2014 para 651 em 2018. A partir de 2018 houve uma queda, seguida de relativa estabilidade nos anos de 2019 e 2020, foram 591 e 598 respectivamente, e diminuindo em 2021 como demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4: Total de matrículas por ano na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães



Fonte: Censo da Educação Básica de 2021, elaborado pelo autor.

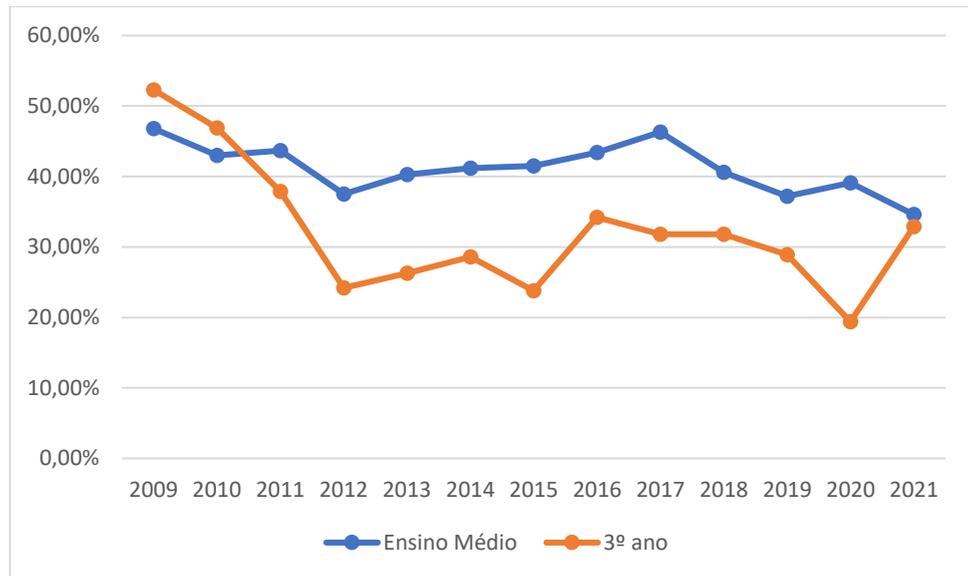
A EJA segue o mesmo padrão. Percebe-se uma diminuição de 2014 para 2015. Porém há uma crescente entre 2016 a 2018, saindo de 170 em 2016 para 214 em 2018. A partir disso, há uma queda brusca no número de matrículas, registrando 90 em 2019 o menor número dentre o disponível. Em 2020 há um aumento, totalizando 164 matrículas, que volta a diminuir em 2021 contabilizando 128 matrículas (gráfico 4).

Cabe ressaltar que os anos de 2020 e 2021, foram os anos que ocorreu a pandemia de Covid-19, sendo que as aulas aconteciam de forma remota, o que poderia explicar a baixa de matrículas nesses anos.

No Ensino Médio, nos primeiros 4 anos de dados houve leve instabilidade, tendo aumentado em 2015 seguido por moderada queda nos dois anos seguintes. O ano de 2018 como no Ensino Médio e EJA, foi teve o maior número de registro de matrícula no terceiro ano. Foram 170 matrículas. Esse número cai em 2019 para 128 seguido de leve aumento em 2020, para 139. Cabe ressaltar que nessa etapa não há dados de 2021 e 2022.

Neste sentido, levando em conta o Ensino Médio e o terceiro ano, focos da pesquisa, serão apresentados alguns aspectos considerados relevantes na qualificação da escola trabalhada. Em relação à distorção idade série, os dados INEP expostos no gráfico 5, demonstram que no Ensino Médio, há uma certa estabilidade nos números, possuindo o maior índice em 2009, com 46,8% e o menor em 2021, com 34,60%. Além disso, a cada 100 crianças, aproximadamente 47 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais em 2009 e 35 em 2021.

Gráfico 5: Distorção Idade-Série na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho De Magalhães



Censo da Educação Básica de 2021, elaborado pelo autor.

Já a respeito ao terceiro ano, última etapa do Ensino Médio, nota-se uma instabilidade maior, variando momentos de altos índices e outros baixo. O primeiro ano, de 2009 é o que tem o maior índice, sendo que para cada 100 alunos, 52 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais, representando mais da metade. A partir disso, houve momentos de queda e aumento, destacando 2015 com 23,80% e em 2016 com 34,20%. Há posteriormente novo momento de queda, chegando ao menor índice em 2020, com 19,40%, representando que de cada 100 alunos, apenas 19 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

A partir da pose da nova direção, em 2022, foram promovidas ações no sentido de tentar aproximar a escola aos discentes e familiares. Dentre as quais destacamos a abertura da quadra poliesportiva para uso dos jovens do bairro. Para tanto, conforme conversa realizada com o atual diretor, bastava que houvesse prévio agendamento em horários delimitados e acordados com a direção. Além disso, durante a greve docente – ocorrida em abril de 2022 – a escola manteve suas portas abertas como forma de garantir o acesso e uso do espaço pelos moradores de São Pedro. Essas iniciativas ganham importância quando se constata que o bairro não possui muitos equipamentos públicos de lazer.

Em um primeiro momento em conversas preliminares com membros da nova direção e do corpo docente, ocorrida em 2022, notou-se que a escola vinha passando por reestruturação, tendo como uma das finalidades, a maior participação da comunidade do bairro e de discente em decisões referentes à escola. Neste sentido, a escola junto com os discentes estava

articulando a criação de um grêmio estudantil, pois como foi externado por seus membros, existe uma demanda principalmente dos discentes do Ensino Médio na participação em assuntos relacionados a questão de raça, gênero e sexualidade, que são demandas que já eram abordadas na escola por conta de situações que estavam ocorrendo com alguns docentes e discentes.

A escola, igualmente à sociedade brasileira, não está isenta de comportamentos e práticas discriminatórias, principalmente pela crescente presença do discurso conservador em nossa atual sociedade e a sua relação com essas práticas discriminatórias. Em muitos dos casos é na escola que os jovens escolares enfrentam as primeiras e diferentes formas de discriminações, sendo executadas por distintos agentes, como próprios colegas de turma e até mesmo docentes e demais membros da comunidade escolar.

Assim, segundo Munanga (2001), é na escola que muitos jovens vão ter contato pela primeira vez com o racismo, em que muitas práticas pedagógicas corroboram para esse cenário. Neste sentido, a escola muito das vezes se apresenta com um ambiente hostil para os jovens negros. Portanto, para o autor é preciso pensar práticas pedagógicas que quebrem essa construção que é adotada por muitas escolas e professores. Dentro da escola, portanto, existem situações marcadas pelo despreparo, preconceito e discriminação envolvendo assuntos relacionados à questão racial, gênero e sexualidade. Durante a pesquisa foram relatadas duas situações específicas que envolviam docentes e discentes.

A primeira diz respeito à orientação sexual de uma estudante do Ensino Médio. De acordo com a direção a discente se identifica como mulher lésbica, fato que era de conhecimento do corpo docente da escola. Um dos docentes questionou a jovem se sua orientação sexual e sua vestimenta se davam por nunca ter se relacionado com homens. Diante da situação os educandos se mobilizaram, prestando queixa na direção cuja medida tomada foi o desligamento do docente.

Percebe-se que mesmo sem a articulação de um grêmio estudantil, os jovens educandos se mobilizaram em torno de um objetivo comum, que neste caso era a denúncia de uma atitude LGBTfóbica proferida de forma verbal por um professor a uma discente. A participação dos discentes é um fato comum na escola, essencialmente os do Ensino Médio. A atuação desses jovens aparece em outros momentos, que vão ser abordados no decorrer deste texto.

A segunda situação relatada por membros da direção trata-se da reprodução do racismo dentro da “sala dos professores”. De acordo, com que foi relatado em nossas visitas para observação, em uma determinada reunião de fim de ano, que teve como finalidade

discutir índice de reprovação, entre outros assuntos, foi levado aos membros da reunião, o nome de dois discentes do Ensino Médio (um branco e outro negro), que estariam tendo médias baixas e com possibilidades de reprovação no ano letivo. Em comum consenso foi decidido que ambos seriam aprovados, porém seguindo o discurso de alguns docentes, o discente branco continuaria seus estudos no matutino enquanto o negro seria realocado para a EJA noturno. Isso porque, segundo depoimento colhido em nossa visita, teria sido dito que o discente possui “perfil” de estudante que se enquadrava daquele tipo de ensino.

Há nitidamente a reprodução de estereótipos e ideais racistas, que colocam o negro como um perfil específico para determinada situação. Neste caso ligada a construção histórica da educação no Brasil, para quem durante muito tempo foi negado o acesso à educação. Quando passam a frequentar ocupam o ensino noturno e de menor qualidade em relação a outros turnos e modalidades.

Neste sentido, segundo Passos (2012), atualmente a EJA, tem se constituído como uma alternativa para a população negra, em especial os jovens. Em muitos casos essa modalidade não segue a proposta pedagógica constituídas nas modalidades matutinas, motivo que coloca o negro como um “perfil aceitável” para ocuparem as salas da EJA.

Na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho De Magalhães, essa realidade não é muito diferente. Em conversas com docentes foi possível perceber distintos horizontes de futuro quando da conclusão do Ensino Médio. Segundo relato dos docentes, historicamente os jovens do Ensino Médio do diurno tenderiam a ingressar mais no Ensino Superior, tanto público como privado. Já aqueles que estudam no turno da tarde estariam mais presentes nos cursos técnicos, feitos concomitante ao término do Ensino Médio. Por fim, a EJA, ainda segundo os relatos feitos, cursada no horário noturno, seria mais frequentada por discentes trabalhadores que, ocupados durante todo dia, buscam através dessa modalidade concluir o ensino médio e galgar uma melhor posição no mercado de trabalho.

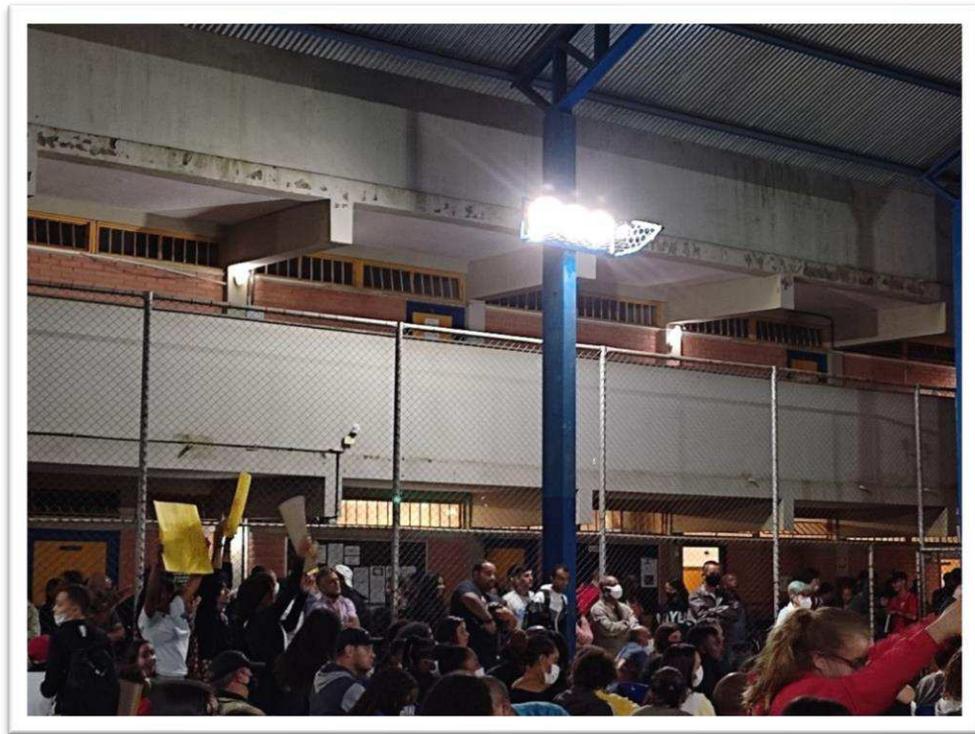
Contudo, como aponta Silva (2018), o crescente de ideias neoliberais e conservadoras no Brasil, contribui para o desmonte das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), afetando sobretudo os jovens negros. Além disso, os últimos anos, com a escalada do conservadorismo no Brasil, intensificou-se o discurso em apoio da militarização de escolas públicas em todo país, o que também aconteceu na Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho De Magalhães.

Com apoio da superintendência de educação e de vereadores conservadores de Juiz de Fora, a Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho De Magalhães, através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), foi eleita como possível escola a adotar o

modelo de escola Cívico-Militar⁶. De acordo com alguns dos docentes com quem conversamos, a decisão foi imposta de forma repentina, o que acarretou desconforto e apreensão de discentes e docentes, já que não foi criada uma agenda de debates sobre o tema.

Neste sentido, para fim de decisão da adoção do modelo Cívico-Militar foi instituída votação. Docentes, estudantes e responsáveis foram convidados para votarem o ingresso ou não da escola naquele modelo. No dia da votação, ocorrido em maio de 2022, foi realizada a assembleia (figura 4), permitindo que todos pudessem se manifestar e apresentar seus pontos. Estavam presentes além da comunidade escolar, também políticos, docentes da UFJF e militantes de movimento estudantil. Ao longo de sua realização houve uma grande e expressiva manifestação dos jovens discentes da escola.

Figura 4: Assembleia de votação



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Os estudantes, como mostra a figura 5, se organizaram em protesto contra a adoção do modelo Cívico-Militar. Gohn (2018), dirá que a participação desses jovens se dá pela percepção da perda de direitos. Os jovens se articularam coletivamente, defendendo a

⁶ O modelo de escola cívico-militar tem como característica disponibilizar o controle da direção escolar e coordenação pedagógica aos membros das forças armadas, da polícia militar e corpo de bombeiros, e somente a esses indivíduos, há o intuito de articular e implantar na rotina escolar o disciplinamento autoritário favorável aos seus interesses (GODOY; FERNANDES, 2021).

manutenção de suas identidades e liberdade de expressão. Seus desejos estavam expostos através de cartazes e nos gritos mais intensos nas falas contrárias a adoção do modelo e nas vaias direcionadas as falas dos favoráveis.

Figura 5: Mobilização dos discentes



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

O que esta experiência nos aponta é o quanto estes jovens se constituem como sujeitos políticos capazes de manifestarem em ações seus desejos, defendendo seus direitos e o modelo de ensino e escola que acreditam ser o melhor para sua formação.

Dentre suas reivindicações existia uma preocupação com a instituição escola. Em seus cartazes, eles demandavam maior número de funcionários e demais melhorias na escola com sua participação ativa (figura 6). Fato que numa escola Cívico-Militar não existiria. Martins, (2019, p. 697) afirma que esse modelo “visa espriar-se pelos diferentes campos de atuação das escolas, por meio de dinâmicas hierarquizantes e ortopédicas, desautorizando, assim, qualquer possibilidade de autonomia pedagógica dos docentes e/ou da comunidade escolar”.

Figura 6: Manifestação dos discentes em defesa da escola



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

A partir desta mobilização a proposta foi rejeitada por 300 contra 24 o que impediu a implantação do modelo. Os relatos e observações realizadas em nossas visitas na escola nos possibilitam afirmar o peso que os estudantes têm na tomada de decisões acerca da vida escolar. Isso porque, tiveram papel ativo nas decisões que foram tomadas recentemente na escola. Dentre o corpo discente há o predomínio de jovens negros, sujeitos centrais dessa pesquisa.

2.2. Apresentação dos jovens pesquisados

Aqui apresentaremos os jovens entrevistados na pesquisa. Os jovens entrevistados são discentes da Escola Estadual Nyrce Villa Verde, jovens negros (pardos e pretos). Com o intuito de preservar a identidade dos jovens, eles foram identificados por codinomes conforme descrição que segue na tabela 7:

Tabela 7: Apresentação dos Jovens.

Jovens	Idade	Residência	Série e Turno.
Luedji	17 anos	Bairro Dom Bosco	Terceiro ano regular no turno da tarde

Marechal	17 anos	Bairro São Pedro	Terceiro ano regular no turno da tarde
Rincon	22 anos	Jardim Casablanca	EJA de terceiro ano no noturno
Juçara	18 anos	Bairro Caiçaras	Terceiro ano regular no turno da tarde
Leandro	17 anos	Jardim Casablanca, ("beira")	Terceiro ano regular do turno da tarde
Milton	17 anos	Jardim Casablanca, ("beira")	Terceiro ano regular no turno da tarde
Elza	18 anos	Bairro Martelos	Terceiro ano regular no turno matutino
Tássia	18 anos	Bairro São Pedro	Terceiro ano regular no turno matutino
Rashid	17 anos	Bairro São Pedro	Terceiro ano regular no turno matutino

Fonte: trabalho de campo, 2022.

2.3. Os jovens negros no contexto social: de quem estamos falando?

Ressalta-se que abordamos a juventude como plural, pois, como bem destaca Groppo (2017), a partir dessa concepção é possível analisá-la em suas várias possibilidades de viver, suas limitações, dadas as demais estruturas e condições sociais. Sendo assim, a experiência juvenil também é marcada pela pluralidade, podendo variar de acordo com a questão de gênero, sexualidade, classe, contexto histórico, localidade e a questão racial, que atravessa a vivência dos jovens sujeitos dessa pesquisa.

Sendo assim, Passos (2010), aponta que os jovens negros são entendidos como categoria social, possuindo elementos próprios de determinado grupo. Portanto, a autora vai dizer que esses jovens são constituídos de identidade racial, a partir dela possuindo suas variações e diversidade social, de gênero, de localização geográfica, de classe, entre outros. Sendo assim, para a autora o meio social influencia concretamente como esses jovens se desenvolvem, marcada principalmente pela qualidade das trocas que esse meio proporciona. Segundo a autora, "(...)a homogeneidade ou a heterogeneidade dos sujeitos jovens negros é formada através do resultado das suas trajetórias biográficas e de suas experiências socializadora" (PASSOS, 2010, p.142).

Como apontado por Oliveira et al. (2021), que as pesquisas sobre jovens negros no Brasil estão focadas em três eixos principais: educação, violência e mercado de trabalho. Entre elas observa-se o pequeno número de trabalhos acadêmicos que tragam a realidade vivida pelos jovens negros no Brasil, destacando, contudo, um aumento crescente nos últimos

10 anos. Em contrapartida a realidade desses jovens vem sendo abordadas em letras de funk e rap há mais de três décadas, tendo como principal expoente o grupo de rap Racionais Mc's, que influenciaram e influenciam diversos outros artistas que trazem essa realidade em suas letras, podendo citar: Emicida, Borges, Zudizilla, Febem, Mc Sofia, Mc Hariel, Tasha e Tracie, Facção Central, Djonga, BK entre outros.

As letras de rap e funk têm papel importante na vida dos jovens negros, trazendo sua realidade e vivência. O jovem Rincon traz que as letras dos rap que ele ouve, como Racionais e Mv Bill o ajudou a moldar sua percepção racial, pois, nas palavras dele “através do rap clássico brasileiro eu tive essa percepção que o homem negro tinha que tomar cuidado e que a mulher negra vai ser usada como objeto”.

Portanto, é importante trazer a realidade dos jovens negros para as discussões e debates sobre juventude, tanto nas letras de músicas, como em pesquisas acadêmicas, pois segundo Gonzales (1979), no Brasil existe um privilégio racial em que o grupo de pessoas brancas é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. Fato que afeta diretamente os jovens negros, caracterizando através do racismo toda uma dinâmica de desigualdades. Assim sendo, os jovens negros quando experimentam sua condição juvenil fazem de forma diferente e desigual em relação aos jovens brancos, sendo expostas a maior precariedade de acesso e oportunidades.

A situação dos jovens negros influencia diretamente como interagem e vivenciam o meio social e a construção de suas subjetividades. Essa situação tem reflexo no cotidiano desses jovens, sendo notada na precariedade de oportunidades, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, crescente número de homicídios e suicídios, aumento na população carcerária e o alto índice de evasão escolar.

Desta forma, os indicadores sociais possuem grande importância para analisar a real situação dos jovens negros no Brasil. Dayrell e Carrano (2002), dizem que os indicadores sociais constituem uma base empírica que confirma às várias realidades dos jovens no Brasil e que são fundamentalmente estabelecidas por múltiplas dimensões da existência. A partir disso vão condicionar o leque de oportunidades que experimentam a partir da sua condição juvenil.

Portanto, como já descrito anteriormente nesse trabalho, o racismo está impregnado nas relações sociais no Brasil, fato que também aflige os jovens negros em várias esferas. Segundo Cerqueira e Coelho (2017), os jovens negros lideram as estatísticas de pertencimento as famílias mais pobres, acarretando várias situações, como abandono escolar, entrada no tráfico, gravidez, acesso a subempregos entre outros.

Sobre a escolarização dos jovens negros, a realidade não é diferente. Passos (2012), aponta que a desigualdade na educação entre jovens negros e brancos se dá tanto no acesso, como na permanência ou no sucesso, configurando menores oportunidades sociais para a juventude negra. Segundo dados do IBGE, em 2019, os discentes negros possuíam uma taxa de escolarização menor que os jovens brancos. A tabela 8 apresenta dados nacionais e de Minas Gerais que corroboram essa desigualdade.

Tabela 8: Taxa de escolarização, por cor ou raça e grupo de idade.

Variável - Taxa de escolarização (%)				
Ano - 2019				
Brasil e Unidade da Federação	Grupo de idade	Cor ou raça		
		Total	Branca	Preta ou parda
Brasil	Total	27,9	27,2	28,5
	15 a 17 anos	89	90,8	87,8
	18 a 24 anos	31,1	36,5	27,7
Minas Gerais	Total	26,5	26,2	26,8
	15 a 17 anos	91,2	93,7	89,9
	18 a 24 anos	29,2	36,2	25,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.

Nota-se pela tabela que os dados apresentam uma realidade no qual os jovens negros possuíam em 2019 uma taxa de escolarização menor que dos jovens brancos. Ao que diz respeito aos jovens entre 15 a 17 anos, percebe-se que tanto em Brasil como em Minas Gerais, tiveram dados parecidos, em que no Brasil teve uma diferença de 3% a mais na taxa de jovens brancos e em Minas Gerais essa diferença foi de 3,8%, demonstrando que nessa faixa etária os dois cenários demonstram um local desfavorável para os jovens negros.

Quando é analisada a faixa etária de 18 a 24 anos na tabela 7 as diferenças são mais atenuantes, no qual em cenário de Brasil, existe uma diferença de 8,8% na taxa de escolarização, em que os jovens brancos possuem média de 36,5% e os jovens negros de 27,7%. Quando analisamos Minas Gerais essa diferença aumenta, representando 11%, no qual os jovens brancos possuem 36,2% de média e os negros 25,2%, situação que implica em várias desvantagens sociais para os jovens negros.

Em seu trabalho Passos (2012), com base na PNAD, apresentava que em 2009, o índice de analfabetismo entre jovens negros era duas vezes maior que entre os brancos. Dados recentes do IBGE, referente a 2019, mostram o aumento dessas desigualdades. Segundo a

PNAD daquele ano, o índice de analfabetismo entre jovens negros era 8,2 %, já os de jovens brancos na mesma faixa etária é de 3,3. A mesma pesquisa traz, que em Minas Gerais, o índice de analfabetismo dos jovens negros é de 6,3% e dos jovens brancos é 3,2%.

Segundo Senkevics e Carvalho (2020), o maior desafio em relação à escolarização dos jovens negros é a conclusão da educação básica. Dentro do ciclo de formação da educação básica, a maior desigualdade está presente no Ensino Médio, possuindo um alto patamar de evasão escolar fato que pode ser explicado por alto índice de reprovação, gravidez e busca por trabalho para complementar a renda familiar, esse último fator está presente na vida do jovem Rincon, que teve que abandonar os estudos no segundo ano e começar a trabalhar para ajudar a complementar a renda da família. Nas palavras do jovem Rincon:

Tive que parar de estudar para ajudar minha mãe a sustentar meus irmãos. Eu parei no segundo ano, quando eu tinha 17 anos, assim que eu fiz dezoito eu tive que começar a trabalhar (trabalho de campo, 2022).

Neste sentido, o trabalho está presente na trajetória escolar dos jovens negros, em situações como a do jovem Rincon, que teve que abandonar os estudos, ou mesmo de outros jovens que conseguem conciliar os estudos e o trabalho, como a realidade do Jovem Marechal que trabalha na parte da manhã como servente de obra e estuda à tarde, uma rotina desgastante para um jovem de 17 anos. Segundo o jovem ele começou a trabalhar por “motivos pessoais e para ajudar minha família”.

Percebe-se que os jovens negros vivenciam dificuldades tanto ao ingressarem quanto ao terminarem o Ensino Médio. Nos motivos entrelaçam-se a questão racial e de classe que fazem com que seja preciso buscar, principalmente durante o Ensino Médio, um trabalho para complementar a renda família. Por esse motivo os jovens Milton e Leandro tiveram de buscar emprego em algum momento do Ensino Médio. Leandro diz que além de ajudar a família, trabalhar foi importante para ter seu próprio dinheiro.

Já a trajetória escolar das jovens negras no Ensino Médio, diferente dos jovens homens, é marcada principalmente por uma obrigação em relação aos afazeres domésticos. As jovens cuidam dos irmãos, limpam a casa e preparam as refeições. Rotina presente na vida da jovem Luedji que diz que tem como obrigação todos os dias arrumar casa e fazer almoço. Essa mesma realidade é partilhada pela jovem Juçara, que além das tarefas domésticas, trabalha cuidando do seu sobrinho.

Portanto, os fatos narrados até aqui explicam o alto índice de evasão escolar de jovens negros no Ensino Médio. Neste sentido desde 1996, quando o Ensino Médio se torna por lei a

última etapa do ensino básico, segundo dados publicados pelo Instituto Unibanco (2014) mostram que depois de 18 anos pela primeira vez na história, os jovens negros foram maioria que conseguiram chegar ao Ensino Médio. Silvério et. al, (2019), trazem que de acordo com esses dados, 51% dos jovens negros estavam no Ensino Médio em 2014. Neste mesmo período, segundo Corsino e Zan, (2020), houve uma diminuição na proporção de pessoas negras que estavam em descompasso entre idade e série. A conclusão do Ensino Médio entre jovens de 20 a 22 anos havia aumentado entre os negros, representando 58%, porém se manteve inferior à da população branca (76,8%).

Dados mais recentes da PNAD (2019), contudo, demonstram que as desigualdades se mantêm. Ao analisar os jovens de 15 a 17 anos que frequentam o Ensino Médio percebe-se que 79,6% eram jovens brancos e 66,7% eram negros. Os mesmos dados trazem que o marco do abandono escolar é os 15 anos, sendo o principal motivo para os jovens terem abandonado ou nunca frequentado escola era a necessidade de trabalhar.

A EJA, principalmente com o fenômeno de juvenilização⁷ nos últimos anos, passou a ser uma alternativa principalmente para os jovens negros. Dados do INEP confirmam que os “pretos e pardos predominam nos dois níveis de ensino. No fundamental, o grupo representa 75,8% dos estudantes, enquanto, no nível médio, 67,8%. Os alunos que se identificam como brancos compõem 22,2% da EJA fundamental e 31% da EJA médio” (INEP, 2020, p. 5).

Porém essa modalidade de ensino, não abarca a real necessidade desses jovens. Para Passos (2010):

A forte presença de jovens negros nessa modalidade de educação vem acompanhada da necessidade de mudanças significativas na cultura pedagógica da EJA. Seus valores, conhecimentos, atitudes, expectativas na maioria das vezes não coincidem com a cultura escolar e, em particular, com a proposta pedagógica que os programas ou cursos se propõem a desenvolver. Esse fato exige um re-pensar das propostas pedagógicas, considerando as peculiaridades do público jovem e negro (PASSOS, 2010, pg. 129).

Passos (2010), pondera sobre a existência de uma culpabilização dos jovens pela sua alta reprovação e migração do ensino regular para a EJA. O jovem Rincon, fala que ele virou motivo de chacota durante as aulas, pois buscava participar das aulas e sempre tirar dúvidas com os professores, o que acaba criando um estranhamento dos discentes mais novos, o que segundo ele não aconteceria no ensino regular.

O que todos os dados apresentados até o momento apontam é que, a despeito da melhora relativa dos indicadores relacionados à educação, há ainda a manutenção de uma

⁷O aumento da procura da EJA por jovens é conhecido como processo de juvenilização.

desigualdade de cor e raça que expressa o racismo como estrutura social. Os jovens negros vivenciam esta desigualdade durante o ciclo da educação básica e mesmo no ensino superior. Isso porque, apesar da importância das políticas de ações afirmativas para ingresso nas Universidades Federais, os jovens negros ainda são minoria nessa etapa de ensino. Discussão que será posteriormente aprofundada neste trabalho.

Mesma desigualdade é experimentada quando tratamos os indicadores ligados ao emprego e renda. Ao analisar a questão do trabalho, percebe-se que o desemprego se constituiu como uma grave questão social. Como aponta Corrochano et al. (2017), essa situação afeta em especial os grupos historicamente marginalizados, como jovens mulheres, jovens pobres e os jovens negros. Os jovens negros lideram no Brasil os índices de desemprego, como aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), (2022). De acordo com ela, os jovens negros representam quase o dobro de jovens brancos quando da busca por emprego.

Quando os jovens negros entram no mercado de trabalho, normalmente estão nos subempregos. Postos de trabalho que não exige maior escolaridade ou qualificação, como o caso do Milton, que teve que trabalhar de pintor e do jovem Leandro em uma oficina mecânica. Ao associarmos a isto o fato de que entre as pessoas negras a trajetória escolar é fortemente marcada por interrupções e não conclusão das etapas de formação é possível entendermos a relação entre escolarização e emprego.

Contudo, cabe salientar que o racismo é um dos condicionantes que estruturam essa relação, não determinada, todavia, pela exclusiva baixa qualificação. De acordo com Gonzales (1979), numa disputa por vaga de emprego a condição de cor é um forte marcador de desigualdade que determinará um lugar de inferioridade, mesmo quando há um mesmo patamar de escolarização e qualificação entre os candidatos.

Fica claro, no entanto, que educação e trabalho estão relacionados quando pensamos a situação dos jovens negros. Esses jovens vivenciam situações marcadas pelo abandono do Estado. Com exceção de algumas políticas, como a política de ações afirmativas, o Estado não pensa políticas públicas que amenizem essas desigualdades, ainda mais ampliadas em função da pandemia de Covid-19. Durante a pandemia os jovens negros foram os mais afetados. Ao pensar a educação Melo Mattos et al. (2021), destacam que essa desigualdade foi vivida pelos jovens negros pela falta de equipamentos para auxiliar durante as aulas remotas, pela evasão escolar e a entrada precoce no mercado trabalho Como aponta Abílio (2021), principalmente no modelo de “uberização”, na categoria “bikeboy”, que tem como característica a

precarização, baixa qualificação e remuneração e com redução nos direitos trabalhistas básicos.

A experiência do racismo, portanto, atravessa a vida destes jovens nas suas múltiplas dimensões, afetando seu psicológico e ganhando papel fundamental em sua subjetivação. De acordo com Fanon (2008), as violências causadas pelo racismo podem gerar psicopatologias, que modificam as relações individuais e coletivas dos sujeitos negros, afetando suas relações afetivas, linguagem e autoestima, tanto estética como intelectual.

De acordo com o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG (NUPAD), baseada na cartilha do Ministério da Saúde, o índice de suicídio de jovens negros é maior em relação aos brancos. Entre 2012 à 2016 de cada dez suicídios na faixa etária de 10 a 29 anos, aproximadamente seis ocorrem com negros. Dentro dessa série histórica, o ano de 2016 foi o com maior risco para jovens negros, sendo 45% maior do que em jovens brancos. Neste ano, de cada 100 suicídios de jovens brancos, ocorreram 145 entre os negros.

Dentro dessa realidade, os jovens negros homens são os mais afetados, fato relacionado com as práticas e dinâmicas da construção e afirmação de identidades masculinas, principalmente na visão que o homem é forte e não pode demonstrar seus sentimentos. O jovem Rincon, diz que sempre foi ensinado a não demonstrar seus sentimentos e que deveria ser forte. Para ele procurar ajuda psicológica nesse contexto que foi educado, seria demonstrar fraqueza. Neste sentido ele desconta essa repressão nas músicas, no basquete e nas series que ele assiste.

Neste sentido, os jovens negros e negras são atravessados por essas violências desde a infância, o que, de acordo com Guimarães (2015), limita suas atuações e potencialidades socioeconômicas. Assim sendo, quando conseguem chegar à vida adulta essa realidade continua, pois atuam a partir da dimensão psicológica.

A vida dos jovens negros é marcada por inúmeras tentativas de aniquilação, causadas em alguns momentos pela atuação do racismo no psicológico e em outros pelo alto índice de homicídios desses jovens. São eles que têm mais chances de seres vítimas de homicídios. Segundo Gomes e Silva (2017), para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,5 jovens negros. No Brasil o pico de chance de uma pessoa sofrer homicídio é aos 21 anos, nesta idade os jovens negros possuem, segundo Cerqueira e Coelho (2017), 147% a mais de chances de serem vitimadas por homicídios em relação ao conjunto de jovens brancos e indígenas.

Segundo dados do infográfico da violência e desigualdade racial⁸, os jovens negros entre 15 a 19 anos representam 81% das vítimas de homicídios nessa faixa etária. Gomes e Silva (2017), trazem que existe um perfil dessas vítimas que evidencia a existência de uma diferenciação social, em que a grande maioria é de jovens negros do sexo masculino. Perfil que pode ser explicado por vários fatores, como maior incidência desses jovens no tráfico de drogas, pelas dinâmicas de masculinidades, que nesse caso gera confrontos, com finalidade de afirmação da identidade masculina, que é dada por meio da violência, pelo estereótipo do corpo negro como violento e desumanizado, que acaba criando normativas para atuação da PM, entre outros.

A vitimização de jovens negros em uma sociedade racista é reforçada segundo os mais variados estereótipos. Cerqueira e Coelho (2017), apontam que:

A perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade muitas vezes o associa a indivíduos perigosos ou criminosos. A repetição desses estereótipos implica em um processo de reificação, em que o indivíduo pela sua cor de pele termina sendo estigmatizado e percebido como desprovido de sua identidade individual. Trata-se de um processo de desumanização que faz aumentar a probabilidade de vitimização destes indivíduos. (CERQUEIRA; COELHO, 2017, pg. 18).

Pimenta (2004), traz que os jovens negros, tendem a ser vistos a partir de uma dicotomia, ora pela ótica do “problema social” (como jovens infratores ou delinquentes, perturbadores da ordem pública, associados a condutas consideradas desviantes); ora como “risco social (da toxicodependência, da gravidez precoce, do desemprego e da inserção precária no mercado de trabalho, das transições malsucedidas para a vida adulta). Na produção e difusão destes imaginários dois agentes são fundamentais: o Estado através de práticas do racismo institucional e a grande mídia.

Segundo Cerqueira e Coelho (2017), o racismo institucional, está associado à letalidade violenta sofrida pelos jovens negros, sendo praticada por ações concretas no cotidiano das organizações do Estado que contribuem para reforçar e manter o racismo. Um dos grandes responsáveis por ser a “mão” do Estado em perpetuar o racismo institucional é a atuação das Polícias em todo país. São inúmeros casos que podem ser citados dessa atuação genocida da Polícia contra os jovens negros. Um excelente exemplo é o ocorrido recentemente em 2019, quando a ação truculenta e sem preparo da Polícia Militar em um baile funk de Paraisópolis-SP, acarretou a morte de nove jovens, dos quais sete eram negros.

⁸ Acessar em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2021/

Outro caso marcante foi a da jovem negra Kathlen Romeu de 24 anos, grávida, foi assassinada em uma ação da Polícia Militar no Rio de Janeiro.

Inúmeros outros exemplos poderiam ser trazidos e que demonstram como o Estado atua em um processo de desumanização dos corpos negros. Neste sentido, ele cria a base normativa do direito de matar, política denominada por Mbembe (2021), de necropolítica. Para o autor esta política explica a atuação do Estado como detentor de um poder soberano ao direito à vida. Desse modo, prossegue Mbembe, o controle e soberania não se restringem apenas ao território, mas também ao corpo dos sujeitos, o que configuraria inclusive o direito para matar.

Neste sentido, principalmente pela atuação da Polícia Militar, se produz um ambiente hostil para os jovens negros, que em muitos casos criam alternativas de amenizar a forte perseguição da Polícia Militar, algo que é observado no cotiado dos jovens dessa pesquisa, que convivem diariamente com a presença da PM. O jovem Rincon, diz que tem receio em andar com seus amigos negros, pois ele sabe que terá mais chances de ser abordado pela polícia.

Para o Milton, o jeito de vestir “soltinho” que tem como característica usar “camisa de time, bermuda rasgada e chinelinho” atrai os olhares dos policiais, que segundo ele, sempre é olhada de “cima a baixo”. O jovem diz que estas situações o incomodam tanto, que em um momento ele decidiu se vestir igual “playbozinho”. Segundo ele foi a primeira vez em que não foi parado e a primeira vez que um policial chegou a lhe cumprimentar.

A necropolítica, efetuada principalmente por um braço do Estado que é a PM, atua fortemente na vida dos jovens negros, criando um ambiente em que são alvos, quando não são assassinados, sofrem pelas constantes abordagens truculentas que geram constrangimentos e medo, sendo vivenciado em vários espaços das cidades, porém bem mais atuante nas periferias urbanas e negras.

Para Alves (2014), existe uma distribuição desigual da morte. O que é seguido por Gomes e Silva (2017), que indicam uma relação próxima entre raça e espaço na produção de territórios da violência. Para Alves (2011) a relação raça e espaço se expressa nas periferias urbanas e negras onde se concentra o maior percentual de violência homicida. Tal correlação é entendida pelo autor como “Necropolítica espacial”⁹.

Para Gomes e Silva (2017), a necropolítica espacial é um dispositivo que define a lógica espacial de quem tem o direito de viver ou morrer, seja pela violência letal ou ainda

⁹ O conceito de necropolítica espacial abordado por Alves (2011, 2013) tem como referência o conceito de Necropolítica criado por Mbembe (2021).

pela negligência e cumplicidade do Estado. Ainda para os autores, a violência aparece de várias formas como a falta de direitos básicos para sobrevivência, a segregação espacial e o racismo ambiental.

Para as pessoas negras das periferias a violência é uma constância. Gomes e Silva (2017), vão dizer:

A necropolítica instituída no Brasil com relação às mortes de homens jovens negros e sua espacialização nas periferias pobres urbanas não deixa dúvida de que a sociedade brasileira constituiu os dispositivos capazes de produzir uma massa de cadáveres, considerada necessária para a manutenção da vida considerada qualificada. A insensibilidade de parte da sociedade pelo genocídio das periferias urbanas se constrói cotidianamente pela desumanização dos “outros” por meio dos discursos que permeiam instituições econômicas, políticas e culturais que são veiculadas pelos meios de comunicação (GOMES; SILVA, 2017, p.708)

O outro agente promotor destas violências seria a mídia. Através dos meios de comunicação vão se construindo associações diretas entre cor e crime, pobreza e violência e fazem isso através da cobertura diferente em relação às mortes de jovens negros e brancos.

Cerqueira e Coelho (2017), dirá:

Enquanto a morte do negro (e pobre) muitas vezes nem é mais notícia, ou quando é, acaba estigmatizando a imagem da vítima como “criminoso”, “traficante” ou “vagabundo”, a despeito de investigação ou qualquer condenação judicial que a pessoa tenha sofrido; a morte do branco (e de classe média) é repetida e problematizada indefinidamente pelos jornais. Tendo em vista que o processo de persecução criminal, que se inicia com a investigação, é fortemente influenciado pela repercussão midiática, então enquanto a morte de brancos implica numa maior chance de responsabilização e punição do autor, os inquéritos sobre a morte de um cidadão negro e pobre terminam sendo enterrados na vala comum dos casos não solucionados. Certamente, tal fenômeno é percebido por potenciais agressores, o que de alguma forma contribuirá para moldar a tomada de decisão dos mesmos. (CERQUEIRA; COELHO, 2017, Pg19).

Cassab et. al (2016), trazem que em Juiz de Fora, cidade que residem os jovens desta pesquisa, é possível identificar a forma estereotipada da mídia em noticiar acontecimentos envolvendo jovens, principalmente jovens pobres da periferia da cidade. Segundo as autoras, esta situação contribui para construção de uma representação social desses jovens a partir da produção de uma imagem negativa que atravessa seus corpos e os afetam diariamente, restringindo as possibilidades de mobilidade pela cidade e direcionando a eles o todo o medo e insegurança referentes à violência.

Como apontado até aqui, os jovens negros vivenciam uma realidade diferente dos jovens brancos, marcadas por desigualdades de acesso à educação, ao mercado de trabalho e

principalmente a violência, fatos que em muitos dos casos tiram o direito da vivência juvenil desses sujeitos.

O racismo é o que marca esses jovens como alvos. É a partir de seu corpo que vivenciam essas desigualdades, pois através dele se relacionam com o espaço. Segundo Cassab, et al. (2016), os jovens se relacionam como espaço, possuindo diferentes espacialidade, maneiras de vivenciar, experimentar e representar a cidade, usos distintos e desiguais, lugares que frequentam e os que não frequentam, todas práticas espaciais que apontam para a dimensão espacial que compõe as juventudes. Sobre o corpo Santos vai dizer:

A corporeidade implica dados objetivos, ainda que sua interpretação possa ser subjetiva; a individualidade inclui dados subjetivos, ainda que possa ser discutida objetivamente. Com a verdadeira cidadania, cada qual é o igual de todo os outros, e a força do indivíduo, seja ele quem for, iguala-se à força do Estado ou de outra qualquer forma de poder: a cidadania define-se teoricamente por franquias políticas, de que se pode efetivamente dispor, acima e além da corporeidade e da individualidade. (SANTOS, 2000, p. sn).

Segundo Souza (2007), o corpo é um elemento crucial da representação social da raça, em que se produz uma percepção estereotipada, firmada numa dualidade entre superioridade e inferioridade. No Brasil, a questão racial, principalmente a respeito da população negra, está muito relacionada ao corpo, sendo que segundo Santos, (2000, p. sn):

o corpo se impõe como uma marca visível é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa.

Sendo assim, o corpo é determinante nas experiências socioespaciais dos sujeitos e na forma como constroem relações com o espaço. Machado (2011), afirma que socialmente os corpos negros são inferiorizados, sendo percebido nas experiências dos jovens negros em determinados espaços, refletindo na construção de subjetividades e até em seus trajetos na cidade. Fato que é visto nas experiências dos jovens sujeitos dessa pesquisa. Segundo o jovem Rincon, em muitos dos casos tem que mudar seu trajeto na cidade, para evitar eventuais situações constrangedoras, como ser abordado pela polícia.

Queiroz (2017), complementa que através do corpo compreende-se a relação dos jovens negros com a cidade, sendo possível entender os processos de rejeição ou aceitação, de controle social, de construção ou negação de identidades e a forma como se relacionam no espaço. Todos os jovens pesquisados afirmam o incômodo de frequentar alguns espaços da

cidade, como o Shopping Independência, localidades da zona sul e até a UFJF. Para eles esse incômodo está relacionado com os olhares que recebem nesses locais, De acordo com o jovem Milton os olhares estranhos querem dizer que não é para ele estar naquele local.

Desse modo, em função do marcador racial, esses jovens produzem suas espacialidades de forma desigual na cidade. Por conta do racismo são ensinados a evitarem determinados lugares, a circularem pela cidade de determinada maneira e a terem determinados comportamentos nos espaços públicos. Neste sentido, esses jovens criam mecanismos para acessarem alguns espaços. O jovem Leandro, diz que sempre que vai ao mercado é seguido e observado pelos seguranças e que por isso passou a não usar mochila nesses locais, por medo ser incriminado por algo que não fez. Nas palavras de Leandro: “não uso, você fica com aquele pensamento que vão colocar alguma coisa na mochila, alguém vai querer te revistar”.

Tais práticas refletem diretamente nas trajetórias socioespaciais e nas possibilidades de apropriação da cidade. A cidade, para muitos deles, é vivida nas restrições impostas pelo racismo, que condicionam suas experiências espaciais e, conseqüentemente, sua possibilidade de viverem a juventude como direito. Neste contexto, buscaremos entender como se realizam as práticas espaciais e os usos que jovens de uma escola pública da cidade de Juiz de Fora, fazem da cidade. Em que medida, a experiência do racismo atravessa ou mesmo condiciona suas vivências e seu modo de ser jovem e viverem suas juventudes.

2.4 Trajetórias socioespaciais dos jovens entrevistado

Os jovens como sujeitos sociais, constroem sua condição juvenil através do espaço, do tempo, da localidade e contextos em que vivem. Neste sentido, os estão envolvidos diretamente com a produção do espaço, sendo sujeito ativo nesse processo, no qual possuem a possibilidade de contribuir com sua transformação a partir de suas ações cotidianas. Cassab complementa:

A juventude produz espaço e é igualmente condicionada pelas formas em que esse espaço é socialmente produzido e organizado. Isso implica a necessidade de se abordar o movimento dos jovens, que se dá a partir de suas ações, de sua mobilidade, de suas falas e gestos, da relação que estabelecem com os bairros e com a cidade, dos usos que instituem com e no espaço urbano e com a cidade (CASSAB, 2015, p.139)

Cavalcanti (2013), traz que na cidade existe uma coexistência de diversidade, sendo exposta de várias maneiras, como por exemplo na cultura, com isso a cidade se torna lugar de manifestações globais, de encontro e das diferenças. Sendo assim, é no cotidiano da cidade que é possível perceber a diversidade de comportamentos entre os jovens, ou seja, não há um único modo de ser jovem e sim o que há são juventudes.

Portanto, mesmo em grupo que possuem características em comum, como o abordado nessa pesquisa, sendo jovens negros, de localidades próximas, estudantes do Ensino Médio, percebe-se que possuem uma diversidade de comportamentos no cotidiano da cidade.

Deste modo, segundo Cavalcanti (2013), entende-se que é necessário que esses jovens visualizem a cidade como um território a ser usado, pois é nela onde realizam leituras e escrevem suas histórias, suas vidas e suas concepções sobre elas. Assim, na cidade através de suas características, os jovens vão produzir suas espacialidades. Portanto, os jovens participam das práticas socioespaciais formadoras de território na cidade.

Cavalcanti (2015), ensina que é através da e na prática socioespacial que o indivíduo se realiza ao longo do processo histórico, a partir dela revela-se a construção da humanidade do homem. Segundo a autora a perspectiva espacial envolve a sociedade em seu conjunto, em sua ação real, em seu movimento de objetivação, constituindo assim, um universo imbricado de situações, contemplando necessidades, aspirações e desejos.

Portanto, as práticas socioespaciais são importantes para a análise dos sujeitos dessa pesquisa. Sobre as práticas socioespaciais Loboda destaca:

As práticas socioespaciais são importantes em nossa análise, a partir do momento que adquirem sentidos através dos usos efetuados, vivenciados e percebidos pelos diferentes sujeitos sociais, seja por meio das situações mais banais como o simples passar, ou, então, das práticas nas quais a interação do habitante com o espaço público se mostra de forma mais contundente por meio da sua utilização e apropriação para necessidades diárias. Assim, as práticas socioespaciais são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos seus lugares, incluso dos espaços públicos (LOBODA, 2009, p.36).

As práticas socioespaciais são, deste modo, componentes relevantes dos modos de vida dos jovens, de suas culturas, mobilidades. Sobre os jovens Cassab (2012, p.139), destaca que “as diferentes práticas espaciais que instituem com e na cidade iluminam as formas pelas quais se relacionam com o espaço e forjam diferentes juventudes”, sendo percebida uma variedade de dinâmicas no cotidiano desses jovens na cidade, principalmente ligadas às suas trajetórias socioespaciais.

Seguindo Santos e Ratts (2015, p.646-647), a partir da trajetória socioespacial é possível entendermos os deslocamentos de um indivíduo ou coletividade “entre locais distintos entre espaços de residência, estudo, trabalho ou lazer, entre bairros, e outros que fazem a diferença na sua situação social, pois não se resumem a um deslocamento geométrico”.

Neste sentido, para Cirqueira (2017), as trajetórias socioespaciais possuem uma dimensão espaço-temporal, ou seja, essa concepção supõe que os indivíduos perpassam por um repertório de lugares no decorrer de suas vidas, sendo experimentado de forma distinta por cada indivíduo. Souza (2007, p.50), enfatiza que a partir do movimento temporal no espaço, causado pelas trajetórias socioespaciais, principalmente por conta dos “pontos” percorridos, permite que os indivíduos formulem suas perspectivas, visões de mundo, subjetividades entre outros.

Através principalmente de suas mobilidades, os jovens constroem subjetividades e perspectivas de futuro, no qual, o acesso a pontos turísticos, culturais podem exercer influências social em suas vidas. Seguindo essa perspectiva, os jovens sujeitos desta pesquisa possuem o campus da UFJF como local de uso, incorporando-o em suas trajetórias socioespaciais. A proximidade e relação cotidiana com o campus colabora para que a Universidade ganhe sentido, mesmo que de forma ainda difusa, quando projetam horizontes possíveis. Abordaremos, contudo, essa dimensão no terceiro capítulo.

Neste sentido, sobre as trajetórias socioespaciais Cirqueira complementa:

[...] em linhas gerais, trajetória socioespacial envolve a historicidade e a espacialidade de vida(s); um conjunto de experiências contidas no espaço-tempo que possuem uma conformação não linear ou contínua. A importância da espacialidade se faz na medida em que as experiências humanas são topocentradas e, muitas das vezes, os lugares demarcam momentos e limites dessas trajetórias no tempo, firmando-se como referências experienciais simbólicas para sujeito (CIRQUEIRA, 2017, p.75).

Portanto, Cirqueira (2008, p.22), baseado em Bourdieu (1996), dirá da importância de não confundir trajetórias com histórias de vida ou biografias, mas sim, “entender a vida como um caminho, um trajeto, percurso ou como um curso dotado de sentido que comporta etapas tendo um começo e um fim numa sucessão de acontecimentos que não possuem significados unilineares ou unidirecionais”. Assim, para a compreensão das trajetórias socioespaciais deve-se construir os “estados sucessivos do campo, no qual elas se desenrolam as variadas experiências e lugares em que o indivíduo perpassa, unindo um ator social a outros cujas

vivências se desenvolvem no mesmo campo e no mesmo conjunto de possibilidades” (CIRQUEIRA, 2008, p.22)

Segundo Bourdieu (1996, p. 198), fazer a análise das trajetórias torna possível construir uma visão das trajetórias “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço em constante construção e sujeito a transformações incessantes”.

Assim sendo, em suas trajetórias os indivíduos percorrem caminhos socioespaciais diferenciados, ou seja, em um mesmo contexto socioespacial, pode-se encontrar variadas trajetórias socioespaciais, sendo possível estabelecer paralelos entre a diversidade juvenil e os múltiplos contextos socioespaciais.

Deste modo, mesmo em um grupo com algumas características em comum, como é o caso dos jovens escolares negros, percebe-se uma variedade de trajetórias e percursos em suas trajetórias socioespaciais, que é marcada e estabelecida pela condição racial e a atuação do racismo. Portanto, a dimensão do corpo é um elemento importante que nos permite compreender as trajetórias desses sujeitos na cidade.

Como já dito nesse trabalho desde o primeiro capítulo, a ciência geográfica possui o papel de investigar a forma que as relações sociais se manifestam no espaço, destacando aqui nessa pesquisa a dimensão racial do espaço. Desta forma, é na análise geográfica e das experiências dos jovens escolares negros no espaço, que se encontra a escala de análise espacial e racial desta pesquisa, utilizando-se principalmente das trajetórias socioespaciais dos jovens.

Nos próximos parágrafos faremos uma análise dos jovens negros partindo de pesquisas que, apesar de não centrarem na dimensão racial da experiência da juventude, trazem importantes contribuições à nossa reflexão, na medida em que a pensam em relação ao espaço, relação central nesta pesquisa.

Portanto, os jovens escolares também possuem suas práticas socioespaciais na cidade, relacionadas principalmente a sua condição de estudante, porém não restrita a ela. Os jovens escolares constituem suas práticas espaciais na cidade, principalmente a partir de suas trajetórias socioespaciais. Assim é relevante compreendê-las e entender como vivem em seu lugar, em seu cotidiano, como se relacionam com esse lugar, com a escola, com seu bairro e sua cidade. O ponto de partida para tal é entender que estes jovens possuem hábitos, concepções, comportamentos, rotinas que incidem no espaço, e são condicionados por ele.

Os jovens escolares, em análise nesta pesquisa possuem em seu cotidiano definido predominantemente pela rotina escolar. São jovens que passam seus dias fazendo o trajeto da

casa para a escola e da escola para casa, dividindo seu tempo quase que exclusivamente entre ficar na escola e em casa, salvo algumas exceções daqueles que tem o trabalho como atividade em suas rotinas cotidianas.

A relação dos jovens escolares com a escola é fundamental para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional, pois é na escola que eles adquirem conhecimentos, habilidades e valores que serão essenciais para sua formação como cidadãos críticos e participativos na sociedade. Além disso, a escola também pode ser um espaço de convivência e de construção de amizades, onde os jovens se sentem acolhidos e apoiados pelos professores e colegas.

Portanto, é importante entender como esses jovens circulam na cidade e conseqüentemente como fazem o deslocamento até a escola. A circulação desses jovens na cidade frequentemente é feita de ônibus e a pé, o que impõe um limite definido para essa locomoção, tornando seu conhecimento empírico e mobilidade restritos, no que tange ao espaço urbano onde vivem, com isso enfrentam diversos desafios para se deslocarem e participarem ativamente da vida social e cultural.

Os jovens escolares possuem uma relação de espacialidade com a cidade, na maioria das vezes, restrita ao bairro e região onde vivem. Portanto é importante analisar suas trajetórias socioespaciais. Para tanto, seus deslocamentos são importantes, como aqueles que realizam nos trajetos para a escola, trabalho, lazer, práticas de finais de semana, como ir à igreja, entre outros. Esses jovens a partir de seus deslocamentos e nas suas “paradas” vão se territorializando e/ou se reterritorializando (CAVALCANTI, 2015).

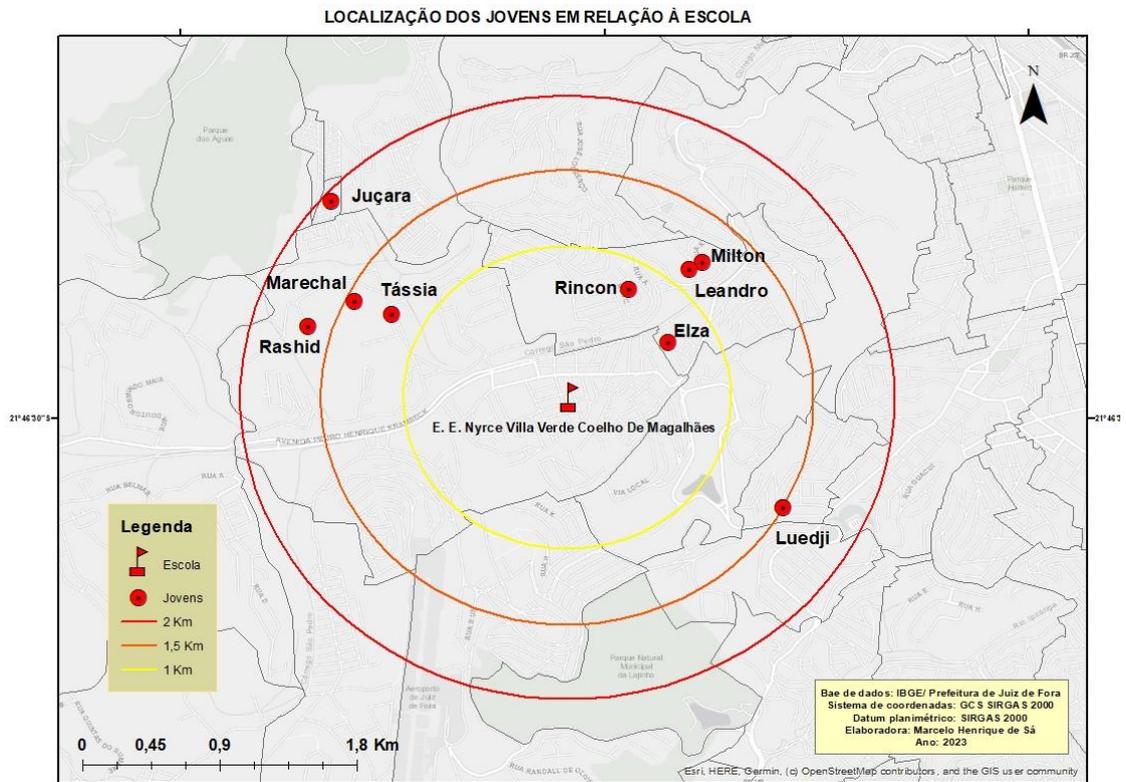
Sendo assim, adentraremos a partir deste ponto, na jornada dos jovens que foram sujeitos centrais desta pesquisa. Portanto, faremos uma análise de suas trajetórias, anseios, desafios e conquistas, buscando compreender e revelar seus percursos no cotidiano. As próximas páginas dedicarão a explorar suas vivências, experiências e perspectivas, revelando nuances singulares que moldam suas identidades e influenciam suas escolhas, permitindo-nos contemplar a vasta riqueza e complexidade das trajetórias socioespaciais desses jovens na cidade.

2.4.2. Percurso de seu bairro a escola

Em relação aos jovens dessa pesquisa, como mostra o mapa 5, com exceção da jovem Luedji, todos os outros residem na região urbana de São Pedro, onde se localiza a escola

Escola Estadual Nyrce Villa Verde. Essa proximidade facilita seus trajetos até a escola, que é feito em grande maioria a pé, com exceção das jovens Luedji e Tássia.

MAPA 5: LOCALIZAÇÃO DOS JOVENS EM RELAÇÃO À ESCOLA.



Fonte: IBGE/ prefeitura de Juiz de Fora, elaborado pelo autor, 2023.

Morar perto da escola traz alguns benefícios para esses jovens como o de possibilitar que não percorram longas distâncias para chegar à escola todos os dias. Isso pode economizar tempo e reduzir o estresse, principalmente causado pela lotação do transporte público. Além disso, morar perto da escola pode oferecer a oportunidade de participar de atividades extracurriculares ou de estudar com mais facilidade. Outro benefício importante é a possibilidade de criar uma comunidade local forte. Os discentes que moram perto da escola desenvolvem amizades mais facilmente com seus colegas de classe e outros discentes da região, pois têm mais chances de encontrar fora da escola.

Como demonstra o raio de distância no mapa 5, podemos perceber que esses jovens possuem sua localidade próxima com a escola. Sendo que, dois jovens estão dentro do raio de 1 km em relação à escola, outros cinco estão no raio de 1,5 km e outros dois estão no raio de 2 km. Em comum, segundo os jovens eles gastam em média entre 15 à 30 minutos fazendo o

trajeto a pé de casa para escola e da escola para casa. As jovens Luedji e Tássia não fazem esse caminho totalmente a pé, sendo que Luedji vai para escola de carro e volta de ônibus e a jovem Tássia vai de carro e volta a pé.

Ainda de acordo com o mapa 5, a jovem Luedji destaca-se como a única estudante residindo fora da região urbana de São Pedro. A jovem é moradora do bairro Dom Bosco. De acordo com ela a decisão de estudar em São Pedro partiu de sua mãe em função da falta de opção de Ensino Médio no seu bairro. Nas palavras da jovem: “no Dom Bosco só tem fundamental, daí preferi vim para cá e Ensino Médio só tem em São Mateus e minha mãe preferiu me colocar para cá mesmo”.

No trajeto para a escola, os jovens têm a oportunidade de conhecer melhor o seu bairro e construir uma identidade territorial. Ao caminhar pelas ruas do bairro, os jovens têm a chance de observar as mudanças que ocorrem no ambiente ao seu redor, identificar as características únicas de cada área e estabelecer uma conexão com o lugar onde vivem. Eles podem notar a presença de novas lojas, parques e outras mudanças que acontecem na região, o que pode ajudá-los a se sentirem mais envolvidos na comunidade local. Além disso, caminhar até a escola pode permitir que interajam com outros moradores do bairro, como vizinhos e comerciantes locais. Essas dinâmicas podem ajudá-los a criar laços sociais mais fortes e sentir-se mais conectados com as pessoas ao seu redor.

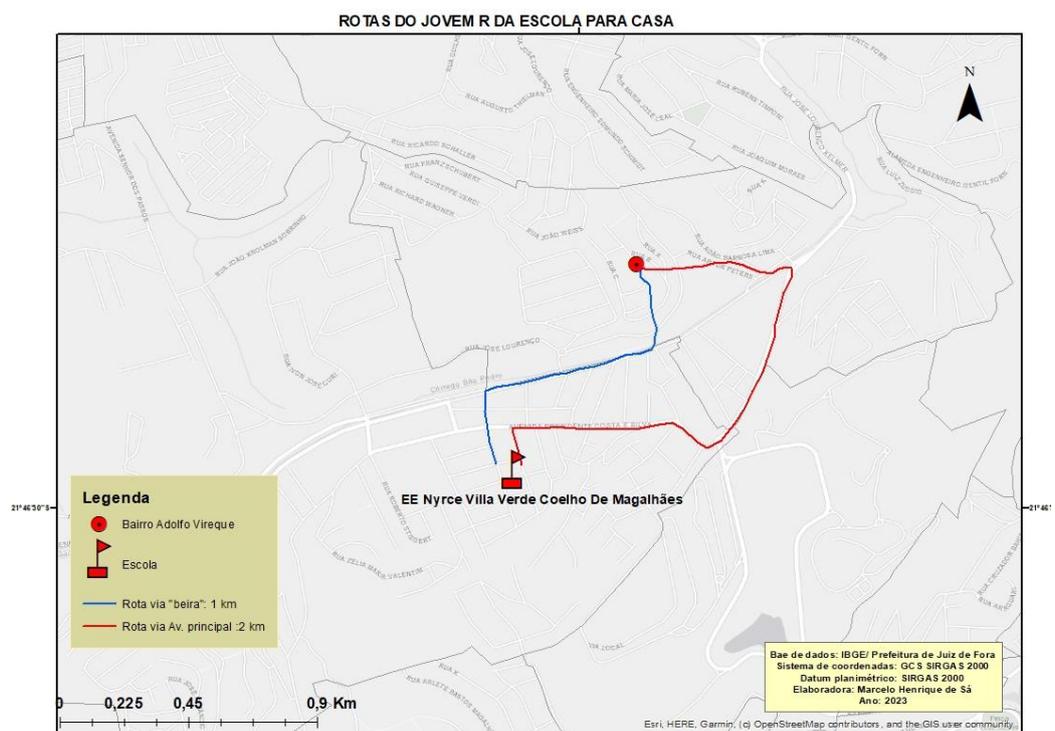
Nestes trajetos muitos desses jovens, como aponta Cirqueira, (2008), Santos; Ratts (2015) e Souza (2007), por conta do corpo racializado vivenciam experiências raciais pautadas principalmente pelo racismo. Caminhar pelas ruas pode significar lidar com olhares desconfiados e julgados por parte de outras pessoas que, por conta de estereótipos racistas, acreditam que jovens negros são criminosos ou perigosos. Segundo o jovem Marechal, em seu trajeto para escola ele já vivenciou essas experiências. O jovem relata: “uma coisa que aconteceu comigo, quando eu passo por pessoas de cores mais claras que a minha, o olhar de inferioridade ou com medo, a ponto de atravessar para outro lado da rua”. Esse olhar que é descrito pelo jovem Marechal, também aparece na fala da Jovem Juçara que afirmava conviver com esse olhar no seu dia a dia. Segundo a jovem: “na escola mesmo eu sempre vejo, nas ruas também”.

O jovem Rincon traz que em seu trajeto para escola ele também é atravessado por esses olhares. Segundo o jovem: “aqui em Juiz de Fora você não vai ver uma diferenciação racial, de um tratamento racista escancarado, mas pelos olhares você já percebe que a pessoa está te julgando de forma diferente”.

Infelizmente essas experiências racistas no trajeto de jovens negros são bastante comuns, conforme apontam os relatos dos jovens pesquisados. Como bem traz Cavalcanti (2015), os jovens utilizam do corpo para se apropriarem da cidade, neste sentido, por conta do corpo negro ser inferiorizado e estigmatizado, esses jovens são frequentemente alvo de detecção e preconceito simplesmente por causa da cor da sua pele. Santos (2012), dirá que essas micro agressões estão presentes nos cotidianos da população negra nas cidades.

Além disso, esses jovens podem ser alvo de abordagens violentas e discriminatórias por parte de policiais por causa da cor da sua pele. O jovem Rincon, o único estudante do noturno, relata que muitas das vezes ele tem que modificar sua rota ao ir embora para casa. O jovem relata possuir duas rotas, um na avenida principal do bairro e outra pela chamada “beira”. O mapa 6 indica as rotas. Nota-se que há entre elas uma diferença de 1 km. Para o jovem ambas as rotas possuem uma forte presença policial. Na primeira rota, que passa pela avenida principal do bairro São Pedro, há um maior fluxo de pessoas sendo a comumente escolhida pelo jovem para realizar seu trajeto casa-escola-casa, a despeito de ser o caminho mais longo, como indica o mapa 6. Isso porque, embora a rota da “beira” seja mais rápida existe ali um intenso movimento de tráfico de drogas o que faz com que o jovem entrevistado sinta-se mais inseguro pois teme ser “confundido” pela polícia.

MAPA 6: ROTAS DO JOVEM RINCON DA ESCOLA PARA CASA.



Fonte: IBGE/ prefeitura de Juiz de Fora, elaborado pelo autor, 2023.

Sobre a abordagem policial, o Jovem Rincon, dirá que:

Quando eu era mais novo na época de pegação, eu andava muito com amigos brancos, porque também tinha receio de andar com meus amigos negros pois sei que vou ser abordado pela polícia (trabalho de campo, 2022).

O relato do jovem Rincon, infelizmente é comum para muitos jovens negros que precisam lidar com o racismo estrutural em seu cotidiano. A sensação de medo e insegurança em relação à abordagem policial é uma realidade enfrentada por muitos jovens negros em todo o mundo, e pode ser intensificada em áreas movimentadas e com presença policial.

Essas experiências podem deixar marcas profundas na vida dos jovens negros, afetando a sua autoestima, confiança e senso de pertencimento na sociedade. Eles podem sentir medo e ansiedade em relação às atividades cotidianas, como caminhar pela rua ou frequentar estabelecimentos comerciais, o que limita a sua liberdade e autonomia no uso da cidade.

Os jovens negros escolares, além de sua condição comum de estudantes, vivenciam o racismo nas suas variadas trajetórias socioespaciais na cidade, podendo ser visto em várias esferas, tanto no trajeto do bairro para escola, como abordamos anteriormente, como em outros que abordaremos a seguir.

2.4.3. Trabalho.

Passos (2010), afirma que os jovens negros enfrentam muitos desafios em suas trajetórias escolares, sendo o trabalho é certamente um elemento presente e muitas vezes determinante para seu sucesso ou fracasso. A realidade socioeconômica desigual que afeta a população negra no Brasil torna o trabalho uma necessidade precoce para muitos jovens, que muitas vezes precisam contribuir para a renda familiar desde cedo. Na escola, essa realidade se reflete em diversas formas. Muitos jovens negros precisam trabalhar para ajudar em casa, seja fazendo pequenos trabalhos ou mesmo assumindo empregos formais em meio período. Isso pode comprometer seu desempenho escolar, já que precisam conciliar horários e prioridades, além de lidar com o cansaço e o estresse.

Nesta pesquisa não é diferente, sendo o trabalho presente na vida de vários jovens. Como mostra a tabela 9, dos nove jovens entrevistados cinco dizem não possuir nenhum tipo

de trabalho, possuindo uma dedicação quase que exclusiva aos estudos e quatro jovens possuem trabalho, tendo que dividir o tempo entre estudos e trabalho.

Tabela 9: Relação de ocupação dos jovens.

Jovens	Trabalho
A Jovem Luedji	trabalha em casa
O Jovem Marechal	Servente de pedreiro
O Jovem Milton	Não trabalha
O Jovem Leandro	Não trabalha
O Jovem Rincon	Instalação e produção de tubulação metálica
A Jovem Juçara	trabalha em casa
A Jovem Tássia	Não trabalha
A Jovem Elza	Não trabalha
O Jovem Tássia	Não trabalha

Fonte: dados do autor, 2022.

Percebe-se na tabela 9, que existe uma divisão do trabalho, no qual as mulheres estão alocadas nos trabalhos domésticos e os homens “fora de casa”, como é o caso da jovem Luedji e Juçara. Ambas afirmam possuir alguma remuneração com seus trabalhos, advindos de seus familiares. Predominantemente, as jovens efetuam trabalhos domésticos, ficando entre cuidar da limpeza da casa, cozinhar e no caso da jovem Juçara cuidar de seus irmãos mais novos e sobrinho.

As jovens relatam que terminam o trabalho por volta de meio dia, no caso da jovem Luedji, não atrapalha sua ida para escola, pois a jovem vai de carro. O mesmo não ocorre para Juçara, pois sua aula começa às 13 horas, e, segundo a jovem relata, “geralmente eu acabo por volta de meio dia, e fica meio corrido, por conta disso eu sempre chego no segundo horário”.

No caso dos jovens homens, os jovens Rincon e Marechal, possuem trabalhos “fora de casa”. O jovem Marechal, por conta de estudar durante à tarde, mantém o trabalho no turno da manhã, trabalhando como servente de pedreiro. No momento da entrevista o jovem estava trabalhando no bairro Aeroporto, porém esta situação poderia mudar, dependendo das necessidades em outras obras.

O jovem trabalha das 7 às 11:30 da manhã, faz o trajeto para o trabalho de carro, locomoção que é cedida pelos seus empregadores, já o caminho de volta é feito a pé. Ao ser questionado o motivo que lhe levou a trabalhar o jovem afirma “foi por motivos pessoais e para ajudar minha família e para eu começar a desenvolver e começar a trabalhar”.

Nota-se que essa relação classe e raça fica muito nítido na situação desses jovens, no qual dividem o tempo entre estudos e trabalho. A principal motivação que impulsiona os jovens para o trabalho é a tentativa de ajudar financeiramente a família, como relata Rincon que trabalha desde os 17 anos, tendo passado por vários tipos de empregos.

O jovem Rincon, trabalha de 8 horas da manhã até as 18 horas da tarde, meia hora antes de sua aula começar. O jovem trabalha com instalação e produção de produtos de tubulação metálica, sendo que a localização da loja física é no bairro São Pedro. Segundo o jovem, ele gasta em média entre 5 á 10 minutos de casa para o trabalho, fazendo esse trajeto a pé.

O trabalho com instalação de produtos de tubulação metálica dá uma excelente oportunidade para o jovem conhecer diversas regiões da cidade. Através da loja física ele acessa outros pontos da cidade, conforme afirmava em entrevista:

Trabalho em uma loja física, que todos os dias tenho que estar lá, a partir disso acesso outros pontos da cidade, como zona norte, zona leste, zona sul, santa Efigênia entre outros locais, no intuito de instalar as tubulações (Trabalho de campo, 2022).

Ao trabalhar com tubulações metálicas, é comum que o profissional precise realizar instalações em locais diversos, como empresas, residências, edifícios comerciais e industriais. Dessa forma, é possível conhecer diferentes bairros, ruas e avenidas, além de interagir com pessoas de diferentes culturas e origens na cidade.

O jovem Rincon traz que ele é o único negro em seu trabalho, fato que lhe incomoda, pois, sente que não consegue expressar sua identidade totalmente naquele espaço, principalmente em questões musicais, culturais e até políticas. De acordo com o jovem isso porque todos que trabalham lá são de direita, posicionamento divergente ao do jovem.

Neste sentido, percebe-se que através de seus trabalhos, os jovens Marechal e Rincon, tendem a ter uma movimentação na cidade, dando-lhes a oportunidade de conhecer alguns outros pontos e, fato que os difere dos outros jovens da pesquisa, que se mantêm bem mais próximos de seu bairro nas suas variadas atividades no cotidiano, como é o caso do lazer.

2.4.4. Lazer

Segundo Martins et. al, (2014, p.44), o lazer se configura como uma das principais dimensões da vivência juvenil na contemporaneidade, sendo fundamental para a elaboração de suas identidades, formação de valores, referências e na sua relação com o espaço público.

O lazer pode ser definido como o tempo livre que os jovens utilizam para realizarem atividades que lhes agradam e os fazem se sentir bem consigo mesmos. Essas atividades podem ser diversas, como esportes, jogos, danças, músicas, cinema, teatro, entre outras.

Brenner et al (2008), dirá que os jovens nos seus tempos livres e nos momentos de lazer constroem suas próprias normas e expressões culturais, seus ritos, suas simbologias e seus modos de ser, que os diferenciam do denominado mundo adulto. Para os autores, em nossa sociedade é muito normal assimilar essas culturas á marginalidade, um tempo social negativo, sendo oposto ao tempo trabalho, este sendo entendido socialmente como tempo positivo e produtivo.

Essa visão marginalizada das culturas construídas no lazer dos jovens é nitidamente mais intensa quando falamos de culturas de jovens negros. Rosa e De Sa (2023) ao analisar os jovens funkeiros, vão dizer que esse ritmo por conta da estigmatização referente principalmente aos corpos negros é sempre relacionado e representado como espaços de crime e pobreza.

Neste sentido, seguindo o que ensinado por Brenner et al, (2008, P.30), consideramos o lazer como tempo sociológico, no qual a liberdade de escolha do jovem é um elemento que prevalece e se constitui, como potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais. Portanto, o lazer pode ser considerado com espaço de aprendizagem das relações sociais em contexto de liberdade de experimentação. Assim sendo, sobre o lazer referente aos jovens, os autores vão dizer:

Naquilo que se refere ao lazer juvenil como experiência cultural coletiva, deve-se reportar à centralidade do grupo de pares no processo de formação humana. A convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais. Em suma, as diferentes práticas de cultura e lazer em espaços sociais públicos podem ser consideradas como verdadeiros laboratórios, onde se processam experiências e se produzem subjetividades (BRENNER.; DAYREL; CARRANO, 2008, p.30).

Neste contexto, na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem uma sensação agradável, prazerosa e realização individual. Nos jovens não é diferente, buscando principalmente segundo Brenner et al (2008), no lazer criarem uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária da rotina cotidiana de trabalho, estudo e obrigações sociais. O lazer dos jovens possui uma grande efetividade social no sentido de estabelecer e construção de valores, conhecimentos e identidades. Brenner et al

(2008, p.30), vão falar que “no espaço-tempo do lazer, os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (res)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural”.

Os jovens brasileiros são uma população diversificada e, portanto, ocupam o tempo livre de formas distintas e desiguais. Fatores como classe social, raça, gênero, localidade e outros influenciam diretamente como esses jovens aproveitam seu tempo livre. Alguns têm acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer, enquanto outros não têm acesso a nada além do tempo ocioso. Além disso, a realidade de cada região do país pode ser muito diferente, com áreas mais carentes oferecendo menos oportunidades para os jovens em comparação com as áreas mais qualificadas.

Sendo assim, Brenner et al., (2008) destaca que o lazer é historicamente uma atividade social condicionada a vida material e pelo capital cultural, que constitui sujeitos e coletividades. Neste sentido, ao analisarmos o lazer de jovens negros periféricos, segundo Brenner et al., (2008) noções como diversidade e desigualdades devem ser conjugadas como chaves analíticas para se compreender a complexidade sociocultural do ser jovem nas diferentes regiões do País.

Portanto, ao analisarmos o lazer dos jovens escolares, destacamos em consonância com Cavalcanti (2015), que esses jovens possuem seu lazer prioritariamente realizado em casa ou nas adjacências da casa, nas ruas, praças e áreas públicas, junto com seus amigos. Fato que também é diagnosticado nesta pesquisa conforme abordaremos a seguir.

Em grande maioria os jovens entrevistados dizem possuir como forma de lazer ficar em casa. Devido à rotina escolar intensa e exigente, muitos jovens escolares optam por passar seu tempo de lazer em casa. Isso porque, segundo os jovens, as horas de estudo, tarefas e atividades extracurriculares podem deixá-los cansados física e mentalmente. Assim, muitos jovens veem em sua própria casa um refúgio, onde podem relaxar, descansar e desfrutar de momentos de tranquilidade.

Neste sentido, muitos deles optam pelo lazer em casa, como bem destaca a jovem Elza. Para a jovem, durante a semana com a rotina pesada das aulas fica difícil realizar lazer fora de casa, “dia de semana não tem como, é da escola para casa e casa para escola, geralmente meu lazer durante a semana é dentro de casa usando celular”.

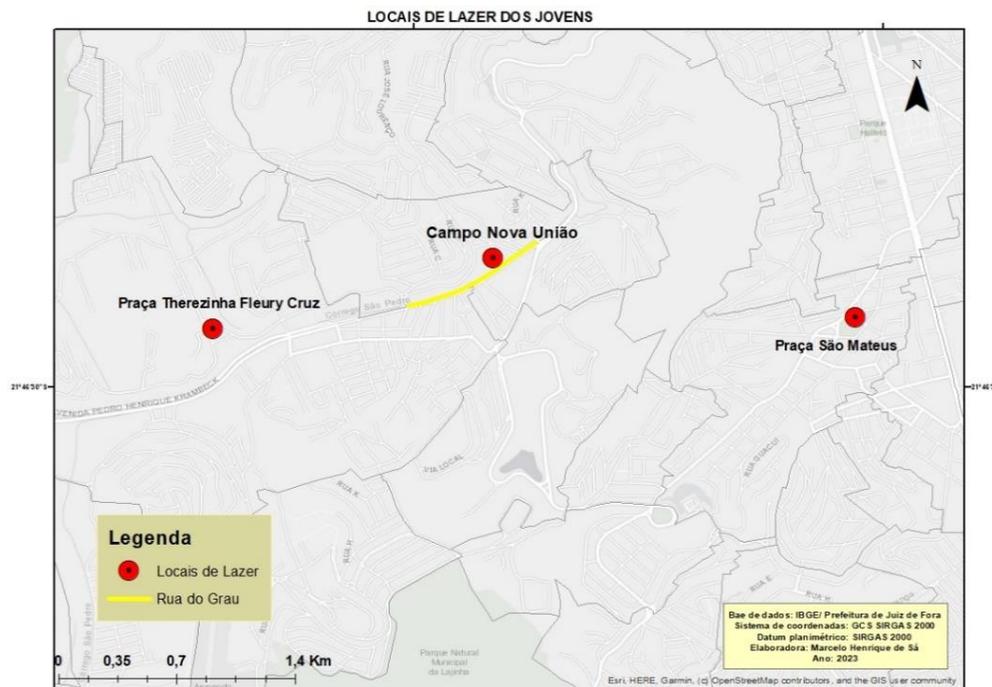
Além disso, com o avanço da tecnologia e a possibilidade de acesso à internet, muitos jovens encontram entretenimento e diversão em jogos online, redes sociais, streaming de filmes e séries, tudo isso sem sair de casa. Dessa forma, a casa se torna um espaço confortável e conveniente para os jovens escolares aproveitarem seu tempo de lazer. O principal lazer do

jovem Leandro é jogar jogos no celular, nas palavras no jovem: “quando estou em casa, jogo um jogo no celular com os meus amigos”.

O lazer em casa aparece sendo a principal forma de lazer para outros jovens, como é caso da jovem Luedji, Tássia, Juçara e Leandro. A jovem Tássia traz que outro motivo além da rotina escolar para a realização do lazer em casa é a falta de opção de locais para tal no bairro.

O principal lazer dos restantes dos jovens é feito fora de casa, alguns perto de suas casas e proximidades dos bairros e outros buscando em outros bairros da cidade, como mostra o mapa 7. Os jovens Milton e Marechal possuem o futebol a principal atividade de lazer. Para isso, usam a praça Therezinha Fleury Cruz também localizada em São Pedro. Sobre o uso da quadra pelos jovens, Marechal dirá: “frequentemente como lazer a praça aqui em São Pedro, lugar para treinar, jogar bola e conversar com meus amigos”.

MAPA 7: LOCAIS DE LAZER DOS JOVENS ESCOLARES



Fonte: IBGE/ prefeitura de Juiz de Fora, elaborado pelo autor, 2023.

A mesma praça é utilizada pelo jovem Milton que também costuma jogar no campo de futebol do lado da sua casa, denominado de “Nova União”. Sobre isso o jovem diz: “eu gosto muito de jogar bola na quadra sabe, a quadra do São Pedro, às vezes de tardezinha pulo no campo para jogar um futebolzinho, faço uns esportes o básico”.

Outro momento de lazer relatado pelo jovem Milton, é andar de bicicleta. Além de utilizada como locomoção pelo bairro a atividade acabou se tornando uma prática de lazer para o jovem: “Também dou uns graus de camelinho, mas não considero um esporte ainda, ando na avenida mesmo praticamente na beira, mas conhecida como rua do grau”.

Nota-se que o esporte está presente nas práticas de lazer desses jovens, fato presente também para o Jovem Rincon, que diferente dos outros pratica esporte em outro bairro da cidade, São Mateus. O jovem Rincon por ter em sua rotina de trabalho e estudos não possui horários livres durante a semana para praticar o basquete o que faz com que, segundo o jovem, “para falar a verdade às vezes até mato aula para jogar basquete na quadra do São Mateus”. O jovem faz o trajeto de seu bairro para o bairro São Mateus de ônibus durante a semana e nos finais de semana ele faz a pé, sobre isso, o jovem complementa:

Final de semana quando estou de folga, pois trabalho um sábado e folgo dois, também eu desço a pé para economizar uma passagem, muitas vezes até subo a pé, porque é um caminho que estou acostumado a fazer, então não é uma longa distância e tem o fato de eu gostar de caminhar também. Domingo raramente vou na quadra (trabalho de campo, 2022).

Nessa dinâmica de locomoção para jogar basquete, o jovem sai de seu bairro e vai para outro, no qual é constatado duas realidades distintas. O São Mateus é um bairro onde predomina a classe média e uma população branca.

A praça do São Mateus é o local em que o jovem Rincon vai para a prática do basquete, esse local é ponto de encontro de outros jovens que buscam a mesma finalidade. Localizada em um importante bairro residencial de classe média da cidade, a praça é frequentemente o destino de jovens em busca de lazer. Cassab (2015) já salientava que a praça é alvo de inúmeras ações que visavam reduzir e controlar o seu uso, podendo destacar a retirada da mesa de ping pong e o cercamento da quadra. Segundo a autora, neste processo haveria grande influência dos moradores sobre decisões que foram executadas na praça. O que pode ser confirmada, por exemplo, com a saída de atividades tipicamente juvenis e praticadas por corpos “indesejáveis”, como a “gaymada” que ocorria na Praça. Deste modo, esses jovens, cujos corpos diferem daqueles que comumente são vistos na praça, são alvo de estranhamento. Sobre isso, o jovem Rincon vai dizer que os moradores do bairro, “(...) olham para gente com o olhar de desprezo”. Para o jovem isso ocorreria por conta da presença de tráfico de drogas. De acordo com o jovem “dentro da praça, ali rola esquema de tráfico, então a população generaliza muito quem está ali, eles generalizam muito, para eles todo mundo é igual”.

Neste sentido, os jovens da pesquisa possuem dinâmicas de lazer bem parecidas, podendo notar similaridade em várias situações, em razão, principalmente da localidade, situação financeira e a questão racial.

2.3.4. Outros Locais nas trajetórias socioespaciais dos jovens entrevistados

Sendo assim, como também foi constatado em pesquisas como de Cassab, (2015) e Cavalcanti (2015), o Shopping aparece sendo visto pelos jovens como atividades de Lazer, porém vamos abordar essa discussão no próximo subcapítulo. Outro ponto, que ao contrário do que foi constatado em Cavalcanti, (2015), os jovens dessa pesquisa não veem a igreja como sendo Lazer, fato que vamos abordar a seguir.

Segundo Brenner et al., (2005) existe uma participação bastante efetiva de jovens de menor faixa renda com atividades religiosas. Em nossa pesquisa essa relação também foi identificada. A tabela 10 indica que apenas a jovem Juçara diz não possuir religião. A jovem Luedji não revelou e o restante dos jovens possuem como religião, as cristãs, sendo a maioria de evangélicos.

A tabela ainda demonstra a frequência dos jovens na igreja e os contornos de uma rotina vivida por eles. Os jovens evangélicos possuem 3 dias em sua rotina e a jovem católica apenas um. Domingo é o dia tradicional nas celebrações e cultos cristãos, que também está presente na evangélica.

Tabela 10: Religiões dos jovens entrevistados

Jovens	Religião	Dias que frequentam
Luedji	Não revelou	Não revelou
Marechal	Evangélica	Terça, Quinta e Domingo
Milton	Evangélica	Não frequenta
Leandro	Pentecostal	Não frequenta
Rincon	Evangélica	Não frequenta
Juçara	Não possui	Não frequenta
Tássia	Católica	Domingo
Elza	Evangélica	Quarta, Sexta e Domingo
Rashid	Evangélica	Quarta, Sexta e Domingo

Fonte: Dados do autor, produzido em 2023.

O jovem Marechal, destaca que estar no culto é algo muito positivo em sua vida, que deixa seu dia mais feliz, sendo um ambiente que ele gosta muito. A igreja além das questões

religiosas, atua também em questões sociais, culturais entre outras, principalmente nas periferias. Toledo e Cassab (2019, p.616) vão dizer que “a menor oferta de oportunidades na periferia pode ser compreendida como um elemento favorável na escolha pela igreja, especialmente aquela feita pelos jovens”. Fato que também está presente para o jovem Leandro, que diz que participava da igreja buscando atividades culturais e frequentava o grupo de dança. Logo que terminou ele abandonou. Neste sentido, Toledo e Cassab (2019), complementam que o motivo desse fenômeno acontecer pode também está atrelado a pouca disponibilidade de atrativos de lazer, sociabilidade e encontro do grupo juvenil nos bairros periféricos.

As atividades extracurriculares ganham relevância nesta pesquisa já que é um motivador nas trajetórias socioespaciais de alguns jovens entrevistados. Todos os jovens que estavam em atividades extracurriculares estudavam no turno da manhã. Em conversas com professores da escola, foi dito que este perfil é muito comum. Em contrapartida os jovens da tarde e da noite são os que estão em grande maioria trabalhando.

São os jovens Elza, Tássia e Rashid que desenvolvem atividades extracurriculares. As jovens Elza e Tássia fazem curso técnico no turno da tarde. Gratuito o curso ocorria todos os dias da semana, com duração de 1 ano e meio. A jovem Elza faz curso de técnico de segurança de trabalho, já a jovem Tássia faz de técnico em enfermagem, as jovens deslocam até a área central da cidade para realizar o curso.

A atividade extracurricular do jovem Rashid é o judô praticado na UFJF duas vezes por semana. A UFJF possui várias atividades esportivas que podem ser acessadas por eles. O jovem Rincon conta que já fez parte do time júnior de basquete da universidade, porém teve que abandonar quando começou a trabalhar.

A UFJF aparece como ponto na trajetória socioespacial de outros jovens, porém o que se percebe é que os jovens utilizam a universidade muito pouco, sendo nem considerado local de lazer para eles. A universidade, como mencionam Rincon, Elza e Leandro já foi muito utilizada no passado como local de lazer, principalmente por suas famílias. Os jovens destacam, contudo, que hoje em dia não possuem mais esse hábito. Sendo assim, a UFJF é um espaço público muito importante na região urbana de São Pedro, sendo utilizada de várias formas pela população dos bairros próximos, porém não notamos um forte uso dos jovens pesquisados em relação a esse espaço, que é também um ponto turístico da cidade.

Em relação aos pontos turísticos da cidade, percebe-se que os jovens não conhecem muitos locais. A pesquisa constatou que dos pontos turísticos da cidade, os jovens têm um

contato maior com o recém-inaugurado Parque Municipal que está localizado na região urbana de São Pedro.

Dentre os entrevistados é Rincon que possuiu um maior conhecimento dos pontos turísticos da cidade. Isso por conta de uma maior estabilidade financeira e por ser mais velho o que lhe confere maior autonomia na circulação pela cidade. O jovem destaca que o Parque Halfeld localizado na área central da cidade e diz:

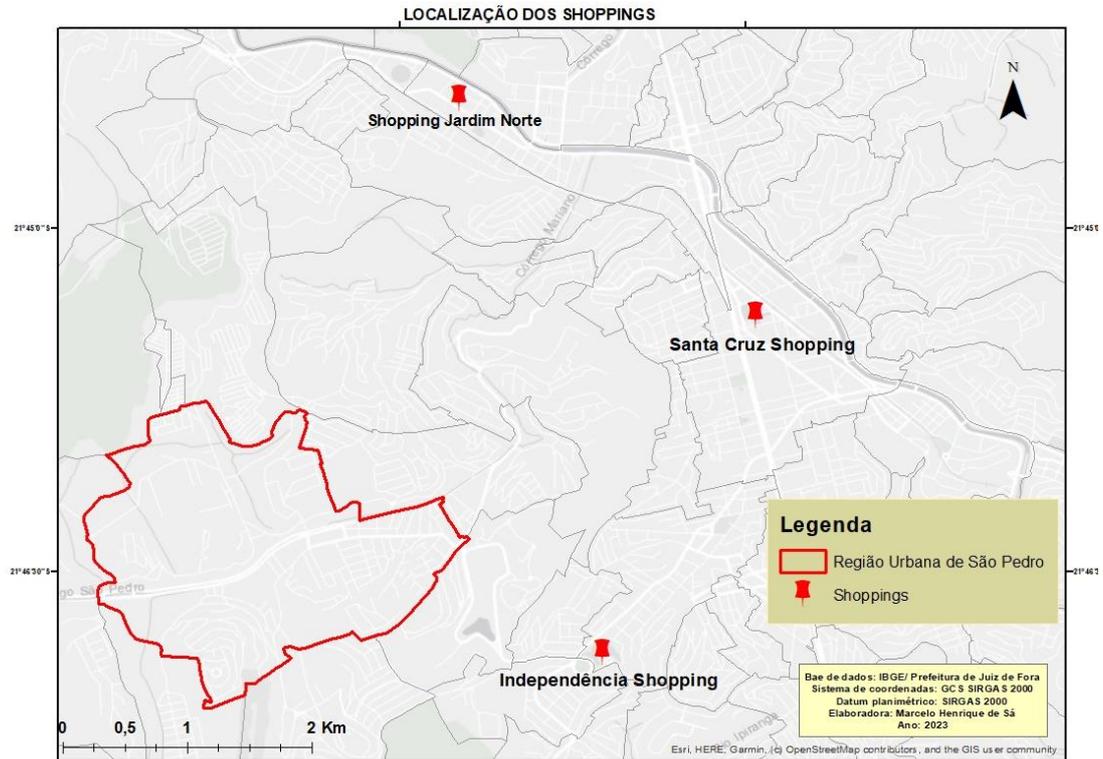
No Mariano Procópio eu fui uma vez só, e eu era pequeno, não lembro como é lá dentro. Nos museus fui muito pouco, dos pontos turísticos que tenho mais contato é o parque Halfeld, porque está no centro da cidade (trabalho de campo, 2022).

Neste sentido, os jovens não frequentam muitos espaços públicos na cidade, principalmente os fora da área urbana do São Pedro. Porém no que se refere aos espaços privados, em especial os shopping centers, percebe-se que os jovens entrevistados possuem um contato frequente, principalmente com os 3 principais da cidade.

Nas entrevistas foi unânime a ida ao shopping como momento de lazer. Em seu trabalho, Cassab (2015, p.149), demonstra que esse fato é bem comum entre os jovens de Juiz de Fora, para a autora “a associação do shopping ao lazer é algo consagrado no imaginário social”.

Os jovens vão ao shopping tendo várias finalidades, desde o “rolezinhos” com os amigos, ida ao cinema, comprar roupas e até para lanchar. Como mostra o mapa 8, os três shoppings mais frequentados pelos jovens estão localizados em pontos distintos da cidade, sendo o Shopping Independência o mais próximo da região urbana de São Pedro e o Jardim Norte o mais longe.

MAPA 8: LOCALIZAÇÃO DOS SHOPPINGS



Fonte: IBGE/ prefeitura de Juiz de Fora, elaborado pelo autor, 2023.

O Independência Shopping, mesmo sendo o mais próximo da região de moradia dos jovens entrevistados é o menos frequentado por eles, fato que é explicado pelo público-alvo que esse shopping busca atender, sendo nitidamente a classe média/alta da cidade. Em contrapartida os outros dois shoppings possuem como público-alvo as camadas mais populares, sendo esses locais os mais frequentados pelos jovens.

Cabe ressaltar que apesar dos shoppings Santa Cruz e o Jardim Norte atenderem as camadas mais populares, existe uma grande diferenciação dos dois locais, principalmente sobre oferta de lojas, restaurantes entre outros, o que acaba também provocando uma diferença entre seus públicos. O Santa Cruz é tradicionalmente mais frequentado por uma juventude oriunda dos bairros periféricos da cidade que o ocupa como espaço de lazer e compra. Com lojas mais populares e localizado no centro este shopping acaba atraindo um público diferente do Jardim Norte.

Essa realidade é percebida e vivida pelos jovens entrevistados, segundo o jovem Rincon ele se sente mais à vontade dentro do Santa Cruz Shopping. Diz o jovem que frequenta mais o “(...) Santa Cruz, porque está dentro do meu orçamento, e me sinto muito mais à vontade lá também, porque são pessoas iguais a mim”.

Sobre a diferenciação de públicos dentro dos shoppings, sobre o Independência e Santa Cruz, a jovem Tássia vai dizer que “tem muita diferença de classe social” que frequenta

ambos os shoppings. A jovem Elza complementa que “um é de pessoas mais ricas e o outro é de mais pobres”. Sobre o Independência e o Jardim Norte, a jovem Juçara fala que “No Independência tem muita pessoa, tipo assim de classe alta e muita gente metida, eu não tenho paciência. O Jardim Norte pega mais Zona Norte, é mais povão”.

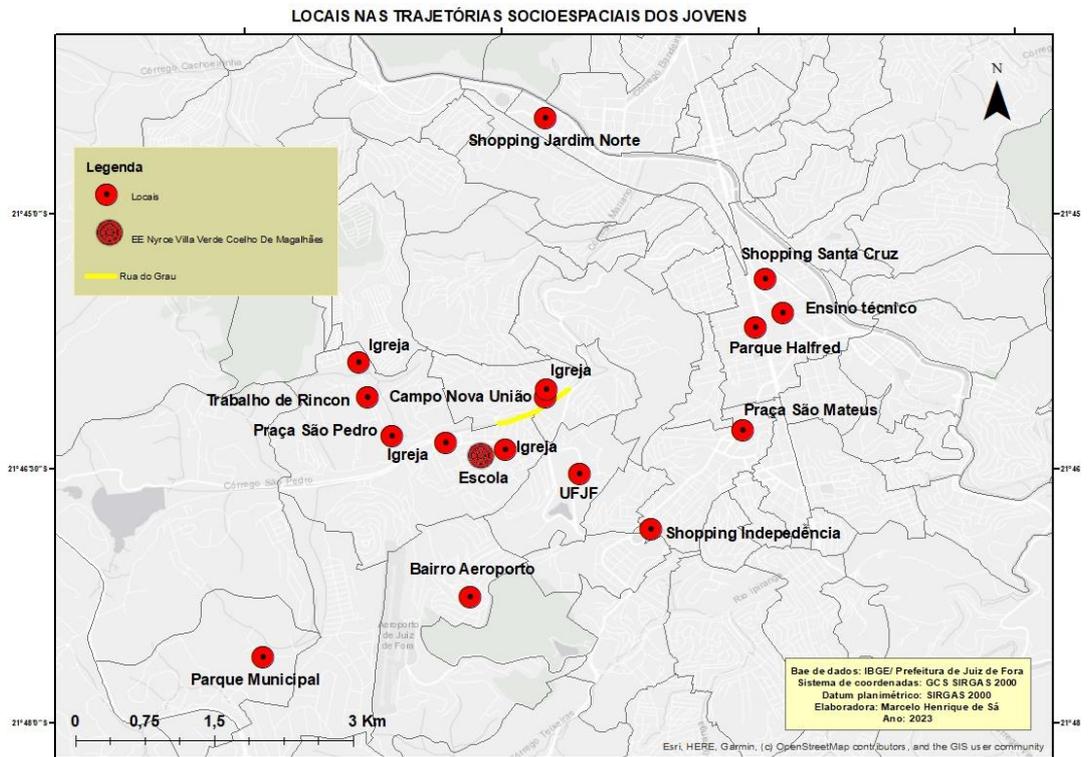
Uma rápida observação nos três shoppings permite perceber uma diferenciação de classe e raça entre seus frequentadores. É mais recorrente a presença de pessoas negras nos shoppings Jardim Norte e Santa Cruz e de pessoas brancas no Independência. Essa também é a percepção da jovem Elza que diz: “No independência tem mais “boy”, “patricinhas”, gente branca no geral, no Santa Cruz você vê de tudo”.

Neste sentido, o Shopping Independência não é um ambiente em que se sintam confortáveis. O jovem Rincon pondera que para ir ao Shopping Independência ele precisa criar mecanismos para estar naquele local. Nas palavras do jovem:

Já fico mais acanhado, tenho que ter na minha cabeça que tenho que estar com uma roupa melhor, tenho em mente que não posso estar andando aleatório, tenho que ter um objetivo ali dentro. Não sei se é algo que está dentro de mim, mas qualquer olhar diferente que eu recebo de algum segurança ou até de alguém que esteja passeando ali dentro com a família eu já fico meio incomodado (trabalho de campo, 2022).

Portanto, é possível afirmar que os jovens sujeitos dessa pesquisa, possuem suas trajetórias socioespaciais concentrada na região urbana de São Pedro, como mostra o mapa 9, indicando uma locomoção restrita na cidade, sendo explicado principalmente por grande maioria possuírem como principal forma de locomoção a pé e ônibus.

MAPA 9: LOCAIS NAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DOS JOVENS



Fonte: IBGE/ prefeitura de Juiz de Fora, elaborado pelo autor, 2023.

Entre os variados locais que esses jovens frequentam, fica explícito pela condição de estudantes, que a escola e a casa são os mais utilizados por esses jovens, algo já esperado em pesquisas com jovens escolares. Outro ponto a se destacar é falta de acesso a pontos culturais e a um número bem restrito de pontos de lazer.

Tendo essa pesquisa um enfoque étnico racial, nota-se que os relatos dos jovens sobre seus percursos na cidade parecem apontar é o quanto o racismo influencia diretamente na forma como interagem e se apropriam do e no espaço, acompanhando-os em todos os trajetos que fazem em seu cotidiano: nos percursos casa-escola-casa e em suas buscas por lazer. Neste sentido, o racismo dificulta e interdita o uso e apropriação da cidade de forma ampla e densa. Tais restrições e cerceamentos implicam diretamente sobre o acesso as oportunidades contidas na cidade e obstaculizam suas buscas por emprego, por uma melhor qualificação e até mesmo ao acesso à universidade, como abordaremos no próximo capítulo.

Capítulo 3. Jovens negros escolares e perspectivas de acesso á UFJF

Experimenta nascer preto, pobre na comunidade

Cê vai ver como são diferentes as oportunidades

E nem venha me dizer que isso é vitimismo hein

Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo. (Bia Ferreira).

O objetivo deste capítulo é analisar a perspectiva de acesso dos jovens ao Ensino Superior, tendo as cotas como instrumento de ingresso. Inicialmente será feita a discussão do papel crucial do Movimento Negro para a implementação das cotas raciais no Brasil, destacando que a educação é pauta histórica do movimento. Cabe ressaltar que durante o texto, será escrito Movimento Negro no singular, porém sabendo de toda pluralidade existente nas suas várias formas de atuação.

Posteriormente é construindo um panorama sobre as políticas de cotas raciais na UFJF, sinalizando para a responsabilidade da instituição na adoção das cotas em 2006, sendo a primeira do Estado de Minas Gerais. Neste sentido, após a análise do cenário nacional e da UFJF. Por último, é feito uma discussão acerca da perspectiva de acesso dos jovens pesquisados à UFJF. O acesso analisado é tanto ao espaço físico da instituição e ao âmbito acadêmico, levando em conta o papel das cotas raciais para tanto.

3.1.O Movimento negro e as cotas raciais.

No Brasil, o Movimento Negro tem sido o principal protagonista da luta contra o racismo e as muitas desigualdades raciais que separam negros de brancos. Para tanto, utiliza-se de variadas formas de combate, como fóruns, redes e grupos de negros e negras, cujo objetivo central é a construção de uma agenda de lutas antirracista e a superação das desigualdades raciais no país. (CICONELLO, et al, 2008).

Nesta perspectiva, Gomes (2019), dirá que o Movimento Negro possui como característica trazer o debate sobre raça e racismo para a cena pública e com isso buscar meios

de superar as desigualdades raciais no país através, por exemplo, da criação de políticas públicas. Segundo Silva (2010), há décadas que o Movimento Negro reivindica principalmente do Estado, a definição de medidas, seja no âmbito educacional, no mercado de trabalho, entre outros, como a finalidade de reparar prejuízos históricos da população negra desde a escravização.

D^oAdesky (2001), refere-se a três momentos importantes da luta contra o racismo pelo Movimento Negro no Brasil que, de acordo com Silva (2006), possuem em comum uma estratégia de mobilização que privilegia o diálogo ao invés do conflito direto. O primeiro momento da luta contra o racismo no Brasil do século XX, foi a criação da Frente Negra Brasileira, nos anos 1930. Sobre ela, Ciconello, et al, (2008, p.07) dirão:

Em 1931, como uma reação ao completo descaso e exclusão a que foi relegada a população negra após o fim da escravidão surge a Frente Negra Brasileira. Estima-se que a Frente chegou a reunir mais de 100.000 filiados. Foi o primeiro grande movimento político organizado da população negra, tendo sofrido muitas perseguições e sendo fechado, em 1937, por advento do regime político autoritário estabelecido no Brasil pelo chamado Estado Novo.

Gomes (2019), complementa que essa associação possuía em sua formação caráter político, informativo, recreativo e beneficente, tendo como uma de suas intenções possuir relevância no cenário nacional. A Frente Negra possuía como uma das suas pautas principais promover a educação visando a integração dos negros na vida social, política e cultural. Neste sentido, foram criadas escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos criadas pela própria Frente Negra Brasileira. Ainda de acordo com o autor a Frente Negra agia também como articuladora e sistematizadora de saberes emancipatórios, principalmente os de caráter político, denunciando a realidade vivida pelos negros brasileiros da época.

Silva (2010), ressalta que as organizações políticas só emergiram na cena nacional a partir do século XX, com a Frente Negra Brasileira. Porém, prossegue o autor, é preciso reconhecer as mobilizações anteriores a esse período, destacando principalmente aquelas ocorridas durante o período de escravização, com as variadas formas de resistências individuais e coletivas, materializadas nas lutas abolicionistas, nos templos religiosos de matrizes africanas, nas irmandades religiosas cristãs e na formação dos quilombos.

O segundo momento que marca a luta contra o racismo no Brasil do século XX teria ocorrido com a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) por Abdias Nascimento¹⁰

¹⁰Abdias do Nascimento nasceu no dia 14 de março de 1914. Foi ator, dramaturgo, diretor e um dos grandes ativistas da luta contra o racismo e valorização da cultura negra no Brasil. O seu legado é extenso, entre

no final do Estado Novo, em 1944. De acordo com Gomes (2019), o TEN (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e com isso resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. Nascimento complementa que:

Fiel à sua orientação pragmática e dinâmica, o TEN evitou sempre adquirir a forma anquilosada e imobilista de uma instituição acadêmica. A estabilidade burocrática não constituía o seu alvo. O TEN atuou sem descanso como um fermento provocativo, uma aventura da experimentação criativa, propondo caminhos inéditos ao futuro do negro, ao desenvolvimento da cultura brasileira. Para atingir esses objetivos, o TEN se desdobrava em várias frentes: tanto denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da branquidão; procurou instalar mecanismos de apoio psicológico para que o negro pudesse dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia o complexo de superioridade da sociedade que o condicionava. Foi assim que o TEN instaurou o processo dessa revisão de conceitos e atitudes, visando à liberação espiritual e social da comunidade afro-brasileira (NASCIMENTO, 2017, p. 162).

O TEN, portanto, foi uma organização importante nas lutas do povo negro pela superação das desigualdades raciais, utilizando-se de estratégias ligadas à arte e educação. Percebe-se que a educação aparece novamente sendo importante para a inclusão da população negra na sociedade brasileira. Esta estratégia de luta foi bem comum no início do século XX, momento que, segundo Hooks (2020), a luta antirracista, especialmente aquelas ações lideradas pelas mulheres negras, conectavam as dimensões espirituais e psíquicas às necessidades materiais e tendo a educação como tema central para as lideranças negras.

Sendo assim, ao que diz respeito à educação, Gomes (2019), salienta o TEN, teve um programa de alfabetização, no qual tinha como público-alvo operários, empregadas domésticas, moradores de favelas, entre outros. Para a autora, essa ação teve como finalidade a construção de um pensamento crítico que os habilitassem a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional.

Neste sentido, Gomes (2019), enfatiza que é no TEN que aparecem as primeiras reivindicações sobre a admissão por incentivo governamental de estudantes negros nas instituições universitárias. Neste sentido, o combate ao racismo com base na educação, em ações culturais e no esclarecimento de uma imagem positiva do negro eram pontos de suma importância do programa educacional da FNB.

A partir da década de 1960, o Movimento Negro brasileiro sofre grande influência das transformações sociais que compuseram o cenário mundial, especialmente a partir do movimento pelos direitos civis nos EUA e das lutas pela independência dos países africanos

eles o memorial Zumbi, o Movimento Negro Unificado, o TEN, o museu da Arte Negra e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO).

bem como da efervescência das questões políticas internas, desencadeadas pelo regime militar. No Sudeste brasileiro cresce entre a juventude negra os bailes Blacks, inspirados na música negra estadunidense, como caminhos de afirmação da negritude e da beleza negra, resgatando a autoestima, fortalecendo identidades, criando uma estética, rítmica e visual, como expressão da consciência negra (SILVA, 2010). Essas transformações trazem uma nova roupagem para o Movimento Negro brasileiro, ficando mais nítida no decorrer da década de 1970.

Esta década, por sua vez, marca o terceiro momento da luta contra o racismo no Brasil do século XX, quando o Movimento Negro ressurgiu como um novo sujeito social brasileiro, dando um novo enfoque à problemática racial. É o período em que inaugura-se no Brasil uma moderna política negra, dividida por três fenômenos; a criação do Ilê Ayê (1974 em Salvador), o Movimento Black Soul (Rio de Janeiro e São Paulo em 1974) e pela criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial em 1978, em São Paulo (SILVA, 2006). Ciconello et al, (2008) dirão que o Movimento Negro Unificado (MNU), surgiu em plena ditadura militar, quando negros e negras foram às ruas denunciar e exigir providências contra atos de racismo e sobre o assassinato de um operário negro.

A criação do MNU, em julho de 1978, em São Paulo, foi um marco na luta antirracista no Brasil, e em pouco tempo expandiu-se para vários estados. O MNU nasce como consequência de uma série de debates desenvolvidos por entidades do movimento negro em algumas regiões do país, que defendiam a necessidade de uma única organização, em nível nacional, com forças suficientes para mobilizar duas situações de práticas racistas ocorridas no estado de São Paulo (SILVA, 2010).

Neste sentido, Ciconello et al, (2008), fala que após ressurgimento do Movimento Negro na década de 1970, outro fator importante marca a história, que é o restabelecimento do Estado Democrático de Direito, com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, e conseqüentemente a igualdade de direitos e a criminalização do racismo. O autor complementa que em 1988, também foi o centenário do fim da escravização, definindo um novo patamar na luta antirracista, no qual o Estado começa a reconhecer a sua omissão histórica, sendo pressionado a implementar medidas de promoção da igualdade racial.

O final desta década e o decorrer das duas décadas seguintes, marcam um novo ativismo negro, cujas práticas discursivas atacam drasticamente a democracia racial, desmascarando o racismo oculto na sociedade como um grave problema, que gera desigualdades gritantes entre negros e brancos no Brasil. Neste sentido, o Movimento Negro brasileiro pautou na agenda nacional, o debate racial como um importante elemento que gera

desigualdades no Brasil (de renda, educação, trabalho, etc.). Uma das grandes conquistas do Movimento Negro durante as três primeiras décadas de atuação foi a incorporação da raça como categoria de análise sociológica, antropológica, educacional e econômica (SILVA, 2006).

A ação do Movimento Negro brasileiro através das suas várias entidades têm sido marcada por uma perspectiva educacional aguda, explicitada nas suas diversas ações, projetos e propostas. Sobre isso, Silva dirá:

Os Movimentos Negros constataam a falência do projeto da modernidade onde a escola, como espaço democrático de socialização para inclusão social, não tem efetivamente garantido inclusão com dignidade para uma parcela significativa da população brasileira. Diante do baixo desempenho da criança e do jovem negro no sistema público de ensino no Brasil e da responsabilização dos próprios negros na explicação hegemônica para esse crítico desempenho, o Movimento Negro constata ser a educação um campo privilegiado de enfrentamento do racismo (SILVA, 2006, p. 62).

Neste sentido, principalmente após da década de 1980, o Movimento Negro, que vinha discutindo dentro de suas organizações, traz ao público e principalmente ao Estado suas reivindicações atreladas as políticas públicas de educação vigentes, que não atendiam a grande massa da população negra. Segundo Gomes (2019), é nesse momento que as ações afirmativas, emergem como uma possibilidade sendo incorporadas como demanda real e radical, sobretudo na modalidade de cotas.

A partir da década de 1990, o Movimento Negro continua avançando no debate da necessidade de propor a realização de políticas públicas que atenda a população negra em várias esferas, uma delas na educação superior. É neste momento que no interior no movimento cria-se um debate sobre a implementação da ação afirmativa. Para Contis e Sant'ana, (1996), neste debate foi levado em conta o cenário nacional e os exemplos da implementação em outros países. Além disso, foi considerada a situação da população negra no Brasil, os mecanismos de discriminação e o racismo como elementos para avaliar a eficácia e a necessidade da implementação da ação afirmativa como instrumento de combate ao racismo e discriminação racial.

As ações afirmativas trazem uma nova pedagogia, com característica mais diversa em relação à produção de saberes. Portanto, as ações afirmativas deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico. No caso da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais oportunos para a

chegada à Universidade de saberes produzidos, não só pelo Movimento Negro e pela comunidade negra em geral, como principalmente pela juventude negra (GOMES, 2011).

No Brasil as ações afirmativas ganharam maior destaque a partir da redemocratização do país, pois, alguns grupos sociais, através de movimentos sociais, começaram a exigir uma postura mais ativa do poder público no que se refere à questões relacionadas a gênero, raça e etnia (MOEHLECKE, 2002). A década de 1990 é marcada fortemente pela luta desses movimentos sociais em busca de direitos ao acesso a espaços historicamente negados a grupos discriminados. Destaca-se, neste sentido, a atuação do Movimento Negro, que historicamente lutava por políticas de ação afirmativa para o acesso ao ensino superior no Brasil.

Em 1995 ocorre a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. A ação marcava os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, um dos principais líderes negros do país. A Marcha levou mais de 30.000 militantes negros à capital do país e teve como objetivo pressionar o poder público para a criação de propostas de políticas públicas direcionadas à população negra. Segundo Gomes (2019), o resultado dessa mobilização foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Tratava-se do Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. O documento apresentava um diagnóstico identificando a situação social da população negra no Brasil e exigindo uma posição do governo brasileiro diante da necessária superação do racismo (GOMES, 2019).

No decorrer da década de 1990, por forte atuação e esforços dos movimentos sociais, percebe-se o crescente de várias discussões em âmbito nacional sobre a temática das ações afirmativas, principalmente com o apoio do Governo Federal. Porém, esses debates levaram a pouco resultado na prática, deixando nítido a intenção do Governo Federal em não solucionar a problemática.

Em 2001 ocorre em Durban, na África do Sul, a conferência das Nações Unidas contra o racismo e a discriminação. Silva (2006), afirma que a conferência teve influência na implementação das políticas de ações afirmativas no Brasil, pois vários grupos ligados ao Movimento Negro utilizaram da conferência para denunciar a discriminação racial presente no Brasil. Neste contexto, refutaram veementemente a ideia de democracia racial e forçaram o Estado brasileiro a aceitar a denúncia feita na conferência e a propor políticas efetivas de combate ao racismo. Neste sentido, a conferência marca sendo um elemento importante na questão racial no Brasil, pois é a partir dela que pela primeira vez por parte do Estado, de que há racismo no Brasil.

Após Durban as ações afirmativas que até então eram principalmente defendidas por grupos ligados quase que exclusivamente ao Movimento Negro, começam a ser debatidas de forma mais sistemática por outros setores da sociedade. Santos (2012), enfatiza que estas políticas originalmente vieram como cotas ou reserva de vagas em Instituições de Ensino Superior (IES), tendo acontecido de forma voluntária em algumas IES e de maneira compulsória em outras. Para o autor, esses avanços demonstraram a posição que o Brasil adotou na conferência de Durban, sendo determinantes, porque o país passou a adotar as políticas de cotas e a exigir de maneira mais forte a adoção de tais políticas em território nacional.

Neste sentido, o início do século XXI, marca pela primeira vez desde a abolição da escravatura um posicionamento do Governo Federal na elaboração de uma política pública visando diminuir as desigualdades raciais. Medida que é acompanhada pelo reconhecimento da presença do racismo na sociedade brasileira.

Já no início dos anos 2000, com a mudança de posicionamento adotada pelo Estado, e como consequência da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Movimento Negro buscou reforçar ainda mais o processo de ressignificação e a politização da raça (GOMES, 2019). Percebe-se, desse modo, o importante ganho histórico do Movimento Negro, com a incorporação de sua pauta de adoção da política de ações afirmativas para o ingresso nas universidades públicas. Sobre essa luta do Movimento Negro Gomes (2019), complementa:

Podemos dizer que a luta por ações afirmativas enquanto políticas de correção das desigualdades vem se configurando como uma demanda importante do Movimento Negro brasileiro ocupando, hoje, um lugar de destaque na mídia, na arena política e nas universidades. Trata-se de uma reivindicação que vai além das cotas raciais demandando a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, nos vários setores sociais em que a desigualdade racial se perpetua. Trata-se também, de um espaço de confluência de práticas e saberes produzidos pela comunidade negra ao longo dos anos e sistematizados pelo movimento negro (GOMES, 2019. p. 151).

Na virada do século XX para o século XXI, há uma mudança na forma de abordagem das ações afirmativas no Brasil, crescendo os debates em âmbito acadêmico, social e institucional. Este cenário, segundo Moechlecke (2002), fez com que fosse possível criar espaço para a aprovação no Rio de Janeiro da primeira lei na esfera do ensino superior, que entra em vigor a partir da seleção 2002/2003. A autora complementa que através da lei estadual foi estabelecido que:

[...] 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais sejam destinadas a alunos oriundos de escolas públicas selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio – Sade. Essa medida deverá ser aplicada em conjunto com outra, decorrente de lei aprovada em 2002, a qual estabelece que as mesmas universidades destinem 40% de suas vagas a candidatos negros e pardos (MOEHLECKE, 2002, pg. 209).

Com grande influência do que aconteceu no Rio de Janeiro, no Paraná, o governo estadual sancionou a lei que garantia três vagas em cada uma das cinco universidades estaduais a membros da comunidade indígena da região, entrando em vigência também em 2002 (MOEHLECKE, 2002).

É assim que a UERJ, no estado do Rio de Janeiro, foi pioneira, em 2003, na adoção de programas de cotas para acesso as Universidades públicas no Brasil. Para Guarnieri e Melo-Silva (2017), a partir disso inaugura-se no Brasil grandes questionamentos sobre as consequências desses programas de acesso ao Ensino Superior. Em contrapartida outras universidades começaram a adotar o sistema de cotas em seus processos seletivos.

Em 2003 a Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a adotar as cotas raciais para o ingresso de negros e indígenas, através aprovação do Plano de Metas para a Integração Étnica, Racial e Social. A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, no mesmo ano, aprovou legislação própria com a incorporação das cotas para membros da comunidade indígena. Por iniciativa própria, através de aprovação no Conselho Universitário ainda em 2003, a Universidade do Estado da Bahia seguiu o mesmo caminho.

O desenvolvimento das políticas de ações afirmativas voltadas ao acesso no ensino superior, continuou a se desenvolver e se espalhar entre várias outras regiões no Brasil, tendo um crescimento considerável de universidades que passaram a adotá-la. Silva complementa que:

Entre 2001 e 2005, dezesseis universidades públicas brasileiras adotaram políticas de ações afirmativas, aplicadas na forma de cotas reservadas para admissão de certos grupos étnico-raciais e socioeconômicos. Em três dos treze estados que adotaram a ação afirmativa, utilizou-se como instrumento jurídico o decreto-lei estadual. Nas outras partes do país, a decisão pela ação afirmativa ficou a cargo dos Conselhos Universitários (SILVA, 2006, pg. 138).

Em 2004, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, apresentou ao congresso um Projeto de Lei (nº 3.6271), que tinha como objetivo a reserva de 50% das vagas nas instituições federais de ensino para estudantes oriundos de escola pública, destacando as cotas específicas de vagas para pretos, pardos e indígenas, com base na representação proporcional das etnias nas unidades da Federação e de acordo o IBGE. Visando também expandir o acesso ao ensino superior, é criado, via Medida Provisória nº 2132, o Programa Universidade Para

Todos (PROUNI), cujo objetivo era destinar bolsas para estudantes matriculados em instituições de ensino superior privadas.

Em 2012, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei nº 12.711/12, popularmente conhecida como Lei de Cotas, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff. Nela determinou-se que os institutos técnicos federais e as universidades públicas federais deveriam reservar pelo menos 50% das vagas a estudantes que cursaram o ensino médio integralmente na rede pública. Desse percentual de 50%, a primeira metade deveria ser destinada aos estudantes com renda inferior a 1,5 salários mínimos. A segunda metade restante dos 50%, a estudantes com renda acima de 1,5 salários mínimos, tendo em cada uma dessas faixas, a reserva de vagas para um percentual mínimo de estudantes que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas, de acordo com o último censo do IBGE. Além disso, definia que as IES teriam até 4 anos para o cumprimento total da reserva através do acréscimo anual de 25% de cotas.

Com “Lei de cotas” o acesso ao Ensino Superior público no Brasil ganha uma nova perspectiva. Silvério (2007), enfatiza que as cotas devem ser compreendidas como medidas reparadoras que contribuem para que a sociedade brasileira possa amenizar as consequências sofridas por aqueles que são vítimas do racismo e da discriminação racial.

Certo é que a adoção da política de ações afirmativas, em especial as cotas, reforça o tensionamento já há muito provocado pelo Movimento Negro com sua crítica às crenças e pressupostos que sustentam a sociedade brasileira, principalmente o discurso da democracia racial. Além disso, as ações afirmativas rompem com o privilégio usufruído por muito tempo apenas por uma pequena parcela branca e de média e alta renda, o de usufruir do acesso ao Ensino Superior.

Neste sentido, torna-se perceptível a mudança na paisagem das universidades em todo o Brasil, graças as cotas, que marcam um novo momento na história das relações raciais no Brasil, fruto de uma longa luta dos Movimentos Negro.

Neste aspecto, portanto, é correto afirmar a existência de uma realidade antes e após as cotas. Senkevics (2021), enfatiza que após 2012 há um crescimento significativo no número de negros e indígenas entre 18 a 24 que acessaram o Ensino Superior. Silvério (2007), sustenta que a alteração do perfil racial e socioeconômico dos ingressantes no Ensino Superior no Brasil, vem possibilitando criar uma agenda de debates e reflexões em função do novo cenário que se coloca às IFES. Neste sentido, o autor destaca a criação de políticas públicas de permanência desses grupos dentro da Universidade, já que após a entrada na Universidade ainda existiria o desafio de garantir a permanência e conclusão do ensino superior. a

Contudo, mesmo após mais de 10 anos da “lei de cotas” e seus nítidos efeitos benéficos para a sociedade e principalmente para a população negra, é possível observar que a democratização no acesso ao ensino superior através das cotas não alcança boa parte da juventude negra brasileira. Isso porque, por mais que haja reservas de vagas, a precarização do ensino básico, a evasão escolar, bem como a saída tardia do Ensino Médio, a pobreza que assola muitas famílias, a necessidade precoce do trabalho, o desconhecimento e o sentido de não pertencimento à universidade, além de outras condições, contribuem para que esses jovens não cogite a possibilidade de cursar o ensino superior.

Neste sentido, Gomes (2019), acrescenta que as cotas raciais se apresentam como uma grande vitória da luta do movimento negro. Após sua existência inúmeras outras ações foram estimuladas como a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros cuja principal função é a organização de evento entre pesquisadores negros/as sobre a temática racial.

Além das cotas raciais, Gomes (2019), coloca que o Movimento Negro conseguiu a efetuação de várias outras reivindicações, como a criação no Ministério da Educação, da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Outra demanda histórica incorporada foi a obrigatoriedade, em 2003, do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e Médio.

Portanto, o que se percebe é que a ação do Movimento Negro brasileiro ao longo dos anos tem sido marcada pela perspectiva educacional, sendo explicitada em suas variadas formas de atuação. Neste cenário, Ciconello et al, (2008), destaca que o principal papel do movimento negro, para além de despertar a consciência na população brasileira dos efeitos e das causas do racismo, é o de propor e reivindicar de toda a sociedade e do Estado, medidas concretas de superação das desigualdades raciais.

3.2. Políticas de Ações Afirmativas na UFJF:

A UFJF foi a primeira universidade federal mineira a adotar uma política de ação afirmativa. Durante 2004 foi instituída uma comissão que tinha como objetivo apresentar sugestões relativas à implementação de cotas na UFJF. Segundo Vieira (2014), a comissão era composta por estudantes, membros do conselho universitário, membros sindicais vinculados à educação, Movimento Negro, Prefeitura entre outros.

Após a agenda de debates e discussões, a comissão elaborou um relatório, aprovado pelo CONSU em 2004 e que previa a realização do primeiro vestibular com cotas em 2006.

Essa aprovação foi feita através das resoluções 16/2004 e 05/2005 que fixaram percentuais crescentes entre 2006 e 2008, sendo 30% a 50% para alunos de escolas públicas e 25% para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A adoção das cotas raciais pela UFJF, marca um avanço para época na medida em que as cotas são aprovadas a partir de iniciativa própria e alinhada com o debate nacional que vinha ocorrendo no início deste século. A adoção das cotas em 2006 significou o início da mudança de um cenário de desigualdades na instituição. Segundo Vieira (2014), Beraldo e Magrone (2012), dos 1.588 discentes matriculados no primeiro período em 2006 dos cursos de graduação da UFJF, apenas 356 eram negros (71 pretos e 285 pardos), realidade bem diferente da encontrada no Estado de Minas Gerais, cuja população negra representava 47% da população segundo o Censo Demográfico de 2000.

Para Vieira (2014), o primeiro ano da implementação das cotas na UFJF, em 2006, foi o mais problemático em relação ao acesso de negros na instituição. De acordo com a autora, da pequena reserva de 30% das vagas, apenas 15% eram reservadas para a população negra e mesmo depois de três anos com a crescente no número de vagas, esse percentual se manteve baixo: das 50% de vagas apenas 25 era destinadas a população negra.

Beraldo e Magrone (2012), trazem a existência de outro problema nos primeiros anos da implementação das cotas na UFJF, referente à gestão das vagas. Para os autores muitas das vagas residuais estavam sendo repassadas para ampla concorrência, principalmente porque apenas 16% dos estudantes entravam nas cotas de escolas públicas e apenas 4% nas raciais. Ainda de acordo com os autores com a expansão do número de vagas nos cursos de graduação da UFJF em função do REUNI, houve o aumento de 178% no número de vagas entre 2006 à 2012, saindo de 1.810 vagas em 2006 para 3.220 em 2012. Cabe ressaltar que neste mesmo período, ainda segundo os autores, ingressaram 5,3 mil alunos de escolas públicas na UFJF, sendo 1,6 mil negros.

Em 2012, após a aprovação da “Lei de cotas” a UFJF adota o novo sistema de cotas para ingresso nos cursos de graduação, tendo, no entanto, 4 anos para se adequar progressivamente ao percentual de 50% das vagas. Contudo, já em 2013 a instituição garantiu que metade das vagas oferecidas no vestibular fossem destinadas a modalidade cota seguindo a nova lei (VIEIRA, 2014).

Deste modo, como demonstram os dados disponíveis do site da UFJF¹¹, houve grande mudança no perfil dos estudantes da instituição. Em 2013, dos 3.963 alunos que entraram na

¹¹<https://www2.ufjf.br/noticias/2022/06/21/cotistas-sao-47-na-ufjf-percentual-de-negros-triplica-em-dez-anos/>

UFJF, 1.900 se utilizaram do sistema de cotas (47,8%), sendo 1.001 (25,25%) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Os percentuais referentes aos anos seguintes, contudo, indicam uma tendência a estabilidade. No primeiro semestre de 2022, foram 46,9% cotistas sendo 24,21% deles negros e indígenas, representando percentual três vezes maior do que o registrado em 2012, mas próximo ao de 2013.

Em 2018, após inúmeras denúncias de fraudes, especialmente aquelas cometidas no ingresso via cotas raciais, a UFJF, inicia um movimento no sentido de apuração das denúncias e tomada de medidas contrárias as fraudes. Neste sentido são criadas comissões e passa a ser adotada, através da Portaria Normativa CONSU¹² N° 21, de 11 de dezembro de 2018, a prática de identificação racial chamada de “verificação das autodeclarações étnico-raciais” (ALVES, 2022).

Desde 2019, portanto, a UFJF utiliza verificação das autodeclarações étnico-raciais para o ingresso de cotistas negros na instituição. Nesse processo, Alves (2022), enfatiza que os estudantes que optarem por concorrer pelas ações afirmativas passam por uma análise presencial de autodeclaração tendo como principal critério de verificação de veracidade da afirmação étnico-racial do declarante o fenótipo. Há, neste sentido, o forte empenho da UFJF em acabar com as fraudes cometidas contra as cotas raciais, buscando garantir o uso dos seus reais beneficiários, a população negra e indígena.

Cabe dizer que atualmente UFJF possui duas formas de ingresso para estudantes, sendo uma via vestibular próprio, o PISM e outro via Enem/Sisu. Em ambas 50% das vagas são separadas para egressos das escolas públicas. Deste percentual, há subcotas para pessoas pretas, partas e indígenas – as cotas raciais, para pessoas com deficiência e com renda familiar bruta menor ou igual a 1,5 salários mínimos.

Além disso, como forma de ampliar as políticas afirmativas na instituição a UFJF criou em 2014, a Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), que tem como objetivo construir e articular ações que sensibilizem a comunidade universitária, para a convivência em sociedade com inúmeras realidades na diversidade social. A Diaaf atua também com uma ouvidoria especializada para o recebimento de denúncias e depoimento a respeito de situações de discriminações, assédios, racismo, preconceito entre outros.

Através da resolução 67/2021, o Consu da Universidade Federal de Juiz de Fora aprovou a reserva de 50% de vagas para ações afirmativas em programas de pós-graduação da instituição. A implementação das políticas de ações afirmativas na pós-graduação irá ocorrer

¹²O Conselho Superior é o órgão máximo de deliberação interna da Instituição, com definição estatutária, possuindo função normativa, deliberativa e de planejamento da UFJF.

de forma progressiva, sendo no primeiro ano, como apontado na resolução, o percentual deverá ser atingido o mínimo de 30%, aumentando anualmente, em 5 percentuais, com a finalidade de atingir o percentual inédito de 50%. De acordo com a resolução, os grupos a serem beneficiados é composto por pessoas negras, pessoas oriundas de povos e comunidades tradicionais, pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis), pessoas com deficiência (PcD) e pessoas refugiadas.

3.3. Jovens pesquisados e perspectivas de acesso ao Ensino Superior.

Principalmente após a implementação das cotas raciais, nota-se uma crescente da população negra nas Universidades em todo país. Porém, segundo Senkevics (2021), ainda existe um perfil definido dos que acessam à universidade, não sendo todos os jovens negros que tendem a ingressar nas universidades, ou seja, ainda hoje o acesso ao Ensino Superior não é perspectiva de futuro para uma parcela considerável de jovens negros.

Passos (2010), dirá que vários fatores influenciam na situação descrita anteriormente. O alto índice de evasão escolar, gravidez na adolescência, busca por trabalho entre outros, são alguns deles. Além destes, também destaca-se desconhecimento das cotas raciais por muitos dos jovens, fato que também influencia nesta perspectiva.

Portanto, a partir deste item, será abordado a perspectiva de acesso ao Ensino Superior dos jovens sujeitos dessa pesquisa, indo desde a perspectiva de acesso a UFJF, em um curso de graduação, via principalmente as cotas raciais até ao acesso ao espaço físico da UFJF nas suas trajetórias socioespaciais.

3.3.1. O acesso ao espaço da UFJF:

O campus da UFJF está localizado na região urbana de São Pedro, em específico no bairro Martelos, e fica bem próximo na região central da cidade, no qual através da avenida Itamar Franco, liga-se a região urbana de São Pedro. O campus é conhecido por ser arborizado, possui vias largas, sendo percebido uma diversidade de prédios em vários locais do campus. Como mostra as figuras 7 e 8 o Campus se destaca possuindo várias áreas livres, muito usadas pela população.

Figura 7: Áreas livres na UFJF.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Figura 8: Áreas livres na UFJF.



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Neste sentido, como destaca Carmo et al., (2012), o campus possui papel importante na oferta de lazer e cultura na cidade, fazendo com que a UFJF, através de seu espaço físico, tenha não só influência na difusão do conhecimento científico, mas também uma interpenetração crucial na vida cotidiana da cidade.

Portanto, o campus é um elemento de composição da paisagem da cidade, sendo utilizado pela população da cidade de várias formas como em caminhadas e corridas, atividades na academia ao ar livre, visitas ao Centro de Ciências, realização de piqueniques, uso da pista de skate e do parquinho infantil. Destaque-se também o uso do campus por pessoas de outras cidades, como ponto turístico e para consultas e atendimentos médicos no Hospital Universitário.

A figura 7 acima indicada, retrata o ponto mais utilizado para o lazer: uma área central onde se localiza o prédio da reitoria e da Biblioteca Central além de equipamentos de lazer como pista de skate, parque infantil, academia ao ar livre, bicicletas para empréstimo, um palco e o Centro de Ciências e Observatório. Nesta área podemos notar espaços livres,

possuindo, conforme Carmo et al., (2012), como principais funções: promover a circulação, integrar as unidades que fazem parte desse conjunto e para abrigar o lazer.

O que se percebe é o uso variado do campus da UFJF. Ao longo da semana há o predomínio do uso ligado a vida universitária, no entanto, aos finais de semana ele é ocupado intensamente por famílias e pessoas que o utilizam como equipamento de lazer. Em relação aos nossos sujeitos de pesquisa, contudo, como anteriormente anunciado, o que se percebe é o pouco uso dessa área. A tabela 11 demonstra como atualmente seu uso é limitando, tendo sido mais frequente no passado.

Tabela 11: Relação dos jovens sobre o uso do campus da UFJF.

Jovens	Frequenta o Campus	Frequentou em algum momento o Campus
Luedji	Não	Não soube responder
Marechal	Não	Não
Rincon	sim	Sim
Juçara	sim	Sim
Elza	Não	Sim
Tássia	Não	Não
Rashid	sim	Não
Milton	Não	Sim
Leandro	Não	Sim

Fonte: Campo, 2022.

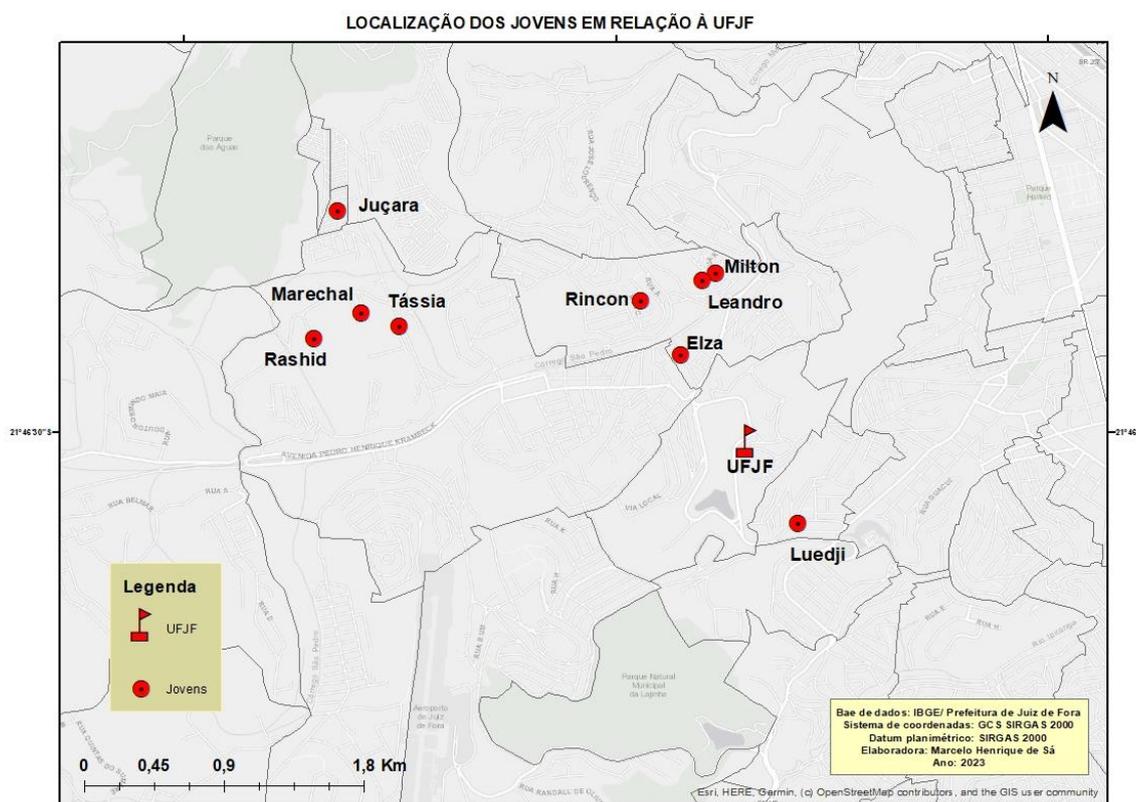
O principal uso destacado pelos jovens foi o lazer. Juçara fala sobre o uso que fazia do espaço “Eu já frequentei muito, ia com minha família andar de bicicleta, tipo lazer mesmo. Eu ia muito, mas agora não vou mais, desanimei”. Os jovens Rincon, Milton e Leandro, também falam que usavam mais o espaço anteriormente. Hábito que acabou se perdendo com a pandemia da Covid-19 para alguns deles.

A baixa utilização do espaço não pode ser explicada apenas pela sua distância em relação a residência. O mapa 10 indica que alguns deles moram bem próximos ao espaço, como os jovens Elza, Milton, Rincon, Luedji e Leandro. Destes apenas Rincon possui o

hábito de frequentar a UFJF. Em contrapartida, os jovens Marechal e Juçara são os que moram mais afastados e apenas Juçara tem o hábito de frequentar.

Para o jovem Marechal, todavia, a distância é um dos motivos principais para não frequentar o campus. Segundo ele seria preciso caminhar até o campus, o que demoraria entorno de 30 à 40 minutos, muito inviável para o jovem.

MAPA 10: LOCALIZAÇÃO DOS JOVENS EM RELAÇÃO Á UFJF.



Fonte: IBGE/ prefeitura de Juiz de Fora, elaborado pelo autor, 2023.

O uso do campus realizado por aqueles que afirmaram frequentá-lo é feito de formas distintas. O jovem Rashid, frequenta o campus duas vezes por semana, para participar de programa da instituição em que os jovens da cidade praticam basquete. O jovem sublinha que através do projeto, conseguiu conhecer mais amplamente o campus, principalmente pelo fato que essas atividades são efetuadas na Faculdade de Educação Física e no caminho até lá, ele consegue ter contato com outros prédios dentro da UFJF.

O Jovem Rincon, por ter participado do mesmo projeto também fala que já conhecia alguns pontos do campus e atualmente utiliza principalmente para fazer atividades físicas.

Frequento, hoje não muito mais, principalmente desde a pandemia, mas eu era do basquete da UFJF, então eu ia lá todos os dias praticamente e tem a praça cívica que é um lugar que gosto de fazer meus exercícios físicos (Rincon, trabalho de campo, 2022).

Por último, temos a jovem Juçara, que diz ir ao campus da UFJF com frequência. Segundo ela sua ida é sempre acompanhada por amigos, no intuito de “matar aula”. Diz a jovem: “para matar aula, fico lá deitada, chamo vários amigos pra lá”. Cabe ressaltar que a jovem Juçara, pelas obrigações relacionadas ao trabalho doméstico, sempre chega atrasada na escola o que, segundo a jovem, justifica porque acaba matando aula no campus.

O que percebemos é que os jovens da pesquisa, embora morem relativamente próximo ao campus, não tem muito o hábito de se apropriarem dele de forma a construir com ele vínculos de identidade e pertencimento dando-lhe sentido pelo uso. Assim, a proximidade não é suficiente para que o campus se constitua um território usado, que seja, de acordo com Santos (2003);

[...] uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população. (SANTOS, 2003, p.46).

Nesta perspectiva, esses jovens em grande maioria por não frequentarem o espaço físico da UFJF, não criam identidade e não utilizam desse espaço. Portanto, é possível questionar quem é essa população que frequenta e utiliza deste espaço.

O que se vê na UFJF principalmente nos dias de semana, é a forte presença dos estudantes, como é previsto, visto que umas das funções da universidade é a criação de conhecimento. Em contrapartida, nos finais de semana existe uma grande presença de famílias no campus, principalmente aos domingos. A observação de seu uso nos finais de semana possibilita identificar que grande parcela da população que ocupa o campus aos domingos vem de áreas mais afastadas, pois existe uma forte presença de carros nos estacionamentos perto das vias do campus. Outro aspecto é a presença maior de população branca.

A presença em grande maioria da população branca no campus, incomoda o jovem Milton. Segundo ele um dos principais motivos para não frequentar o espaço se refere a esse sentimento de estranhamento causado pela quase ausência de pessoas negras no espaço. Sobre isso, o jovem vai dizer: “Ah, eu fui lá e falei esse não é o lugar que eu vou ir, porque, tipo assim geralmente no campus você não fica muito à vontade porque tem muitas pessoas brancas e poucas escuras”. A maior presença da população pode ser relacionada à forma

distinta de tratamento que esses dois grupos sofrem no campus, existindo relatos de abordagens truculentas dos seguranças da instituição em jovens negros e também de casos de racismo explícitos dos seguranças contra estudantes negros e até seus familiares¹³.

A abordagem dos seguranças é também relatada pelo jovem Rincon. Segundo o jovem a abordagem dos seguranças com ele é diferente em relação aos seus amigos brancos. Sobre os seguranças o jovem vai dizer:

Os seguranças vê que você tá parado com um grupo de amigos, aí você vê um passando de moto, te encarando, ou para e fica parado ali te olhando, porque realmente acontece muito incidentes ali, como assalto, principalmente na subida dos bombeiros, próximo ao Dom Bosco. (trabalho de campo, 2022).

O que a pesquisa demonstra é que para parte dos jovens entrevistados o campus da UFJF não é um local frequente em suas trajetórias socioespaciais sendo uma das causas disso o fato de ser ainda um local que reflete uma grande desigualdade racial e de classe para as pessoas que ali visitam, principalmente para o lazer. Para os jovens que frequentam o campus da instituição o racismo os incomoda, sendo um limitante para o acesso pleno no campus. Nos interessa saber se e de que modo esse sentido de não pertencimento aquele espaço condiciona a construção do acesso ao ensino superior como projeto possível. Deste modo, no próximo capítulo será discutido o acesso ao Ensino Superior desses jovens na UFJF.

3.3.2. A perspectiva de ingresso na UFJF:

Abordaremos o acesso à educação superior como um problema geográfico, na medida que se considera a relação entre território e educação (Santos, 1977 apud Buffa et al, 2016). O acesso à educação superior é uma variável espacial, participando da divisão territorial do trabalho e exercendo influência nas mudanças sucessivas em sua configuração territorial ou espacial (Santos 2014 Buffa et al, 2016).

Deste modo, segundo dados da tabela 12, é possível notar que metade dos nossos jovens entrevistados possuem perspectivas de acesso ao Ensino Superior na UFJF. Dentre eles Rincon e Rashid possuem a UFJF em suas trajetórias socioespaciais, frequentando o espaço físico da instituição. Já Juçara foi a única a possuir a UFJF em sua trajetória socioespacial e que disse não pretender ingressar em um curso superior na instituição. O principal motivo alegado pela jovem é que a UFJF não oferta os cursos que ela pretende fazer.

¹³ Um exemplo é a situação narrada na reportagem disponível no portal <https://www.geledes.org.br/paide-aluna-acusado-de-roubar-o-proprio-carro-na-ufff/>.

Os jovens Luedji e Leandro não pensam em cursar uma graduação na UFJF, indicando outras possibilidades para o pós Ensino Médio. Ambos os jovens têm como perspectiva buscar o ensino técnico. De acordo com eles essa área daria mais oportunidades de trabalho. Leandro não se vê cursando o Ensino Superior na UFJF. Se diz animado com a possibilidade de começar uma carreira militar. Questionado sobre fazer um curso superior na UFJF, o jovem fala: “No momento não, mas eu prefiro quando eu sair da escola pretendo ir para o exército ou então fazer algum curso profissionalizante.

Tabela 12: Perspectivas de acesso à UFJF.

Jovens	UFJF	Curso
Luedji	Não	Curso Técnico
Marechal	Sim	Direito
Rincon	Sim	Educação Física ou Direito
Juçara	Não	Gastronomia ou Estética
Elza	Sim	Educação Física
Tássia	Sim	Medicina Veterinária
Rashid	Sim	Não soube responder
Milton	Não	Não pretende cursar
Leandro	Não	Exército ou Curso Técnico

Fonte: Campo, 2022

A tabela 12 evidencia a busca por três principais cursos: Direito, Educação Física e Medicina Veterinária. Alguns dos entrevistados, contudo, ainda manifestam algumas dúvidas sobre qual curso desejam, fato nada incomum nesse momento da vida. Sobre isso Rincon vai dizer:

Eu tenho muita vontade de fazer faculdade, ainda estou indeciso entre direito e educação física, tenho o porte, mas tenho uma paixão pelo direito, ainda estou meio perdido. Mas tenho consciência que tenho que me esforçar muito, porque estou competindo com jovens de escolas particulares, que possuem uma condição financeira e física, uma estabilidade mental melhor que eu (trabalho de campo, 2022).

Na fala de Rincon é possível perceber que apesar de pensar no ensino superior como possibilidade ele expressa certo receio. O mesmo repetido na fala de outros jovens, como o caso de Rashid. Segundo que quando questionado se pensava em entrar na universidade responde: “pensar eu penso, mas é bem difícil”. Portanto, como aponta Passos (2010), é bem comum que os jovens negros não se vejam em um curso superior.

O jovem Milton foi o único a dizer que não pretende cursar nenhum curso após o final do Ensino Médio. Sobre o acesso ao Ensino Superior da UFJF, diz: “não, eu não me vejo lá, não sei explicar, mas não me vejo lá”. Essa posição adotada pelo jovem Milton, pode estar relacionado a fatores que foram demonstrados nessa pesquisa sobre o cotidiano do Jovem. O jovem destaca que não possui sentimento de pertencimento ao que diz respeito à UFJF, que está ligada principalmente pela falta de pessoas negras. Outro fato a se considerar é a trajetória familiar do jovem, que demonstra não possuir nenhum membro que alcançou o acesso ao Ensino Superior.

Nesta perspectiva, os jovens negros de escola pública, sujeitos dessa pesquisa, demonstram um grande receio de acesso ao curso Superior na UFJF e principalmente não se veem naquele espaço. Essa ausência da universidade como possibilidade pode ser relacionada a muitos fatores, entre eles a questão racial e de classe que coloca esses jovens em posição desigual a outros, principalmente os de escolas particulares. Sobre isso, Rincon vai dizer:

Eu me vejo tendo capacidade e esforço para chegar lá, mas eu tenho receio, porque sou eu vindo de uma escola pública, contra um garoto que estudou no Apogeu a vida toda, no Academia a vida toda, no qual não precisou trabalhar, que não tá cansado e que o pai e a mãe dá um carro pra ele ir e voltar. (trabalho de campo, 2022).

O sentimento exposto pelo jovem Rincon, demonstra como as Universidades brasileiras são ainda são percebidas como locais de privilégio, alcançados principalmente por segmentos de maior renda. Deste modo, muitos jovens negros quando vão prestar um vestibular, sente-se com medo e receio de não alcançarem a entrada em um curso superior em uma Universidade pública, principalmente por acharem que vão concorrer com outros jovens advindos de escolas particulares. Portanto, é importante que esses jovens conheçam o funcionamento das cotas raciais, que foram criadas para a população negra, na tentativa de amenizar desigualdades raciais quanto ao acesso ao Ensino Superior no Brasil.

Neste sentido, as duas falas do jovem Rincon citadas anteriormente, demonstra que o jovem tem um desconhecimento do funcionamento do sistema de cotas, pois é possível notar que o receio do jovem na possibilidade de acesso ao Ensino Superior, passa pela concorrência da vaga por jovens brancos e advindos de escolas particulares, fato que não acontece no sistema de cotas. Pelas cotas o jovem não compete com aqueles das escolas particulares, mas com aqueles que, em alguma medida, partilham de experiências de oportunidades relativamente parecidas. Acho que isso merecia ser explorado melhor.

Neste sentido, por tratar de jovens negros, buscaremos sublinhar a relação entre território e educação e perspectiva de acesso ao Ensino Superior, tendo as cotas raciais como instrumento. Entendemos que o território vai além do espaço físico, não sendo sinônimo de “espaço local” ou “comunitário” em sentido restrito (KOGA, 2013). Ao analisarmos o conceito de território abarcaremos o papel de políticas públicas para acesso à Universidade.

Os jovens entrevistados, como demonstra a tabela 13 em sua maioria (5 jovens) não conhecerem as cotas raciais e conseqüentemente não sabem como elas funcionam. O restante dos jovens (4 jovens) sabe da existência das cotas, porém é possível notar que alguns não sabem como elas funcionam, como é o caso de Leandro e Marechal.

Tabela 13: Conhecimento dos jovens em relação as cotas raciais.

Jovens	Cotas
Luedji	Não
Marechal	Sim
Rincon	Sim
Juçara	Não
Elza	Não
Tássia	Não
Rashid	Não
Milton	Sim
Leandro	Sim

Fonte: trabalho de campo, 2022.

Como bem destaca os jovens Milton e Leandro, o Ensino Público teve um papel importante para o conhecimento a respeito das cotas raciais. Sobre isso o jovem Quando perguntado se já conheciam a política de cotas, Milton responde: “sim, eu já ouvi falar, foi no colégio mesmo”. O jovem complementa que o fato aconteceu durante uma aula em que um dos objetivos era tirar dúvidas sobre o acesso ao Ensino Superior, mostrando o esforço dos professores para a construção de conhecimentos desses jovens sobre a temática.

Braga (2019), enfatiza que as cotas raciais são formas sociais geográficas, ou seja, elas se relacionam com um tipo de organização geográfica. O autor complementa que “como uma política pública de ação afirmativa, as cotas acabam sendo assumidas como instrumento analítico de questões que tangem ações, metas e objetivos para o enfrentamento das mazelas que permeiam a formação histórica da população brasileira” (BRAGA, 2019 p.127).

Deste modo, as cotas raciais são uma política pública de reparação histórica para a população negra brasileira. Neste aspecto, o jovem Milton vai dizer que as cotas raciais

facilitariam sua entrada em um curso superior: “seria mais fácil, sabe, seria muito mais fácil”. Contudo essa opinião não é seguida por Rincon, isso porque, dirá o jovem Segundo Rincon:

[...] Fico receoso, porque conversando com meus professores, eles me falaram que na UFJF tem muitas pessoas brancas que usam a cota para negros. Então, eu tenho que batalhar com uma pessoa que teve um melhor nível educacional que eu, eu ainda terei que lutar para algo que é direito meu. Acho que até mesmo com as cotas minha entrada seria difícil. (trabalho de campo, 2022).

Segundo Vaz (2012, p.34), as universidades públicas fazem parte das estruturas de espaços geográficos, construídas e constituídas historicamente para fins específicos e de acesso restrito de determinados grupos. O autor complementa que “a possibilidade de acesso de outras classes sociais ou grupos étnicos se faz através das lutas e tensões políticas, qualificando a universidade como um território que deve ser cotidianamente conquistado”, no qual as cotas raciais aparecem como política públicas constituídas para tal.

Neste contexto, de acordo com o Koga (2013), as cotas, como política pública, se constroem a partir de algumas mediações, sejam elas sob o ponto de vista das responsabilidades estabelecidas entre os entes federais, sejam pela atuação do Movimento Negro ou sob a perspectiva das próprias escalas e dinâmicas socioterritoriais a serem consideradas. Koga destaca que:

Aproximar-se do território no âmbito das políticas sociais implica em um deslocamento de rota e de escala, que se afasta das médias e das homogeneidades, ao mesmo tempo em que busca articular elementos estruturantes às expressões manifestadas nas particularidades e singularidades dos lugares (KOGA, 2013, p. 34).

Vaz (2012, p.35), pondera que devemos compreender a universidade como campo de força no espaço, um território que se constitui através de variados dispositivos, estratégias e relações de poder. Para o autor a Universidade agrega-se das diversas práticas discursivas, utilizando-se dos variados procedimentos pedagógicos, de ensino e assim como de outras instituições que possuem força suficiente para produzir efeitos em diferentes escalas, em implantar projetos produtores de uma disciplina do corpo, limitando o acesso em seu espaço a diversas corporeidades.

Sendo assim, as políticas públicas têm contribuído para uma nova organização do território brasileiro e no caso das cotas, há uma ampliação e diversificação do público atendido pela educação superior no Brasil. Amplia-se, deste modo, a presença de estudantes negros nas universidades, promove fluxos oriundos de diferentes cidades e Estados, estimula a criação de coletivos negros, impulsionam mudanças nos currículos de disciplinas, nos

objetos e temas de pesquisa e nas ações extensionistas. Promovem, portanto, uma nova organização territorial nas Universidades brasileiras.

Neste sentido, através dessa nova organização das Universidades Brasileiras, principalmente pelo acesso de jovens negros, é possível traçarmos e relacionarmos as trajetórias socioespaciais dos jovens sujeitos centrais dessa pesquisa com a perspectiva ou não perspectiva de entrada no Ensino Superior na UFJF.

Sendo assim, como foi abordado no decorrer desse trabalho, os jovens possuem muitas similaridades em suas trajetórias socioespaciais, atrelado a condição de estudantes, localidade, racial e de classe. Portanto, o que podemos perceber condicionado a relação entre trajetórias socioespaciais e perspectiva ou não perspectiva de entrada no Ensino Superior na UFJF, é que primeiramente os jovens que possuem o Ensino Técnico em suas trajetórias tendem a possuir uma perspectiva positiva quanto ao acesso ao Ensino Superior na UFJF.

Outro ponto que podemos destacar é em relação as trajetórias socioespaciais vinculadas ao trabalho, as jovens que “trabalham em casa” não pretendem acessar o Ensino Superior na UFJF, as jovens Luedji e Juçara pretendem fazer curso técnico ou graduação em outra instituição, sendo que os cursos escolhidos por Juçara são gastronomia e estética, notando uma similaridade com as tarefas exercida pela jovem em suas tarefas domésticas. Em contrapartida os jovens que trabalham “fora de casa” possuem perspectivas de acesso á mesma instituição.

Em relação ao acesso ao espaço físico do campus da UFJF, podemos afirmar que os jovens que não possuem o campus da instituição como local em suas trajetórias socioespaciais tendem a não possuírem perspectivas de acesso à um curso superior na instituição, sendo que dos 5 jovens que não frequentam 3 não possuem a perspectiva de acesso. Porém, no que se refere aos jovens que possuem a UFJF, como local nas suas trajetórias socioespaciais, a pesquisa demonstrou que existe uma igualdade nas perspectivas, sendo que no total de 4 jovens, 2 possuem perspectivas de acesso a um curso superior na instituição e 2 não possuem.

Neste sentido, percebemos que existe um sentimento de não pertencimentos desses jovens em relação tanto ao acesso físico á UFJF, tanto para ao Ensino Superior. Esse fato, como bem foi trazido no longo desse último capítulo, através principalmente das falas dos jovens, faz-se através de uma intersecção de desigualdades, no qual a restrição desses acessos é em função sobretudo das desigualdades raciais e de classe.

Pretendendo amenizar parte destas desigualdades a Política de Cotas atua na construção de outros horizontes possíveis para esses jovens, ao que diz respeito ao acesso ao Ensino Superior. Segundo resultados apontados na pesquisa de Cassab (2023), o ingresso em

um Curso Superior amplia os horizontes dos jovens. Segundo a autora “para esses jovens, as consequências da Política extrapolam a dimensão objetiva, pois também promovem um conjunto de mudanças subjetivas de distintas ordens” (CASSAB, 2023, p.90), indo desde as novas perspectivas profissionais, acadêmicas até a ampliação das suas experiências espaciais na cidade. Sobre isso, Cassab (2023, p.90), vai dizer:

É assim que a Universidade, também como instância de sociabilidade, pode intensificar o capital social desses jovens, pois além dos conteúdos disciplinares, ela possibilita a entrada em outras redes de relações (profissionais, de contato, política, cultural etc.).

Cassab (2023), em sua pesquisa, destaca que os jovens cotistas, ganharam um aumento qualitativo e quantitativo de suas experiências espaciais em variadas escalas, atrelada pela convivência com pessoas de diferentes bairros, cidades, Estados e países. Através desses novos contatos construídos a partir da entrada desses jovens na Universidade, Cassab (2023), destaca que esses jovens vão construir novas experiências espaciais, como a apropriação e uso de novos locais na cidade, como museus, parques e até viajar para outras localidades, feitas a partir de aulas de campo da instituição ou para apresentarem suas pesquisas. Sobre isso, a autora destaca:

É neste campo de oportunidades, aberto pelo ingresso na Universidade, que podemos pensar que a cidade torna-se para eles um espaço capaz de ampliar suas experiências, porque, ao se colocarem nela como sujeitos, eles desvelam e tensionam os códigos de acesso que até então os separavam dos bens, equipamentos e qualidades existentes na cidade. Ao fazerem isso, abrem outro e intenso campo de possibilidades e de disputa de —novas formas de viver!, que resultam num adensamento de suas juventudes. (CASSAB, 2023, p.102).

Deste modo, as cotas como política pública veem demonstrando que a entrada destes jovens, faz com que esses jovens possam viver novas experiências, que extrapolam as questões profissionais e acadêmicas, criando novas redes de sociabilidade e usos distintos da cidade, demonstrando assim, que as políticas de cotas possuem uma dimensão espacial.

Considerações finais:

Os estudos sobre juventudes vêm desenvolvendo e progredindo constantemente, principalmente pelas várias áreas do conhecimento que estudam e fazem pesquisas sobre o tema, destacando áreas como Educação, Sociologia, Serviço Social, História e Geografia. Cada área possui sua contribuição e se desenvolve a partir de suas particularidades, porém é nítido o comprometimento de todos em abordar a temática partindo da pluralidade e dando voz para os sujeitos pesquisados. A Geografia, para as discussões e estudos sobre juventude traz o espaço como elemento importante para entender as relações dos jovens em sociedade. Deste modo, podendo relacionar com estudos com o espaço urbano, rural entre outros, partindo do entendimento que os jovens são produtores de espacialidades.

Por ser uma pesquisa que se preocupou em fazer um debate étnico-racial, partimos de um entendimento que o espaço reflete as mazelas sociais no nosso cotidiano, no qual o racismo está presente. Sendo assim, as Geografias Negras possuem papel importante para desvendar a dimensão racial do espaço.

A realidade no Brasil é marcada por inúmeras desigualdades que se apresentam de várias formas: tanto na educação, como no mercado de trabalho, no acesso à saúde e na violência. Contudo, é evidente que a população afrodescendente, longamente paga um ônus bem mais expressivo desta mazela social do nosso país, mas isso é mascarado por um “racismo cordial” que sustenta uma suposta democracia racial no país.

A escala espacial analisado nessa pesquisa, foi a cidade de Juiz de Fora, cidade que tem um histórico de escravização e já foi eleita em 2017 a terceira cidade com maior desigualdade racial entre brancos e negros do Brasil. Desigualdade que ainda é vista atualmente, com a forte presença de segregação, racismo ambiental, desigualdade de acesso à educação, de trabalho e salários entre outros, que afetam diariamente o cotidiano dos jovens sujeitos centrais dessa pesquisa.

É nesse contexto, que eles, jovens escolares e negros se relacionam com a cidade. Sendo assim, revelou-se que os jovens escolares negros, sujeitos centrais dessa pesquisa possuem como principal ponto em suas trajetórias socioespaciais a Escola, algo bem comum entre os jovens escolares, que possuem sua rotina condicionada a condição de estudantes. A pesquisa revelou que esses jovens possuem uma limitação em sua apropriação e uso da cidade, sendo que a região urbana onde eles moram concentra grande parte das suas trajetórias socioespaciais, desde o trabalho até o lazer, salvando algumas exceções.

Essas limitações acontecem devido a fatores com renda, já que dependem do transporte público para se movimentar na cidade. A esta intersecciona-se a dimensão racial, pois o racismo no cotidiano das cidades age como um limitador de acesso em determinados locais da cidade e conseqüentemente o uso da cidade pela população negra (SANTOS, 2012).

Como vimos nesse trabalho, o corpo racializado tende a sofrer uma inferioridade no tratamento social, sendo que as pessoas negras são alvo constante do racismo em suas variadas formas na cidade. Os jovens entrevistados relataram que convivem diariamente com o racismo em suas trajetórias socioespaciais, sendo percebida principalmente por olhares de pessoas brancas, criando um clima de medo.

Neste sentido, por conta do racismo, muitos dos entrevistados evitam frequentar alguns determinados locais na cidade e criam estratégias para tentar driblar situações racista visando ocuparem alguns espaços da cidade. Destaca-se também o papel do Estado nessa situação, atuando principalmente pela força da Polícia Militar cerceando esses jovens como possíveis alvos. Todas essas situações produzem um uso restritivo da cidade e interfere nas suas trajetórias.

Dentre estas limitações está o acesso a UFJF como espaço físico de lazer, mas sobretudo como território de pertencimento. A pesquisa demonstrou que mesmo localizado na mesma região urbana, os jovens negros entrevistados não possuem o hábito de frequentar o espaço físico da UFJF, motivado por uma aglutinação de fatores, sendo locomoção, grande presença da população branca e poucas pessoas negras, sendo alguns dos motivos apontados pelos jovens. Cabe também ressaltar, que o descontentamento desses jovens com abordagem e olhares de seguranças terceirizados da UFJF no referido local.

Outro ponto dessa pesquisa pode ser sintetizada pela discussão que permeia a inclusão dos jovens negros nas instituições públicas de ensino, entendendo que existe uma exclusão histórica da população negra no que diz respeito ao acesso à educação superior no Brasil. Neste sentido, a pesquisa apontou que a maioria dos jovens entrevistados possuem como perspectiva de futuro acessar um curso superior dentro da UFJF, destacando que os jovens que não possuem a UFJF, em suas trajetórias, tendem a não ter perspectiva de ingressar no Ensino Superior na instituição. Porém foi apontado que mesmo com essa perspectiva, esses jovens acham muito difícil acessar a UFJF, principalmente por acharem que vão concorrer com outros jovens advindos de escolas particulares.

O que demonstramos, portanto, é que os jovens escolares negros, sujeitos centrais dessa pesquisa, convivem com o racismo em suas várias formas e características, sendo

refletido na construção de espacialidade e subjetividade, afetando locais de uso e não uso na cidade e até na perspectiva de futuro, como o de acessar ao Ensino Superior.

No entanto, como resultado da luta de anos dos Movimentos Negros, a Política de Ações Afirmativas, em especial as cotas, tem contribuído para mudar um pouco esse cenário do democratizar o acesso ao ensino superior e tensionar a própria universidade a se repensar, aproximando-se mais a realidade da sociedade brasileira.

Diante disso, é fundamental que o conhecimento sobre as cotas chegue a esses jovens escolares, seus sujeitos de direito. Isso porque seu desconhecimento acaba reforçando a baixa perspectiva de acesso à educação superior como horizonte possível de ascensão social. Em nossas entrevistas, vimos que ao sinalizarem o fato de concorrerem como estudantes da rede privada, como um dos motivos que justificaria a baixa expectativa de ingresso na UFJF, nossos entrevistados manifestam uma informação insuficiente sobre o funcionamento da Política de Cotas.

É neste aspecto que compreendemos a importância de levar o debate das cotas raciais para esses jovens, principalmente por estarem no último ano do Ensino Médio. A pesquisa constatou que os jovens entrevistados em sua maioria não conhecem as cotas e os que sabem de sua existência não sabem como usar, o que cria toda uma insegurança nesses jovens. Assim sendo, essa discussão é necessária para os jovens negros, pois traz consigo toda a problemática da inclusão desses sujeitos no ensino superior, tendo nas ações afirmativas ponto de reparação histórica para esse grupo historicamente injustiçado e possibilitando, através do ingresso no ensino superior uma ampliação de suas trajetórias socioespaciais

Referências:

ABÍLIO, Ludmila Costhek. UBERIZAÇÃO E JUVENTUDE PERIFÉRICA: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 579-597, 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 22, p. 108-134, 2011.

ALVES, Jaime Amparo. Da necrópole à pólis negra: governança necropolítica e práxis espacial negra em São Paulo, Brasil. **Antípoda**, v. 46, n. 2, pág. 323-339, 2014.

ALVES, Pâmella Silva. Heteroidentificação racial: o contexto das ações afirmativas no Ensino Superior. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

ASSIS, Leandro Alves; LIMA, Elias Lopes. RACIALIDADE E PRECONCEITO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 4, n. 2, 2014.

BARRETO, Ana Claudia de Jesus. O lugar do negro em Juiz de Fora-MG: segregação ambiental, espaço e raça. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 15, n. 30, p. 197-214, 2018.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, 2012, pp. 09-37.

BATISTA, Caio. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais. **Faces da História**, v. 3, n. 2, p. 113-135, 2016.

BATISTA, Rita de Cassia Souza Félix. **Clubes negros na espacialidade urbana de JUIZ DE FORA**. 2015. 213f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

BERALDO, Antonio Fernando de Castro Alves; MAGRONE, Eduardo. Política de cotas na UFJF: eficácia e eficiência. **Revista de Ciências Humanas**, n. 2, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica: usos e abusos da história oral**. São Paulo: FGV, 1996.

BRAGA, Tuwile Jorge Kin. **A territorialidade do corpo negro na USP**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil** / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.– Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44. 218 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 175-214, 2005.

BUFFA, ESTER; PINTO, GELSON DE ALMEIDA. O território da universidade brasileira: o modelo de câmpus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, p. 809-831, 2016.

CARMO, Rogério A.; COLCHETE FILHO, Antonio; MONTEIRO, Patricia. Universidade e espaço urbano: o campus como lugar de lazer em Juiz de Fora–Brasil.2012.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Desigualdades raciais no espaço urbano. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador, v. 45, n. 249, p. 137- 166, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n249.p137-166>.

CASSAB, C.. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, Lana; CHAVEIRO, Eguimar; PIRES, Lucineirde Mendes. (Org.). **A cidade e seus jovens**. 1ed.Goiânia: PUC Goiás, 2015, v. 1, p. 137-158.

CASSAB, C.. PENSANDO JUVENTUDES E CIDADE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE JOVENS COTISTAS. In: Victor Hugo Nedel Oliveira. (Org.). **Geografia das juventudes**. 1ed.Porto Alegre: GEPEJUVE, 2023, v. 1, p. 77-107.

CASSAB, Clarice et al. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra**, v. 51, n. 102, 2016.

CASSAB, Clarice. “Como um fantasma sob a neblina...” Os Jovens, a Cidade e a Política. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 32, 2009.

CAVALCANTI, L. S. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 74-86, 2013.

CAVALCANTI, L. S. **Os jovens, a escola e suas práticas espaciais**. In:CAVALCANTI, L. S.; PIRES, L. M. (Org.) ; CHAVEIRO, E. F. (Org.) . A cidade e seus jovens. 1. ed. Goiânia: Puc Goiás, 2015. 222p .

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília, DF: Ipea, 2017.

CICONELLO, Alexandre et al. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. **From Poverty to Power: how active citizens and affective states can change the worlds**. London: Oxfam, 2008.

CIRQUEIRA, D. M.. Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, p. 103-120-120, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros. **Geogr Ens Pesqui**, v. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Trajetórias socioespaciais de estudantes negras e negros da Universidade Federal de Goiás**. 2008. 77 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CONTINS, Marcia; SANT'ANA, Luiz Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos feministas**, v. 4, n. 1, p. 209, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-Chave da geografia. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**, 2009.

CORROCHANO, Maria Carla; ABRAMO, Helena Wendel; ABRAMO, Laís Wendel. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, sofrimento, limites. **RELET-Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 22, n. 36, pág. 135-169, 2017.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

CRUZ, Cleide Daiane Sousa; SANTANA-FILHO, Diosmar Marcelino. Racismo e direito à cidade: Uma análise sobre a Cidade de Salvador. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 8, n. 12, p. e132010-e132010, 2020.

D'ADESKY, Jacques. Racismos e anti-racismos no Brasil. **Rio de Janeiro: Pallas**, v. 2005, 2001.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 25, p. 01-33, 2002.

FANON, Frantz; NEGRA, Pele; BRANCAS, Máscaras. Tradução de Renato da Silveira. **Salvador:EdUFBA**, 2008.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. Novas Dinâmicas Socioespaciais na Cidade Alta de Juiz de Fora–MG. **Monografia (Licenciatura em Geografia)–Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora**, 2011.

GODOY, Emerson Andre; FERNANDES, Maria Dilneia Espindola. Escolas cívico–militares: uma breve análise do decreto 10.004/19. InterMeio: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 27, n. 54, 2021.

GOMES, Fernando Bertani; SILVA, Joseli Maria. Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 3, p. 703-717, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Conferência Anual do African Heritage Studies Association**. 1979.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Coleção 2 Pontos. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade—uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, v. 31, p. 117-133, 2018.

GROPPO, LuisAntonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Paco Editorial, 2017

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. **Juiz de Fora: Funalfa**, 2001.

GUIMARÃES, G. F. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. Tese (Doutorado em Geografia). UFBA. Salvador:2015.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. In: **Revista Z Cultural** , ano VIII, n. 02, 2013.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, David. Valor de uso, valor de troca e a teoria do uso do solo urbano. _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, p. 131-166, 1980.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional. **Cadernos de pesquisa**, n. 63, p. 24-26, 2013.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saude publica**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

HOOKS, Bell. In: **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020, p. 223–228.

HOLANDA, Maria Auxiliadora G. ; WELLER, Wivian. TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JOVENS NEGRAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS. **POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul)**, v. 8, p. 57-80, 2014.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 32-54, 2009.

LOPES, Vanessa. Quais são as memórias menos valorizadas na cidade de Juiz de Fora? **Revista Casa D'Italia**, 2021. Disponível em: <https://casaditaliajf.com.br/2021/11/29/revista-casa-ditalia-quais-sao-as-memorias-menos-valorizadas-na-cidade-de-juiz-de-fora>.

LUZ, Fabiana Cristina. A DIMENSÃO RACIAL NAS POLÍTICAS URBANAS E HABITACIONAIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. Ed. Especi, p. 126-152, 2020.

MACHADO, T. C. **Espaço urbano e relações raciais: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. p.134.2011.

MARCELINO, Jonathan. AS MARCAS DA COLONIALIDADE: RAÇA E RACISMO NA PRODUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 435-457, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/871>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MARIOSIA, Gilmara Santos. Memórias sociais e a construção da identidade em territórios negros. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 1, p. 145-163, 2016.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 35, n. 3, p. 689, 2019.

MARTINS, Manoela Pagotto et al. Representações sociais e vivências de lazer na juventude. **Psicologia e Saber Social**, v. 3, n. 1, p. 41-54, 2014.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 111, p. 450-467, 2012.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n 1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, 2021.

McKittrick, Kathrine & Woods, Clyde. **Black geographies and the politics of place**. Cambridge, Mass: South End Press, 2007.

MELO MATOS, Alan Henrique et al. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. **Revista Diálogos Acadêmicos IESCAMP**, v. 5, n. 1, p. 55-68, 2021.

MENEZES, Maria Lucia Pires; MONTEIRO, Gabriel Lima. O espaço fora do lugar: uma análise do processo de gentrificação do bairro dom bosco e seus impactos para a comunidade local. **Scripta nova revista eletrônica de geografia y ciências sociales, Barcelona**, v. 14, n. 331, p. 97, 2010.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217, nov.2002.

MORAES SILVA, Graziella. Ações Afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social (USP. Impresso)**, v. 18, p. 131-165, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na Escola. [Brasília]: Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Fundamental**, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida**, n. 3º, p. 1-17, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**/ Abdias Nascimento. - 1 reimpr. da 2. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Ilca Freitas. Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade. **CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO UNISAL. São Paulo**. Mestrado em Educação, 2016.

NETO, Nécio Turra. Movimento Hip-Hop do mundo ao lugar: Difusão e territorialização. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 3, 2013.

OLIVEIRA, et al. Discriminação racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 14, pág. e214101422013-e214101422013, 2021.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. INSCRIÇÃO ESPACIAL DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO: A'PEQUENA ÁFRICA'COMO FORMA ESPACIAL DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL E PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO.2019.

OLIVEIRA, Ramon. Juventude negra e ensino médio: uma discussão para a agenda das políticas afirmativas. **Revista e-Curriculum**, v. 13, n. 2, p. 309-330, 2015.

PANTA, Mariana. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**, v. 33, n. 1, p. 79-100, 2020.

PASSOS, J. C.. As desigualdades na escolarização da população negra e a educação de jovens e adultos. **EJA em debate**, v. 1, p. 137-150, 2012.

PASSOS, J. C. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública**.Tese (doutorado em educação)Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, pág.339.2010.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Juventude e violência. **Crime, polícia e justiça no Brasil**, p. 265-275, 2014.

QUEIROZ, A. M. M. **Geo-grafia insurgentes: corpo e espaço nos romances PonciáVicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo**. (Tese de Doutorado) - UFG, Goiás, 2017.

RAMOS, A. M. S. ; SANTOS, D. C. ; Meireles, E. C. ; SANTANA, LUCIANA ALAÍDE ALVES . Juventude negra: acesso e conclusão do Ensino Médio no Brasil. In: XIX Encontro Internacional Virtual Educa Bahia 2018, 2018, Salvador - Ba. Anais do XIX Encontro Internacional Virtual Educa Bahia 2018, 2018. v. 1.

REIS, Dyane Brito; TENÓRIO, J. R. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior: um debate em curso. **Cadernos ANPAE**, v. 8, p. 1-11, 2009.

RODRIGUES, M. N. M.; MENEZES-SANTOS, Jaileila de Araújo . Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v. 12, p. 703-715, 2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 11, p. 65-69, 2006.

ROSA; DE SA. Territorialidades Funkeiras em Belo Horizonte e a Praça da Liberdade como ponto de encontro. XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA: A produção do urbano e a urgência da práxis transformadora: teorias, práticas e utopias em meio a um mundo convulsionado. 2022. Curitiba. ANAIS XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. UFPR. 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo Uerj**, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SANTOS, Adilson Pereira. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, p. 289-317, 2012.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTTS, Alex. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas. **Educere et Educare**, Paraná, v. 10, n. 20, p. 641-652, jul./dez. 2015

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**/Milton Santos.- 6. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003, 174p.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. **Folha de São Paulo**, São Paulo, v. 7, p. 1-4, 2000.

SANTOS, R.E. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alli, p. 36-67, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**, v. 3, n. 4, p. 48-48, 2021.

SENKEVICS, Adriano; CARVALHO, Marília. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 333-351, 2020.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues. Trajetórias do movimento negro e ação afirmativa no Brasil. **CADERNOS PENESB: Discussões Sobre o Negro na Contemporaneidade e Suas Demandas**, p. 117, 2010.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo Social**, v. 18, p. 131-165, 2006.

SILVA, Joyce Gonçalves da. Corporeidade e identidade, o corpo negro como espaço de significação. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES**. 2014. p. 263-275.

SILVA, Nadia Maria Cardoso Da, **INSTITUTO STEVE BIKO - JUVENTUDE NEGRA MOBILIZANDO-SE POR POLÍTICAS DE AFIRMAÇÃO DOS NEGROS NO ENSINO SUPERIOR**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador (BA), 2006.

SILVA, Sergio Vieira da. **A reforma gerencial do Estado na educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc-UFRRJ), 2018.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. **O negro na universidade: direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, F. L. (Org.) ; RODRIGUES, T. C. (Org.) . **Juventude negra: desafios para o ensino médio**. 1ª. ed. São Paulo: Intermeios, 2019. v. 01. 125p .

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, p. 577-591, 2005.

SOUZA, Lorena Francisco de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de estudos sócio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

TEIXEIRA, Maria Antonieta; RESENDE, Damião. JUVENTUDE E O DIREITO À CIDADE. **Direito e Cidadania**, v. 2, 2017.

TOLEDO, J. A. C; CASSAB, C. O lazer, a periferia e os jovens: relações para discutir o crescimento pentecostal. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 608–640, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1669>. Acesso em: 26 jul. 2023.

TREVISOL, Joviles Vítório; NIEROTKA, Rosileia. Democratização do acesso ao ensino superior público: análise das políticas de ingresso da UFFS/democratization of the access to the public higher education: analysis of the policies in UFFS. **Roteiro**, v. 40, p. 31-58, 2015.

VAZ, L. F. **Uma geografia das ações afirmativas no ensino superior: as cotas étnico-raciais na UEG e UFG**. 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

VIEIRA, Bianca Machado Concolato. **Do escravismo às políticas de ações afirmativas: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora**. Universidade Federal de Juiz de Fora Programa de Pós-Graduação em Serviço Social Mestrado em Serviço Social. Juiz de Fora, 2014.

ZAMORA, M. H.R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, p. 563-578, 2012.